

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**Instituto de Ciências Humanas**

**Programa de Pós-graduação em História**



Dissertação

**Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil - 1913-1980**

**Tiago Rosa da Silva**

Pelotas, 2018.

**Tiago Rosa da Silva**

**Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição:** imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil  
- 1913-1980.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Lorena Almeida Gill

Pelotas, 2018.

**Tiago Rosa da Silva**

**Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição:** imprensa, carnaval e clubes sociais negros na fronteira sul do Brasil - 1913-1980.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em História, do Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

Banca examinadora:

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dra. ....(Orientadora)  
Doutora em .....pela Universidade .....

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dra. ....  
Doutora em .....pela Universidade .....

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dra. ....  
.....

Doutora em .....pela Universidade .....

.....  
Prof. Dr.

.....  
Doutor em .....pela Universidade .....

.....  
Prof. Dr. ....

Doutor em .....pela Universidade .....

Dedico essa dissertação a minha mãe Eloá e ao meu pai Edison, pelo carinho e apoio incondicional durante toda a etapa de construção deste trabalho. Sem vocês, eu *nada seria*.

Esta dissertação é dedicada, também, aos homens e mulheres que lutam diariamente por uma sociedade sem racismo, machismo, homofobia e todas as outras formas de opressão.

## AGRADECIMENTOS

Aos professores que tive durante a minha graduação e que não só me iniciaram na pesquisa histórica, mas principalmente, me mostraram a importância de construir um curso de história democrático e que não seja pautado apenas por “futilidades” acadêmicas. Agradeço em especial à professora Fernanda Severo, ao professor Ginter Tlajja Leipnitz, e ao professor Caiuá Cardoso Al-Alam. A este último, que acompanhou de perto toda minha trajetória acadêmica e foi um dos responsáveis por me introduzir nas discussões a respeito das relações étnico-raciais e além disso aceitou o convite para compor a banca de defesa desse trabalho, meus mais sinceros agradecimentos.

À minha orientadora professora Lorena Gill, por acreditar no meu trabalho e me mostrar diversos caminhos teóricos-metodológicos possíveis, e, além disso, por ser uma pessoa compreensível com as adversidades que se fizeram presentes durante a etapa de realização desta pesquisa. Muito obrigado, Lorena.

À professora Beatriz Ana Loner - *in memoriam* – que se dedicou a leitura do projeto inicial desta pesquisa e me incentivou a seguir o meu caminho dentro das pesquisas sobre o Pós-abolição. Por ser uma referência para todos aqueles e aquelas que lutam diariamente dentro da academia para visibilizar sujeitos marginalizados nas pesquisas históricas, sobretudo negros e negras. Pode ter certeza que o seu legado permanecerá, sempre.

Aos meus amigos da graduação e que ainda se fazem presentes em minha vida. A Taiane, pessoa que é só lindeza e que mesmo de longe, preocupa-se comigo. Por ser uma pesquisadora atenta aos grupos marginalizados e me incentivar sempre, meu muito obrigado por tudo! Ao Allan, o “bossinha”, colega e amigo que lá de Sampa me enche de energias. Ao Marcel, amigo “impar” que a vida me deu. À Milena, cuja lindeza fica difícil descrever. Aos meus colegas Matheus Bom, Carlos Pacheco e Franklin Fernandes, por estarmos sempre nos encontrando nos eventos acadêmicos da vida e seguir sempre uma amizade que o fim da graduação não pôs fim. Agradeço também aos meus grandes amigos Nelson e Alzemiro, pessoas incríveis e que sempre quando retorno a Jaguarão são responsáveis por me injetarem esperanças.

Aos companheiros de Jaguarão, que lutam dia a dia para construir uma universidade democrática e popular na fronteira sul do Brasil. À Andriele, moça

linda e que luta incansavelmente ao lado *dos de baixo*. Ao Vinicius Sabino, pessoa que transborda lindeza e luta. À Karina e Daniel, casal que admiro muito e que sempre estiveram comigo nas minhas idas à Jaguarão. À Shirley, por dar exemplo de lutas e resistências negras dentro e fora da academia. Gratidão a todos vocês por me acolherem na Casa Lar, espaço que me renova nas minhas andanças pela fronteira.

Não posso agradecer aos amigos de Jaguarão e deixar de mencionar o Clube 24 de Agosto, espaço que me acolheu lá nos idos de 2011 e que ainda me acolhe quando retorno à cidade. Gratidão ao Sr. Madruga, à Sr. Sônia, Sr. Natálio e toda equipe diretiva desse clube negro histórico que resiste na fronteira e que em agosto desse ano completará 100 anos. Viva o Clube 24 de Agosto!

Ainda em Jaguarão, agradeço a professora e intelectual negra Giane Escobar, por sempre me inspirar com seus conhecimentos e por ser uma referência para todos nós, homens e mulheres que lutam por uma sociedade mais justa. Agradeço também, por aceitar compor a banca de defesa e mais uma vez poder contribuir com seus conhecimentos para o presente estudo.

Aos meus companheiros de lutas de Bagé, principalmente os que estão ombro a ombro comigo através do Movimento EnegreceUne. À linda Jovana Peres, moça que a cada encontro que temos me fortalece e me faz acreditar no afeto dentro dos movimentos sociais. Ao Igor Neto, inspiração diária na luta antiLGBTQ+fóbica, pessoa que transborda leveza e vontade de mudança. À Rosi Goulart, Andresa Xavier, Antoniel, Lucas Cassuriaga, Andressa Costa e Ana Paula Ribeiro pelos incansáveis debates sobre o ser e estar negro nesse mundão. Gratidão a todos vocês e a luta continua.

À Kiim Paz, companheira de lutas e do dia a dia, por me dar forças nos momentos em que as atividades acadêmicas estavam me sobrecarregando; por compartilhar seus conhecimentos sobre musicalidade negra, literaturas e também por me ajudar em minhas pesquisas nas manhãs geladas de Bagé e assim tornar meus dias de trabalho mais leves. A tu, moça que é só lindeza, minha mais sincera e profunda gratidão por tudo.

Ao amigo, militante e intelectual negro Cesar Jacinto, por compartilhar comigo seus conhecimentos sobre o movimento negro e as *cousas* da vida e também por me fazer crer que é possível escrever a história de Bagé por uma

outra perspectiva, aquela que valoriza a multiplicidade de sujeitos históricos e suas identidades plurais.

À Taísa Guedes e Lucas Rosa, que puderam acompanhar praticamente toda a minha trajetória na Pós-graduação e por estarem em muitos momentos comigo, muitos desses na busca pela desopilação. À Priscila Pirasol, moça que esbanja alegria e que me ajudou em muitas formatações de trabalhos acadêmicos. À Thaís Saucó, sempre companheira e sensível comigo. Vocês são demais e eu sou muito grato de tê-los por perto.

Na rua Dr. Veríssimo, número 252, esquerda, no centro da cidade de Bagé, está um espaço que diariamente me faz crer que uma outra sociedade é possível. Refiro-me ao Clube Os Zíngaros e todos e todas aquelas que lá dentro lutam diariamente pelo reconhecimento da população negra de Bagé. Meu muito obrigado a Paulinha, que com seu sorriso encantador e sua dinâmica “implacável” na secretária do clube, sempre me atendeu de maneira exemplar e nunca me deixou faltar nada. À presidenta, Dona Elisabete, cuja liderança e vontade de lutar encanta a todos diariamente. Gratidão por sempre me receber de braços abertos nesse espaço de resistência negra por excelência. Ao sr. Flávio, homem negro de Santa Cruz do Sul e que fez de Bagé e do Zíngaros a sua segunda família. Muito obrigado por sempre estar atento aos meus anseios, as minhas angústias e principalmente, por abraçar a ideia do meu trabalho incansavelmente. A toda equipe diretiva do “Zíngão”, meu muito obrigado.

Aos meus entrevistados (as), Sra. Zoila da Silva, Sra. Ieda Lisboa, Sr. Ivoncléo Monteiro, Sr. Vilmar dos Santos e Sr. Luís Barbosa, muito obrigado por cederem suas casas e seu tempo para acolherem um jovem ansioso e cheio de perguntas. A presença de vocês foi fundamental na escrita desse trabalho, pois além de abrirem suas casas e conversarem comigo, também abriram seus arquivos particulares.

Aos meus colegas de mestrado da UFPel, principalmente a Helena, Suelen, Elisiane, Elvis, Silvia Bandeira, Silvia Christovão, Vinicius e Gabi, pelas conversas e pelas trocas durante as aulas e depois delas.

Aos professores do PPGH da UFPel, em especial a Clarice Speranza, Alisson Droppa e Jonas Vargas, sempre atenciosos e compreensíveis comigo. Este último em especial por ter aceitado fazer parte da banca de defesa deste trabalho.

Aos meus amigos de Pelotas. Aos irmãos Caio e Alex, por dividirem por um ano moradia comigo, aguentando minhas sucessivas crises de ansiedade. À Natália Dias, pessoa maravilhosa e que sempre abre as portas de sua casa quando vou a Pelotas. Ao Érico, Marcelo Felipeti e Allan Pereira, por dividirem comigo conversas e também mesas de bar na úmida Pelotas. Vocês são demais.

Às minhas colegas historiadoras Fernanda Oliveira da Silva, Tairane Ribeiro, Franciele Oliveira e Ângela Oliveira, por sempre me incentivarem nas minhas aventuras dentro do campo de estudos do Pós-abolição e por trocarem referências, fontes e compartilharem seus conhecimentos comigo.

Aos funcionários do Museu Dom Diogo de Souza por terem me recebido de forma atenciosa e me auxiliado nas minhas pesquisas para o presente estudo. Aos funcionários do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda, por terem me acompanhado durante muitas manhãs na minha busca incansável pelos sujeitos negros nos acervos dos jornais.

A CAPES por ter financiado esta pesquisa integralmente.

Por último, gostaria aqui de registrar a mais profunda gratidão a minha família “de casa”. Ao meu pai Edison Pinto da Silva, que através da sua labuta incansável enquanto trabalhador da construção civil, pôde me dar as bases para que eu conseguisse concluir meus estudos e hoje estar aqui, nessa nova etapa da minha vida acadêmica. À minha mãe Eloá Rosa da Silva, pessoa que me inspira diariamente com seus conselhos e que sempre fez de tudo que estivesse ao seu alcance para que eu pudesse priorizar meus estudos. A vocês dois, não há palavras que possam expressar o profundo amor, carinho e respeito que tenho por vocês. Ao meu irmão Rafael, que hoje luta pela valorização do carnaval negro lá nas bandas do Rio de Janeiro, pessoa que sempre esteve comigo e sei que sempre estará. Ao meu irmão Diego, professor de educação física e de música, que hoje divide o mesmo teto comigo e me ensina a cada dia a ser uma pessoa melhor. À minha irmã Simone, professora exemplar e que compartilha idas e vindas comigo para Pelotas nos dias de aulas na FAE. Gratidão por tudo, eu amo muito vocês.

## ENCONTREI MINHAS ORIGENS

*Encontrei minhas origens  
em velhos arquivos  
... livros  
encontrei  
em malditos objetos  
trancos e grilhetas  
encontrei minhas origens  
no Leste  
no mar em imundos tumbeiros  
encontrei  
em doces palavras  
... cantos  
em furiosos tambores  
... ritos  
encontrei minhas origens  
na cor de minha pele  
nos lanhos de minha alma  
em mim  
em minha gente escura  
em meus heróis altivos  
encontrei  
encontrei-as enfim  
me encontrei.*

Oliveira Ferreira da Silveira (Roteiro dos Tantás,  
1981).

## Resumo

SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição**: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil (1913-1980). 2018. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Esta dissertação aborda as experiências associativas de sujeitos negros na cidade de Bagé-RS no Pós-abolição (1913-1980). Através da análise da imprensa negra, de entidades carnavalescas e de clubes sociais, pretende-se observar quais foram as estratégias acionadas por esses sujeitos para se afirmar numa localidade cujas relações sociais eram racializadas. O período que serve como palco de análise para o presente estudo é o Pós-abolição, pensando este não apenas como um marco cronológico a partir do 13 de maio de 1888. Nesse contexto, negros e negras construíram múltiplas estratégias para se afirmar na sociedade bageense. Primeiramente buscamos observar a invisibilidade da atuação de homens e mulheres negras na cidade de Bagé através das obras de historiadores e escritores locais. Em seguida iremos partir para a análise da atuação da imprensa negra bageense, atentando para suas demandas e os seus projetos políticos; logo, será debatido a atuação de entidades carnavalescas negras, que a partir da década de 1940 se intensificaram e foram os responsáveis por dar a tônica do carnaval de rua de Bagé. Por último observaremos as vivências de dois Clubes Sociais Negros –Palmeiras e Zíngaros - e como estes foram importantes espaços de resistência de homens e mulheres negras, configurando-se enquanto verdadeiros redutos de afirmação da raça. As fontes utilizadas na pesquisa consistem em jornais da imprensa negra de Bagé, bem como o jornal de ampla circulação intitulado Correio do Sul; estatutos do Clube Os Zíngaros; fotos de entidades carnavalescas e de entidades negras locais e registros obtidos através da realização de entrevistas com membros de associações negras da cidade.

**Palavras-chave:** Associativismo negro; Bagé; Pós-abolição; Imprensa negra; Carnaval; Clubes Sociais Negros.

## ABSTRACT

SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição**: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil (1913-1980). 2018. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

This dissertation approaches the associative experiences of black subjects in the city of Bagé-RS in the Post-abolition period (1913-1980). Through the analysis of the city black press, carnival organizations and social clubs, it was intended to observe the strategies used by these subjects to declare themselves in a locality whose social relations were racialized. The period that serves as the stage of analysis for the present study is Post-abolition, not only thinking it as a chronological landmark from May 13, 1888. In this context, black people have built multiple strategies to assert themselves in the society of Bagé. First, it was intended to observe the invisibility of the performance of black men and women in the city of Bagé through the works of local historians and writers. After this, we will go to the analysis of the performance of the black press in Bagé, paying attention to its demands and its political projects; soon, it will be debated the performance of black carnival entities, who from the 1940s intensified and were responsible for giving the tone of the street carnival of Bagé. Finally, we will observe the experiences of two Black Social Clubs - Palmeiras and Zíngaros - and how these clubs were important spaces of resistance of black men and women, forming themselves as true strongholds of affirmation of the race. The material used in the research consist of newspapers from Bagé black press, as well as the widely circulated newspaper entitled Correio do Sul; statutes of the Zingaros Club; photos of carnival entities and local black entities and records obtained through interviews with members of the black associations in the city.

**Key-words:** Black associativism; Bagé; Post-abolition; Black press; Carnival; Black Social Clubs.

## Lista de ilustrações

<b>Imagem 1:</b> Delfino Menezes.....	79
<b>Imagem 2:</b> Primeiro quadro do <i>Sport Club Palmeira</i> , 1922.....	81
<b>Imagem 3:</b> Bloco Carnavalesco Morenas do Brasil, 1941.....	95
<b>Imagem 4:</b> Julieta Ribeiro Silva – Rainha do Vamos de Qualquer Geito, década de 1930.....	98
<b>Imagem 5:</b> Churrasco e baile organizado pelo Bloco Piratas do Amor.....	108
<b>Imagem 6:</b> Romeu Machado, o “Risoleta”.....	110
<b>Imagem 7:</b> Garotos da Batucada, 1951.....	112
<b>Imagem 8:</b> Bloco Garotos da Batucada, 1949.....	114
<b>Imagem 9:</b> Celso José Muniz. Garotos da Batucada, 1949.....	115
<b>Imagem 10:</b> Suely Cardoso, Rainha do Palmeira, 1949.....	136
<b>Imagem 11:</b> Maria Joana, Miss Palmeiras, década de 1950.....	137
<b>Imagem 12:</b> Convite Baile da Neve no Clube Os Zíngaros.....	149
<b>Imagem 13:</b> Zaida Moura Campos. Rainha d’Os Zíngaros, 1949.....	151
<b>Imagem 14:</b> Ieda Maria dos Santos Lisboa. Rainha d’Os Zíngaros, 1959.....	152
<b>Imagem 15:</b> Cherubim Bittencourt, 1938.....	155
<b>Imagem 16:</b> Academia de Samba Os Zíngaros, 1973.....	160

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Estatística populacional das cidades escravistas – 1859.....	33
<b>Tabela 2:</b> Registros de Alforrias em Bagé – 1881-1884.....	43
<b>Tabela 3:</b> Trânsito de membros do Clube Os Zíngaros em associações de Bagé no Pós-abolição.....	143

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	13
LISTA DE TABELAS.....	14
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1 “TUDO O QUE SE VÊ PLASMA-SE EM UMA INEXORÁVEL SUPREMACIA BRANCA”: A INVISIBILIDADE DO NEGRO NA HISTÓRIA DE BAGÉ.....</b>	<b>29</b>
1.1. O silêncio sobre a escravidão em Bagé.....	31
1.2. A história local e a estigmatização de corpos negros.....	46
<b>2 “(...) PARA O BEM DA COLLECTIVIDADE AONDE VIVEMOS, DENTRO DE NOSSOS ACANHADOS CONHECIMENTOS INTELLECTUAES”: IMPRENSA NEGRA EM BAGÉ NO PÓS-ABOLIÇÃO.....</b>	<b>57</b>
2.1. Pós-abolição: um campo de estudos.....	58
2.2. Raça e racialização nos estudos sobre o Pós-abolição.....	62
2.3. Jornais, sujeitos, projetos e lutas políticas: a imprensa negra bageense no Pós-abolição.....	66
2.3.1. “Corre o Boato”: sobre vigilância e controle de corpos negros.....	69
2.3.2. “A instrução é tudo”: sobre a instrução primária e educação.....	73
2.3.3. Lazer e recreação: sobre esportes, festas e atividades culturais.....	78
<b>3 “ESSA GENTE BAMBA”: CORDÕES, RANCHOS E BLOCOS CARNAVALESCOS NEGROS EM BAGÉ NO PÓS-ABOLIÇÃO.....</b>	<b>85</b>
3.1. Estudos sobre carnaval negro.....	86
3.2. Rancho Carnavalesco Vamos de Qualquer Jeito.....	92
3.3. Rancho Carnavalesco Respinga.....	101
3.4. Cordão Carnavalesco Adeantados.....	103
3.5. Piratas do Amor.....	107
3.6. Garotos da Batucada.....	111
<b>4 “(...) BEM SABEMOS QUE SOMOS NEGROS, MAS, EU CONSIDERO ISTO AQUI IGUAL OU MELHOR DO QUE O CLUB COMMERCIAL OU CAIXEIRAL”: ORGANIZAÇÃO NEGRA ATRAVÉS DOS CLUBES SOCIAIS EM BAGÉ.....</b>	<b>119</b>
4.1. Associativismo negro em terras gaúchas.....	121

4.2. <i>Clube Recreativo Palmeiras</i> : experiências de recreação e luta.....	131
4.3. De Bloco à <i>Sociedade Recreativa Os Zíngaros</i> : protagonismos negros em Bagé.....	138
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	163
ANEXOS.....	168
LISTA DE FONTES.....	169
REFERÊNCIAS BOBLOGRÁFICAS.....	171

## INTRODUÇÃO

Desde criança, ouço dentro de casa referências sobre as festas que meus pais frequentavam quando adolescentes, mas principalmente das famosas festas no Clube Os Zíngaros. Era comum nas conversas em família ouvir expressões como: “Bá! Muito arrastei pé no zingrão”, ou mesmo, “adorava dançar ao som de Tony Tornado”. Tanto meu pai como minha mãe foram associados do Zíngaros na década de 1960 e 1970, participando ativamente da vida social da agremiação. Mesmo não ocupando cargos diretivos, ambos não deixavam de ir às festas embaladas ao som de “discoteca” e diversas outras baladas melódicas que propiciavam uma dança mais juntinha entre os casais, ou como se refere o meu pai, “as danças em apenas uma lajota”.

Dentre tantas conversas e novos descobrimentos sobre as famosas festas do “zingrão”, uma das coisas que mais me chamavam a atenção era o fato de que ambos se referiam ao Zíngaros como um clube de negros. Como assim um clube de negros? Ficava me questionando. Ao passo em que fui crescendo, fui observando nas falas dos meus pais e alguns de seus amigos, que na Bagé da década de 1970, negros não entravam em clubes como o Comercial e o Caixeiral, sociedades estas que eram dirigidas por membros da elite local da cidade. Sendo assim, pessoas negras se divertiam em espaços criados por eles, como é o caso não somente do Zíngaros, mas de outras agremiações que existiam na época, como o Palmeiras, o Saca-Rolhas e o Aurora Social Clube.

A descoberta da existência de outros clubes “de negros” que existiam em Bagé deixou-me com a curiosidade ainda mais aguçada, pois para além dos clubes, haveriam outros espaços associativos de negros e negras na cidade?

No ano de 2011 ingressei no curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, na cidade fronteiriça de Jaguarão. A partir de então, nesse mesmo ano ingressei no Laboratório de História Social e Política (LAHISP), momento no qual diversos debates foram realizados, dentre eles os relativos à escravidão e a liberdade no Brasil e no Rio Grande do Sul. Dentro desse laboratório, também foram realizadas oficinas de preservação e manuseio de fontes históricas, no qual buscou-se instrumentalizar os gestores dos espaços

de salvaguarda de acervos da cidade de Jaguarão. Com relação à essa proposta, posteriormente o grupo do laboratório passou a trabalhar na higienização do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), instituição que guarda uma grande variedade de documentos históricos sobre a cidade e o Estado do Rio Grande do Sul.

Dentro desse mesmo cenário, ao passo em que as discussões teóricas sobre a escravidão e liberdade cresciam, sobretudo dentro do espaço do LAHISP, os vínculos com outros espaços na cidade de Jaguarão também se desenvolviam. Um desses espaços foi o Clube Social Negro 24 de Agosto. Nessa oportunidade, pude estreitar relações com esse clube quase centenário e também contribuir para a preservação de seu acervo documental. Dentro desta perspectiva, não só atividades acadêmicas eram realizadas dentro do clube, mas diversas outras que extrapolavam os muros da academia e que buscavam valorizar o protagonismo negro na cidade de Jaguarão, com ampla participação de diversos movimentos sociais.

Esses laços que foram forjados entre o LAHISP, o clube 24 e demais espaços localizados em Jaguarão, foram essenciais para o meu amadurecimento nas questões que envolvem a militância negra e uma outra perspectiva de se fazer/escrever história. Nesse sentido, o trabalho que ora apresento é fruto dessa trajetória apontada anteriormente, cujos contornos se dão através da formação acadêmica do autor e de sua militância em movimentos sociais.

Sobre a formação acadêmica, principalmente através dos debates travados dentro do LAHISP, pude perceber o quanto as narrativas em torno da história do negro no Brasil ganharam diversos contornos. Indo desde a lógica freyreana de que a escravidão no Brasil possuía um caráter paternalista e que as relações entre escravos e senhores eram “benevolentes”; passando pelas narrativas da chamada escola sociológica paulista, que, na tentativa de desconstruir os postulados apontados por Gilberto Freyre, acabaram por dar ênfase apenas a brutalidade que foi a escravidão brasileira, no qual acabaram por reificar o negro, os tornando seres desprovidos de racionalidade; e culminando com o revisionismo da historiografia sobre a escravidão, que a partir da década de 1980 buscou – com influências na emergência da História Cultural e Social – dar ênfase ao protagonismo de negros e negras no período escravista,

atentando para as diversas e complexas relações estabelecidas entre estes e outros setores sociais. Nessa perspectiva, ganharam destaque as diversas ações e negociações que negros e negras realizavam no cativoiro, buscando uma melhor situação para suas vidas, bem como o termo “visões da liberdade” passou a ter um significado importante para essa perspectiva de História, como bem foi pontuado por Mattos e Rios (2005).

Depois de formado, regressei para Bagé e aquela curiosidade a qual explicitava anteriormente e que me acompanhou por boa parte da adolescência, voltou a despertar, fazendo com que o contato com o Clube Os Zíngaros fosse inevitável. Entre conversas com o Sr. Flávio, com a Paulinha, com o Sr. Vilmar dentre outros “zíngarianos”, acabei me deparando com outros espaços associativos forjados por negros em Bagé, como foi o caso da imprensa, de diversas entidades carnavalescas e dos próprios clubes sociais. A partir daí, tive a certeza de que estava mais do que na hora de mergulhar na história desses espaços negros da cidade.

Nesse sentido, a presente dissertação tem como objetivo registrar as vivências e experiências associativas de negros e negras na cidade de Bagé no Pós-abolição, e para isso, lançaremos um olhar na imprensa negra, nas entidades carnavalescas negras e nos clubes sociais negros da cidade. O argumento central dessa dissertação é de que através da criação de diversas associações, sujeitos negros de Bagé puderam acionar múltiplas estratégias para melhor viver numa sociedade cujas relações sociais eram racializadas, o que impedia pessoas negras de acessarem determinados espaços públicos e privados da cidade. Para reverter esse quadro, fundaram associações pautadas em projetos políticos e articulações com outras associações, no qual buscavam construir uma identidade racial coletiva e, nos termos postulados por Silva (2011; 2017), positivada.

Com relação ao recorte temporal da presente dissertação, ele foi pensado a partir dos primeiros registros encontrados da imprensa negra e de outras associações negras na pesquisa, fazendo crer que a partir da década de 1910, ao passo que a cidade de Bagé demonstrava sinais de crescimento populacional, pessoas negras buscaram intensificar a criação de espaços para os seus. Já a

década de 1970, sobretudo nos seus anos finais, diz respeito ao fim de algumas atividades do Clube Os Zíngaros e o início de um tempo de incertezas, pois a década seguinte foi atravessada por sucessivas crises no âmbito do clube em questão.

Mesmo sabendo que a academia já desconstruiu os postulados “rankeanos” da escrita da história, cujo procedimento era o que relatar o que a fonte mostra, tal qual está escrito no documento oficial (REIS, 1996), alguns escritores e historiadores de Bagé ainda trilham um caminho próximo a essa perspectiva de se escrever história. A preocupação destes gira em torno de uma narrativa de história cujo objetivo é exaltar a figura de políticos importantes e seus feitos, bem como sobre as efemérides da cidade, cujos protagonistas são sujeitos da elite local. Ao observar essas narrativas, buscamos trilhar o caminho oposto, ou seja, a de escrever uma história de Bagé cujos protagonistas sejam sujeitos que estão à margem dessa narrativa “oficial”.

Para isso, buscamos influências na chamada História Social, principalmente aquela que emergiu a partir dos anos de 1970 e que, como afirma Mattos (1997, p. 84): [busca] “formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais”.

Procuramos evidenciar que a história de Bagé também foi forjada por negros e negras, por pessoas tidas como *comuns*, por trabalhadores e trabalhadoras cujas experiências foram negadas pela História “oficial” da cidade. Nesse sentido, a contribuição do historiador E. P. Thompson é de grande valia para o estudo que pretendemos desenvolver. Esse historiador, que pertenceu a chamada Escola Marxista Britânica, juntamente com Eric Hobsbawm dentre outros, trouxe para dentro da narrativa histórica a experiência de sujeitos *comuns*. Crítico feroz do estruturalismo, sobretudo dos estudos de Althusser, Thompson mostrou que para além das estruturas, os cientistas sociais deviam atentar para a agência dos sujeitos e os diálogos entre ambos, propondo a noção de *experiência histórica*. (THOMPSON, 1981). Nesse sentido, também é importante destacar que o próprio conceito de *classe* vai ser (re)significado pelo autor, pois se para os marxistas estruturalistas a classe “nascia” automaticamente de um determinado modo de produção, agora ela passa a ser observada do ponto de vista de sua formação histórica, ou seja, o *fazer-se* da

classe está relacionado à diversas questões culturais e históricas imbricadas nas experiências dos sujeitos.

A importância de Thompson e da escola marxista britânica é apontada por Petersen e Lovato (2013). Para as autoras:

[...] os historiadores britânicos vão recuperar não somente a pesquisa empírica, o compromisso com o acontecido, como a participação do sujeito na história. Assim, se para uma concepção estruturalista do marxismo há uma determinação mecânica das estruturas sobre os sujeitos, os marxistas britânicos vão repensar essa relação, propondo a noção de *experiência* como mediadora entre a determinação das estruturas e as ações humanas (PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 177).

Ao trazer à tona a agência de sujeitos até então marginalizados pelas documentações oficiais e pelas narrativas estruturalistas, Thompson contribuiu para uma outra perspectiva de escrita da História, a qual pode ser chamada de *história vista de baixo* (MATTOS, 1997, p. 88).

Ao buscarmos nas referências de Thompson e da História Social para a narrativa do presente trabalho, buscamos valorizar o agenciamento de negros e negras, que no período Pós-abolição forjaram diversas estratégias para melhor viver numa Bagé racializada, no qual a imprensa, o carnaval e os clubes sociais entram nesse bojo. Nesse aspecto, outro ponto merece destaque. Referimo-nos ao campo de estudos ao qual este trabalho busca se inserir: o campo de estudos do Pós-abolição. Para além de observar o período do apenas como marco cronológico, busca-se interpretar os diversos códigos e ações que foram acionados pelos negros a partir de 1888.

Nesse período, negros e negras reelaboraram identidades e ações políticas para se afirmar numa sociedade em que as relações sociais eram racializadas e no qual as experiências gestadas no período escravistas foram de extrema importância na vida desses sujeitos. A partir disso, Domingues (2009) afirma que:

As experiências acumuladas durante a escravidão (a saber: as identidades plurais; a valorização da família; os laços de amizade, solidariedade e compadrio; os padrões de moralidade, ética e honra; o papel da mulher nas relações de gênero; as estratégias de negociação, acomodação, conflito e politização do cotidiano; a vida associativa em irmandades, confrarias e agremiações mutualistas) não foram apagadas da memória,

mas reelaboradas e projetadas dinamicamente no período do pós-abolição (DOMINGUES, 2009, p. 239).

Há de ser levado em consideração que o Pós-abolição foi palco privilegiado para a disseminação das teorias raciais no território brasileiro. A partir da construção da ideia de *raça*, a elite política atuaria a fim de legitimar e naturalizar desigualdades e hierarquias (SCHWARCZ, 1993). Porém, para além da construção da ideia de *raça* vindo de cima para baixo, na presente dissertação buscamos também observar os sentidos conferidos pelos sujeitos negros à noção de *raça*, o que foi muito bem pontuado nos estudos de Albuquerque (2010).

Um dos conceitos utilizados nesse estudo diz respeito a ideia de *raça*, pensando a mesma não enquanto uma categoria biológica, e sim partindo do pressuposto de que *raça* é uma categoria sócio/histórica e cultural e que também foi utilizada pelos sujeitos negros imersos nos processos de racialização.

No que diz respeito às fontes utilizadas no presente estudo, essa consiste em jornais da imprensa negra de Bagé, a saber: *A Liberdade*, *A Revolta*, *O Teimoso*, *O Palmeira*, *O 28 de Setembro*, *A Defeza*, *A Tesoura*, *O Boato*, *Lampeão*, *O Rouxinol*, *O Rio Branco*, *Socega Leão* e *O Arauto*. Esses periódicos estão cronologicamente distribuídos entre os anos de 1913 a 1952. Também foi utilizado o jornal *Correio do Sul*, impresso que começou a circular em Bagé no ano de 1914 e encerrou as atividades na década de 1980. Considerado o impresso de maior longevidade em Bagé, o *Correio do Sul* era mantido por pessoas ligadas a elite política da cidade.

Sobre o uso de jornais na pesquisa histórica, Luca (2005) afirma que durante muito tempo estes foram pouco ou quase nada utilizados por pesquisadores, sejam eles historiadores, sociólogos e demais profissionais. A autora vai afirmar que no decurso do século XIX e início do século XX, ainda existia uma tradição de objetividade na escrita da história, a partir do qual o conhecimento histórico deveria ser pautado por uma verdade absoluta e os historiadores deveriam apenas apontar tal veracidade nas fontes oficiais, sobretudo as fontes produzidas pelo Estado.

Nessa perspectiva, os jornais eram pouco adequados para o estudo da reconstrução do passado, pois estes forneciam imagens distorcidas, parciais e,

acima de tudo, eram subjetivos demais para os historiadores, lembrando que o que deveria balizar a escrita da história era a objetividade (REIS, 1996).

A partir da chamada terceira geração dos *Annales*, haverá uma certa mudança na produção historiográfica, com o aparecimento de novos objetos, problemas de pesquisa e abordagens teóricas. Para Le Goff (1990), a História Nova, que reivindicava seu nascimento a partir da tradição dos *Annales*, ampliou o campo do documento histórico atentando para a multiplicidade dos documentos escritos de todos os tipos, sejam eles orais, escavações arqueológicas e demais registros, que vão desde uma curva de preços até uma fotografia (LE GOFF, 1990).

Luca (2005) também aponta para a importância da renovação do marxismo dentro da academia, havendo um certo abandono da ortodoxia economicista e o reconhecimento da importância dos elementos culturais na estrutura da sociedade. Nesse sentido, torna-se fundamental os estudos de E. P. Thompson, que priorizou a agência de pessoas comuns na pesquisa histórica, fazendo, principalmente, uma crítica aos estudos marxistas estruturalistas.

Para tais propósitos o alargamento da concepção de fontes históricas é de extrema importância. Assim, passou-se a utilizar em larga escala documentos que priorizassem perceber o agenciamento de pessoas comuns, como processos criminais, no qual é possível - mesmo com toda a problematização acerca dos “filtros” dessa fonte – perceber a fala dos sujeitos e também a história oral e documentos de arquivos privados (cartas; correspondências; diários; registros fotográficos; registros audiovisuais; obras de arte em geral; agendas pessoais etc.).

Nesse quadro a imprensa, mesmo que timidamente, começou a aparecer como objeto de pesquisa histórica na agenda dos cientistas sociais a partir da década de 1970, em que vão surgir teses e dissertações que utilizarão os periódicos como fonte principal.

Porém, é importante destacar que lá nos idos da década de 1930, alguns pesquisadores já percebiam o potencial da imprensa como fonte de pesquisa, como é o caso de Gilberto Freyre, que mapeou diversos jornais do século XIX para seus estudos sobre as fugas de trabalhadores escravizados, bem como

buscou perceber os anúncios de compra e venda destes sujeitos no mundo da escravidão.<sup>1</sup>

Hoje em dia são diversos os pesquisadores que utilizam a imprensa como fonte de estudos, extraindo desta fonte diversas abordagens e problemas importantes para se pensar sobre a história do Brasil, bem como sobre outros estados nacionais. Também a história do trabalho, na perspectiva do movimento operário encontrou na imprensa uma de suas fontes privilegiadas (LUCA, 2005).

Os cinco primeiros jornais elencados anteriormente estão salvaguardados no acervo do Museu Dom Diogo de Souza, localizado na cidade de Bagé. O restante dos jornais foi encontrado em um projeto de digitalização realizado pelo museu da imprensa José Hipólito da Costa, em Porto Alegre.<sup>2</sup> Já o jornal *Correio do Sul* encontra-se no acervo do Arquivo Público Municipal de Bagé Tarcísio Taborda. Também, foi usado um exemplar dos jornais *A Alvorada*, *A Razão*, *A Federação* e *Diário de Notícias*, encontrados no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.<sup>3</sup>

Além dos jornais elencados acima, essa dissertação também utilizou o caderno de estatutos do Clube Os Zíngaros, buscando analisar aspectos de organização do referido clube. Datado do ano de 1948, esse é o documento mais antigo pertencente a Sociedade, pois os demais documentos internos (livros de atas de reuniões, assembleias, correspondências), não existem mais. O caderno de estatutos do clube encontra-se salvaguardado na sede do Zíngaros, na cidade de Bagé. Também, usaremos fotografias das associações carnavalescas e dos clubes sociais, para assim mostrar os rostos e os nomes dos protagonistas dessa história.

A metodologia da História Oral foi acionada para a presente pesquisa, levando em consideração a sua importância por ser uma ferramenta “ (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo” (ALBERTI,

---

<sup>1</sup> Sobre os estudos de Freyre analisando os jornais do século XIX, ver: FREYRE, Gilberto. **O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

<sup>2</sup> Esses jornais podem ser encontrados no site: <http://afro.culturadigital.br/colecao/imprensa-negra-no-rio-grande-do-sul/>. Acessado em 03/04/2018.

<sup>3</sup> Para pesquisa do acervo da hemeroteca, pesquisar em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 13/02/2018.

2004, p.18). Essa metodologia de pesquisa, que se move num terreno multidisciplinar, já mostrou ser muito rica para o estudo de grupos étnicos-raciais dentro do campo de estudos do Pós-abolição<sup>4</sup>.

Destaco aqui a importância, nas décadas de 1970 e 1980, da contribuição da História Social e Cultural dentro da produção historiográfica. A partir daí novos objetos foram incorporados à pesquisa histórica, havendo assim o alargamento da concepção de fontes para o estudo da história. A partir de tal fato, para além de análises quantitativas e da história serial, houve uma valorização da análise qualitativa e a incorporação de temas contemporâneos. Nesse sentido, Alberti (2005) afirma que novas temáticas ganharam espaço nas pesquisas históricas, como por exemplo:

Vida cotidiana, família, gestos do trabalho, [interesse] pelos rituais, pelas festas e pelas formas de sociabilidade – que, quando investigados no tempo presente, podem ser abordados por meio de entrevistas de história oral (ALBERTI, 2008, p. 163).

Na presente pesquisa os entrevistados foram direcionados a um tema específico, sendo acionada, assim, a História Oral Temática. Essa, caracteriza-se por ter um tema central de análise, no qual as entrevistas e o roteiro irão conduzir os depoentes a essa abordagem. Para Meihy e Holanda, a história oral temática “é usada como metodologia ou técnica e, dado o foco temático precisado no projeto, torna-se um meio de busca de esclarecimentos de situações conflitantes, polêmicas, contraditórias” (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 38-39). Sendo assim, busca-se também confrontar os depoimentos, observando os diversos olhares dos sujeitos acerca do tema em comum.

Com relação às narrativas utilizadas no presente estudo, realizou-se entrevistas com cinco sujeitos que tiveram vivências em entidades

---

<sup>4</sup> Sobre estudos que utilizam a metodologia da História Oral para analisar grupos étnicos-raciais e protagonismos negros no Pós-abolição, ver: RIOS, Ana L. MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Moreno rei dos astros a bilhar, querida União Familiar: trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no pós-abolição**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2016. ESCOBAR, Giane. **Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em patrimônio cultural da Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2010. MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo-RS)**. Tese de doutorado em História. UNISINOS, 2010.

carnavalescas e clubes sociais negros de Bagé. O percurso até chegar nos entrevistados ocorreu a partir do primeiro ingresso do autor deste trabalho na sede social do clube Os Zíngaros, no final do ano de 2015. Chegando ao clube e explicando as ideias de realizar um estudo sobre a história do Zíngaros e o carnaval negro em Bagé, membros da direção não hesitaram em indicar nomes de pessoas que para eles são referências na história do clube e do carnaval na cidade. Assim, chegamos até os nossos cinco depoentes, que são, a saber: Sra. Zoila da Silva Pinto, que atualmente é uma das mulheres que está há mais tempo no quadro de sócios do clube Os Zíngaros e é responsável pela realização de festas de carnaval na sede do mesmo. Sra. Ieda Maria dos Santos Lisboa, que foi rainha de carnaval do Clube Os Zíngaros no ano de 1959 e cujo pai pertenceu a direção da entidade na década de 1950 e 1960. Dos homens entrevistados, temos o Sr. Luis Barbosa da Silva, figura de destaque dentro do Bloco Carnavalesco Garotos da Batucada, no qual ingressou ainda na década de 1950. Posteriormente, fez parte da direção do Zíngaros. Outro entrevistado foi o Sr. Ivoncléo Monteiro. Nascido em 1943, Ivoncléo manteve envolvimento com blocos carnavalescos e também exerceu a presidência do clube Os Zíngaros de 1965 a 1992. É filho do Sr. Manoel Arideu Monteiro, que foi presidente do mesmo na década de 1950 e 1960 e que fez parte da comissão que elaborou o primeiro estatuto da sociedade no ano de 1948. Por último, o Sr. Vilmar Paiva dos Santos, que pertenceu a diversos blocos carnavalescos negros de Bagé, dentre eles o Piratas do Amor, e também fez parte da direção do Zíngaros nos anos 2000. Evidentemente que existem outros sujeitos que são referências tanto no Zíngaros como também no carnaval negro de Bagé, porém optou-se, por enquanto, nessas cinco pessoas.

A presente dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro, será feito um debate acerca da invisibilidade da história da população negra da cidade de Bagé, tanto no contexto da escravidão no século XIX bem como nos primeiros anos da república. Inicialmente, iremos analisar alguns aspectos da escravidão negra em Bagé, reforçando a necessidade de observarmos agências negras no mundo da escravidão local, e evidenciando o quanto que a localidade estudada desempenhou papel significativo no contexto escravista do Rio Grande do Sul, fator que foi negligenciado pelas narrativas históricas “oficiais”. Em seguida, iremos observar como que corpos negros foram estigmatizados nos

escritos de alguns escritores locais, que se preocuparam mais em reforçar estereótipos racistas de homens e mulheres negras residentes em Bagé.

No segundo capítulo nosso intuito é debater a experiência de jornais forjados por e para os negros na cidade de Bagé através da análise dos impressos já elencados anteriormente. O objetivo do capítulo é perceber quais foram as estratégias de afirmação e os projetos políticos encabeçados pelos redatores, chefes e articulistas dessa imprensa negra em Bagé. Inicialmente, será feito um debate em torno do campo de estudos do Pós-abolição, elencando algumas questões que dizem respeito a esse campo como é o caso do uso das categorias *raça* e *racialização*, conceitos que são utilizados na presente dissertação. Em seguida, busca-se problematizar algumas questões presentes nas páginas dos jornais analisados, como é o caso da intensa vigilância para com corpos negros, principalmente com relação as mulheres. Dando sequência, iremos debater qual o significado da instrução primária, da alfabetização e educação para os redatores de jornais negros da cidade. Finalizando o capítulo, faremos uma discussão acerca da mobilização cultural/recreativa noticiadas nas páginas dessa imprensa negra.

O terceiro capítulo é dedicado ao carnaval negro em Bagé no Pós-abolição. Principalmente a partir das décadas de 1930 e 1940, diversas entidades carnavalescas negras surgiram na cidade e assim começaram a se projetar nos desfiles momescos, fazendo, em muitos casos, com que os redatores do *Correio do Sul* creditassem a essas entidades o protagonismo do carnaval de rua de Bagé. O propósito do capítulo é o de analisar as principais características e as estratégias de afirmação das seguintes entidades: Rancho Carnavalesco Vamos de Qualquer Jeito; Rancho Carnavalesco Respinga; Cordão Carnavalesco Adeantados; Bloco Carnavalesco Piratas do Amor e o Bloco Carnavalesco Garotos da Batucada, sempre levando em conta as particularidades do período histórico em que essas entidades operavam.

O quarto e último capítulo dedica-se a analisar as experiências dos clubes Palmeiras e Zíngaros na cidade de Bagé. Inicialmente, será feito um debate em torno dos estudos sobre os Clubes Sociais Negros na historiografia gaúcha. Em seguida, passaremos a analisar de perto as vivências e experiências do Clube Palmeiras, entidade essa que para além da recreação, criou estratégias de lutas na cidade de Bagé, mantendo, também, articulações com entidades negras de

outras cidades. Em seguida, observaremos de perto as experiências do clube Os Zíngaros, entidade que surgiu como bloco no ano de 1936 e ainda está em pleno funcionamento na cidade de Bagé. Forjado por trabalhadores negros e negras, o Zíngaros acionou diversas estratégias de atuação e afirmação no município, mantendo, também, relações com entidades de classe e diversos outros clubes negros do Rio Grande do Sul.

Nessa dissertação, mostraremos os nomes e rostos de homens e mulheres negras que mesmo negligenciados pela história “oficial” de Bagé, construíram histórias de lutas e resistências na cidade, e por isso são os protagonistas dessa história.

## CAPÍTULO 1

### “TUDO O QUE SE VÊ PLASMA-SE EM UMA INEXORÁVEL SUPREMACIA BRANCA”: A INVISIBILIDADE DO NEGRO NA HISTÓRIA DE BAGÉ

*“A verdade é que se anda pela cidade, olha-se para os prédios e lê-se nos nomes de ruas e lugares, e tudo o que se vê plasma-se em uma inexorável supremacia branca. Portuguesa, colonialista, estancieira”.<sup>5</sup>*

Os escritos de Gilberto Alves Soares sobre a cidade de Bagé mostram os anseios de se morar numa localidade que produziu uma história no singular. Sujeito negro, Gilberto Soares<sup>6</sup> teve envolvimento com diversas entidades negras da cidade de Bagé, como o Clube Os Zíngaros, Sociedade Beneficente Recreativa Saca-Rolha e Clube Independente. Sua juventude foi forjada em festas, bailes de carnaval e reuniões nos espaços negros que frequentou. Mas também foi construída na luta por melhor viver numa região marcada pelas relações racializadas, observada nitidamente com a criação de clubes sociais exclusivos para negros e outros para brancos.

Mesmo existindo vários espaços criados pelos e para os negros em Bagé, a historiografia local fez questão de produzir uma história no qual há o predomínio da figura do branco, seus espaços associativos e suas lideranças

---

<sup>5</sup> SOARES, 2015. p. 34.

<sup>6</sup> Gilberto Gesoni Alves Soares nasceu em 3 de janeiro de 1955, na rua Tiradentes, Praça das Carretas, cidade de Bagé. Estudou o primário no Colégio Municipal Mestre Porto e cursou o ginásio e o científico no Colégio Estadual Dr. Carlos Kluwe. Iniciou sua trajetória profissional na Probal, ainda em Bagé. Em 1976, mudou-se para Porto Alegre. Após uma curta experiência na Gilmart Publicidade, começou a trabalhar na RBS, onde ficou por 9 anos. Em 1986, criou um estúdio chamado Graphite e passou a atender várias empresas, entre as quais, Caldas Júnior, Hexsel Propaganda e jornal O Informativo – as duas últimas de Lajeado. Em 1988, mudou-se para Lajeado, a fim de implantar um projeto de reestruturação de O Informativo. Foi supervisor do jornal até 2001, quando criou outra agência – breve sociedade denominada Verbo Comunicação. Em 1993, fundou a AGEA Publicidade e Propaganda, que se mantém até os dias atuais na cidade de Lajeado. Tem cinco livros escritos e imprimiu apenas cinco unidades de cada, para revisão e provocar a memória dos amigos. Seus livros intitulam-se: **Pequeno Diário de Viagem** (recordações de uma viagem à Europa); **Se Não me Falha a Memória** (memórias); **O Sujeito da Frase** (aforisma); **Haicais DeGil** (poemas japoneses); **Poemas DeGil** (poemas). Informações cedidas por Gilberto Alves Soares ao autor.

políticas. Claro, isso não é uma peculiaridade da cidade de Bagé, muito pelo contrário, as demais cidades interioranas do estado do Rio Grande do Sul também guardam características semelhantes.

Ao perceber tal fato, Gilberto Soares afirma que “há grandes lacunas na história de minha cidade, entre as quais as festas do Sacca-Rolha. Recuperá-las seria uma sacada notável” (SOARES, 2015, p. 28). Pois o pontapé já foi dado, caro Gilberto, e seus escritos estão incluídos nessa perspectiva de mostrar aos moradores de Bagé e demais cidades interioranas que uma outra história pode ser forjada. Uma história no plural, observando não só a elite presente nestes espaços, mas sobretudo os demais sujeitos *comuns* que ajudaram a constituir o tecido social destes lugares.

Ainda que as lacunas apontadas por Gilberto insistam em se fazer presentes na historiografia sobre Bagé, principalmente no que diz respeito ao protagonismo de negros e negras, o próprio autor acabou mostrando que uma outra narrativa sobre a cidade pode ser construída. É nessa perspectiva que buscamos discutir na presente dissertação, apontando os diversos mecanismos acionados por sujeitos negros em Bagé no Pós-abolição através de seus espaços associativos, a saber: imprensa, entidades carnavalescas e clubes sociais.

Porém antes disso, no presente capítulo pretendemos observar como a historiografia local acabou por invisibilizar a presença de negros e negras na construção da história da cidade de Bagé.<sup>7</sup> Houve, por parte de escritores e historiadores locais, um empenho na construção de uma narrativa que buscou dar conta de uma história dos grandes feitos de Bagé e suas figuras de destaque, estes sendo, sobretudo, imigrantes europeus. Essa perspectiva de escrita da história nos quais se enquadra SALIS (1955), LEMIESZEK (2000), LOPES (2007), LEMIESZEK e GARCIA (2013), TABORDA (2015)<sup>8</sup> se assemelha à uma

---

<sup>7</sup> Em alguns momentos da escrita do presente capítulo, utilizaremos o termo “História Oficial” para designar as produções de cunho histórico desenvolvidas por escritores e historiadores bageenses. O uso desse termo refere-se ao fato de que essas produções históricas acabaram ganhando o status de “verdadeira” história da cidade, sendo ensinadas em estabelecimentos de ensino, em formações de professores da rede básica e reconhecida e legitimada por grande parcela da população de Bagé.

<sup>8</sup> O livro de Tarcísio Taborda lançado em 2015 e utilizado neste trabalho, diz respeito às suas publicações na imprensa de Bagé e outras cidades do interior gaúcho entre 1939 e 1994, ano de seu falecimento. Ver: TABORDA, Tarcísio Antônio da Costa. **Bagé de ontem e de hoje: coletânea de artigos publicados na imprensa (1939 – 1994)**. Bagé: Ediurcamp, 2015.

ideia de história meramente narrativa. Essa perspectiva de história narrativa acompanha os grandes acontecimentos, narra às grandes batalhas, as histórias de grandes heróis no tempo e suas contribuições para o presente, mas acaba se tornando uma história no singular, principalmente por passar por cima de todas as problemáticas presentes nesses contextos e acabando por contar uma história elitizada (FURET, 1986, p. 81-98). Também, tais escritos produzidos por esses escritores buscam “reconstruir” uma história do passado tal qual ele foi, se aproximando das características defendidas por Reis (1996) como sendo da escola metódica “dita” positivista, no qual “propunham uma história do passado pelo passado, dos eventos políticos passados, pela curiosidade de saber exata e detalhadamente como se passaram” (REIS, 1996. p.14).

Com isso, os sujeitos negros presentes desde o século XIX, foram postos à margem de suas produções sobre a história da cidade, ou quando aparecem são retratados de maneira estigmatizada por alguns escritores.

### **1.1. O silêncio sobre a escravidão em Bagé**

Espaços de disputas entre portugueses e espanhóis no decorrer do século XVIII, a localidade de São Sebastião de Bagé, atual município de Bagé, passou por diversas vezes do domínio espanhol ao português e vice-versa. A preocupação da coroa portuguesa com as constantes invasões dos espanhóis e a visível instabilidade da região, fez com que a mesma começasse a distribuir sesmarias para a ocupação e demarcação dos espaços regionais, dando origem às primeiras estâncias na região (LEMIESZEK, 2000, p. 64).

Já no século XIX é que a localidade de São Sebastião de Bagé começará a dar sinais de crescimento populacional. Incumbido de chefiar tropas do exército pacificador indo para Montevidéu<sup>9</sup>, o Marechal Dom Diogo de Souza decide que manterá um número significativo de pessoas pelos cerros de Bagé

---

<sup>9</sup> A ida de Dom Diogo de Souza para Montevidéu deu-se pelo fato desta cidade estar sitiada pelas tropas de José Artigas, momento no qual as províncias do Rio da Prata passavam por conflitos e guerras de independência. Nesse sentido, Dom Diogo de Souza, que havia assumido a administração do Rio Grande de São Pedro do Sul, foi incumbido por Dom João VI a ir para Montevidéu e ajudar o vice-rei do Rio da Prata Francisco Javier Elío, que havia se refugiado naquela região. Para mais informações, ver: (TABORDA, 2015. p. 234).

(combatentes, médicos, soldados, feridos, mulheres), pois o inverno rigoroso daquele ano era um empecilho para uma melhor locomoção até o seu destino.

Segundo alguns historiadores locais, principalmente Taborda (2015) e Lemieszek (2000), foi a partir deste acampamento improvisado que se originou o município de Bagé, mais precisamente em 17 de julho de 1811, data na qual o Marechal Dom Diogo de Souza partiu para Montevidéu e aqui deixou um grupo significativo de pessoas acampadas<sup>10</sup>.

Em seguida, a pequena vila começou a dar sinais de crescimento populacional. Esse fator é assinalado por Matheus (2016), que observou que ainda no ano de 1812 os moradores da cidade enviaram um requerimento à Mesa de Consciência e Ordens pedindo para que na região fosse construído uma nova paróquia, principalmente pelo fato da localidade de São Sebastião de Bagé ser freguês da capela de Caçapava, e devido a distância entre os municípios, muitos sujeitos acabavam ficando sem os “Sacramentos da primeira necessidade” (MATHEUS, 2016, p. 60).

O crescimento do município também é assinalado por Lemieszek. Segundo o autor:

A evolução da organização administrativa de Bagé igualmente é muito rápida, demonstrando seu precoce crescimento e importância. Até 1832 pertenceu ao município de Rio Pardo, ano em que passou a integrar o município de Piratini. Em 1846, no mês de junho, foi criado o município de Bagé, e em dezembro desse mesmo ano procedeu-se à eleição para a primeira legislatura da Câmara de Vereadores. O foro foi instalado em 1848, e finalmente, em 1859, Bagé é elevada à categoria de cidade (LEMIESZEK, 2000, p. 66).

Observando o impacto da escravidão negra na cidade de Bagé em sua tese intitulada *A Produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do império brasileiro (Bagé, c. 1820 – 1870)*, Marcelo Matheus (2016) acaba nos fornecendo informações importantes sobre a Bagé oitocentista. Percorrendo diversas tipologias de fontes - registros de batismos; inventários; registros de casamentos; registro de óbitos; cartas de alforrias; testamentos; processos

---

<sup>10</sup> Segundo o historiador bageense Tarcísio Antônio Costa Taborda, ao sair de Bagé em direção a Montevidéu no dia 17 de julho de 1811, o Marechal Dom Diogo de Souza deixou uma carta e promulgou a lei nº 1, no qual deixava incumbido de chefiar o acampamento recém-criado o tenente Pedro Fagundes de Oliveira. Sendo assim, para Taborda e demais historiadores locais, essa carta configura-se como a certidão de nascimento de Bagé. TABORDA, *Ibidem*, p. 98-99.

criminais e jornais – o autor buscou mapear a localidade de Bagé e perceber a importância da mão de obra negra escravizada para a economia, bem como observar possibilidades de mobilidade social destes e libertos. Assim, o autor acabou por trazer dados que corroboram o quanto a região da campanha teve influência significativa no sistema escravista sul-rio-grandense e, por que não, brasileiro.

Com relação a alguns números referentes à grande presença destes trabalhadores escravizados em Bagé no século XIX, podemos observar o primeiro levantamento estatístico feito no município no ano de 1846, no qual a localidade aparece com uma população total de 4.104 pessoas. Destas, os livres somavam 2.884, ao passo que os escravizados somavam 1.212 (MATHEUS, 2016, p. 76). Assim, temos um percentual de 29,5% de trabalhadores escravizados presentes no município. No que diz respeito ao número de africanos e crioulos, destes 1.212 escravizados, 908 (75%) eram nascidos em solo brasileiro e 304 (25%) eram africanos.

Na tabela abaixo podemos observar que já no ano de 1859 a população de Bagé aumenta significativamente, contexto em que a vila é elevada à categoria de cidade.

**Tabela 1: Estatística populacional das cidades escravistas – 1859<sup>11</sup>.**

<b>Município</b>	<b>Livres</b>	<b>Escravos</b>	<b>Libertos</b>	<b>Total</b>	<b>% de escravos</b>
<b>Porto Alegre</b>	20.341	8.417	965	29.723	28,31
<b>Jaguarão</b>	7.668	5.056	275	12.999	38,89
<b>Pelotas</b>	7.793	4.788	312	12.893	37,13
<b>Rio Grande</b>	15.432	4.369	71	19.872	21,98
<b>Cruz Alta</b>	22.073	4.019	392	26.484	15,17
<b><u>Bagé</u></b>	<u>7.982</u>	<u>4.016</u>	<u>344</u>	<u>12.342</u>	<u>32,53</u>

<sup>11</sup> Fonte: Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - Joaquim Antônio Fernandes leão, 1859. Encontrada em: ([http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_sul](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul)) Acesso em 14/03/2017.

Observa-se que do número de 4.104 habitantes residentes em Bagé no ano de 1846, treze anos depois a população total do município é de 12.342 pessoas. Destes, 4.016 são escravizados, totalizando um percentual de 32.53% da população total da cidade. Observando a tabela, percebemos que a cidade de Bagé é a terceira maior cidade em proporção de escravizados por habitante, perdendo apenas para a cidade fronteira de Jaguarão<sup>12</sup> e para o polo charqueador de Pelotas. Esses números são significativos, mostrando que o pequeno município de Bagé se organizava, imprescindivelmente, a partir da mão de obra negra escravizada. Essa importância é enfatizada por Matheus (2016), quando o mesmo afirma que:

Em relação ao total da região da campanha (Bagé, Alegrete, São Gabriel, Santana do Livramento e Uruguaiana), em 1858, Bagé concentrava cerca de 30,5% da população geral e 36,5% do total dos escravos (MATHEUS, 2016, p. 77).

Pesquisando os batismos realizados em Bagé nos anos de 1829 a 1870, Matheus (2016) encontrou uma grande quantidade de negros escravizados batizados. No total, foram encontrados 3.167 sujeitos, número expressivo que só reforça a importância de Bagé no sistema escravocrata sul-rio-grandense. (MATHEUS, 2016, p. 82-96).

Ainda dialogando com o autor, este buscou, a partir dos registros de batismos, mapear a estrutura da posse escrava em Bagé. De 1830 a 1850 o autor encontrou 1.489 escravizados e 499 senhores presentes nestes registros. Com relação aos números, 86% dos senhores possuíam em seu grupo de escravizados de 1 a 4 trabalhadores, mostrando o quanto a posse desses sujeitos estava disseminada pelo tecido social (MATHEUS, 2016, p. 169). Observando também os inventários, o autor percebeu a mesma característica da análise através dos batismos, ou seja, muitos proprietários possuindo poucos trabalhadores escravizados (MATHEUS, 2016, p. 173).

Em artigo sobre aspectos da escravidão negra em Bagé, Oliveira (2010) chegou a números semelhantes aos encontrados por Matheus. Analisando inventários do período de 1867 a 1888, o autor pôde perceber a concentração

---

<sup>12</sup> Diversos trabalhos sobre escravidão e liberdade vem sendo realizados tendo como lócus a cidade fronteira de Jaguarão. Destaque para: CARATTI, 2010; ALADRÉN, 2012; MOREIRA, 2009.

de trabalhadores escravizados em pequenos grupos de proprietários. Dos 25 inventários pesquisados, 68% continham de 1 a 5 escravizados (OLIVEIRA, 2010, p. 181).

Números semelhantes foram encontrados por Moreira (2009) e Aladrén (2011) para a cidade fronteiriça de Jaguarão. Mesmo Jaguarão guardando suas especificidades no que diz respeito a escravidão, podemos traçar algumas semelhanças entre ela e Bagé. No período que vai de 1835 a 1845, Moreira (2009) observou que 71% dos proprietários possuíam um grupo de 1 a 9 escravizados. Já para o período que vai de 1802 a 1836, Aladrén (2011) verificou que 78% dos proprietários possuíam um grupo de 1 a 9 trabalhadores, números semelhantes aos encontrados por Moreira (2009).

Esses dados nos mostram que em ambas as regiões de fronteira a posse de negros escravizados era pulverizada, disseminada pelo tecido social, havendo muitos proprietários com poucos trabalhadores. Estes desempenhavam tanto as lides do campo como também estavam presentes em serviços domésticos.

Buscando traçar um perfil destes trabalhadores negros em Bagé através dos inventários, Matheus (2016) chegou aos seguintes números: entre 1820 e 1870, o autor encontrou 2.288 escravizados inventariados. Destes, 1.228 (53,5%) eram do sexo masculino e 1.052 (46%) do feminino. Uma maior porcentagem de africanos foi encontrada no período que compreende os anos de 1820 a 1835, no qual dos 272 escravizados, 33,5% eram africanos (MATHEUS, 2016, p. 164). Já no que diz respeito a idade destes trabalhadores, entre 1820 e 1835 Matheus encontrou 60% de sujeitos em idade produtiva, ou seja, de 15 a 45 anos.

No que diz respeito à mão de obra negra escravizada na cidade, essa concentrava-se principalmente na zona rural através do trabalho na pecuária. Como bem pontua Matheus (2016),

[...] a principal atividade econômica da região da Campanha era a pecuária, que a riqueza (naquele contexto traduzida em gado, terras e cativos) estava desigualmente distribuída e que a mão de obra escrava estava bastante disseminada pelo tecido social, apesar de boa parte dos cativos estarem em poucas mãos. (MATHEUS, 2016, p. 183).

Porém, o mesmo autor também afirma que na cidade de Bagé existia uma parte significativa de grupos de trabalhadores negros escravizados que realizavam trabalhos domésticos, não necessariamente ligados à produção pecuária, como é o caso de cozinheiras e ofícios urbanos, como carpinteiros, alfaiates, pedreiros e etc. (MATHEUS, 2016, p. 186).

Peço desculpas ao leitor por esse apanhado de números, porém, creio que estes sejam importantes justamente para evidenciar que na Bagé oitocentista a mão de obra negra escravizada foi utilizada de forma intensa pela elite local, trazendo à tona dados que a historiografia sobre a história de Bagé fez questão de silenciar.

Outro fator que deve ser levado em consideração quando abordamos a escravidão em Bagé é a sua situação de região de fronteira. Bagé faz fronteira com o Uruguai, o que, evidentemente, faz com que a dinâmica da escravidão local seja diferente de outras regiões<sup>13</sup>. Nesse sentido, diversos estudos já vêm demonstrando as particularidades das relações escravistas em regiões fronteiriças na Província de São Pedro, tanto no que diz respeito a fugas de trabalhadores escravizados como também em processos de escravização ilegal entre o Brasil e o Uruguai<sup>14</sup>.

No que diz respeito às fugas em Bagé, infelizmente ainda são necessários trabalhos mais específicos sobre a temática, mesmo hoje em dia sabendo que abundam fontes primárias que o historiador pode se valer para apurar tais empreitadas de trabalhadores negros no mundo da escravidão.

Em estudo realizado em 2015, pude observar a ocorrência de fugas no município de Jaguarão através da análise de jornais. Por ser, assim como Bagé, uma cidade de fronteira com o Uruguai, acabei encontrando diversos anúncios de fugas para o país vizinho. Das 40 fugas encontradas nos periódicos, 20 tiveram como destino o solo Uruguaio (SILVA, 2015), corroborando a tese de Petiz (2006), que afirmou que grande parte dos anúncios de fugas encontrados nos jornais da Província de São Pedro eram de escravizados que foram para a Banda Oriental. Assim, também pude mostrar que os jornais podem servir como

---

<sup>13</sup> No Uruguai, o processo da abolição da escravidão ocorreu com dois decretos, sendo o primeiro no ano de 1842 para a cidade de Montevideu, e o segundo de 1846 para Cerrito e demais localidades. Ver: CARATTI, 2010. p. 84.

<sup>14</sup> Sobre as fugas de escravizados pelas fronteiras da Província de São Pedro, ver: PETIZ, 2006. Para mais informações sobre o tráfico ilegal de escravizados pela fronteira, ver: LIMA, 2010.

uma fonte em potencial para observarmos as ocorrências de fugas escravas em todo o território brasileiro.

Observando alguns aspectos das fugas em Bagé através de inventários, Oliveira (2010) nos traz algumas informações que denotam a fragilidade da característica fronteiriça de Bagé, em que ao efetuar o inventário de seu esposo, em 1849, Felícia Flora Ribeiro acaba informando que “seis anos antes fugiram para o Estado Oriental os seus escravos Antônio da Costa, Matheus da Costa e Florinda crioula, dos quais nunca mais soube notícias” (OLIVEIRA, 2010, p. 184).

Essa fragilidade apontada por Oliveira (2010) também é evidenciada através de uma correspondência enviada pelo subdelegado de Bagé ao presidente da Província em 1845. Nesta carta, observa-se o temor das autoridades locais, clamando por constituir ali (na fronteira), um corpo efetivo da Guarda Nacional:

Ilmo. Exmo. Snr.

A invasão dos bárbaros assassinos do governo de Montevideo, **os intentos de sublevarem (sic) a escravatura nesta província**; os orientais imigrados dos dois partidos que vagam pelos distritos sem mostrarem em que se ocupam, e finalmente os desertores do Exército que também aparecem tem posto os cidadãos pacíficos em sobressalto, e desassossego, e desejando tomar as providencias conveniente para estabelecer a tranquilidade pública consultei Comandante Superior da G. N. deste município para estabelecer uma polícia dos G. N. da reserva [...] (OLIVEIRA, 2010, Op. Cit. p. 191). (Grifos nossos)

Evidentemente que uma análise mais apurada em outras tipologias de fontes como os próprios jornais bageenses do século XIX, por exemplo, podem mostrar um quadro mais completo das fugas de trabalhadores escravizados (sexo, cor, idade, ofícios, locais da evasão etc.), bem como de outras características da escravidão no município. Porém, mesmo buscando construir um quadro mais geral das resistências dos escravizados em Bagé, o artigo de Oliveira só reforça a importância que a escravidão teve na localidade, e ao mesmo tempo as diversas formas de resistência negra ao sistema, seja através das fugas para outro país bem como através de *aquilombamentos* e tentativas de insurreição.

É interessante observar que durante muito tempo a historiografia sul-riograndense creditou pouca importância à mão de obra negra escravizada em território gaúcho, principalmente nas regiões em que predominava a economia pecuária. Os trabalhos buscavam dar ênfase aos polos charqueadores (Pelotas

e Rio Grande), que acabavam por concentrar uma grande quantidade de escravizados. Um dos autores que acabaram por virar referência no que diz respeito ao não emprego do negro nas lides campeiras foi Décio Freitas. Para o autor, os trabalhadores campeiros do Rio Grande do Sul eram compostos por homens livres “que, não possuindo, a nenhum título, os meios de produção, tinham de vender sua força de trabalho para prover a subsistência” (FREITAS, 1993, p. 439). Para esse autor, os negros não possuíam habilidades técnicas para as lides das estâncias, sendo essas técnicas atribuídas aos indígenas. Nesse sentido, trabalhadores rurais negros aparecem de forma esporádica e isolada na produção pecuária.

Ao estudar a obra do escritor gaúcho Moysés Vellinho, a historiadora Ieda Gutfreind (1990) assevera que os escritos de Vellinho ecoaram na historiografia sobre o Rio Grande do Sul. Para a autora, muitos escritores, dentre eles o destacado anteriormente, buscaram forjar uma história do Rio Grande do Sul em que pesasse uma influência lusitana. Assim, uma história gaúcha com estreitas relações com Portugal e com o restante do Brasil era o principal objetivo dessa matriz de produção histórica. Através dessa matriz, além da tentativa de integrar o gaúcho à agenda nacional, os intelectuais desta perspectiva buscavam maior influência política e, também, se inserir no mundo editorial brasileiro.

Com relação aos estudos sobre o negro, Gutfreind (1990) afirma que estes foram deixados de lado, ou quando não, buscava-se explicar que em solo gaúcho a escravidão foi mais “branda” do que em outras partes do Brasil. Essa visão simplista, muito difundida entre escritores gaúchos pertencentes a essa corrente mais tradicional, foi muito influenciada pelos escritos do viajante francês Saint-Hilaire quando da passagem deste por território gaúcho no início do século XIX.

Fazendo uma crítica a essa corrente tradicional da História sul-riograndense e sobre a influência dos escritos de Saint-Hilaire, Gutfreind (1990) afirma que:

[Escritores gaúchos] tomaram como suas as afirmações do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire em relação ao negro. Transformaram em matrizes seus dizeres e deles tiraram cópias, desde a diversidade de tratamento do negro desta capitania em relação as demais, seu menor número, a diferença de tratamento que havia nas estâncias e nas charqueadas. Pouca importância deram as sublevações, as fugas, aos motivos que

os levaram a cometerem crimes [...] (GUTFREIND, 1990, p. 181).

Alguns autores se destacaram ao pintar uma imagem do Rio Grande do Sul como um estado no qual as relações entre patrões e peões e senhores e escravos era harmoniosa, havendo nestas paragens uma suposta “democracia racial dos pampas”<sup>15</sup>. Estes escritores ignoraram uma diversidade de dados empíricos que vai mostrar que não somente não havia uma democracia racial em terras gaúchas, como também a instituição escravidão deixou marca significativa nas estâncias sul-rio-grandense, mostrando assim outra perspectiva para além dos polos charqueadores. Nesse sentido, há cada vez mais trabalhos acadêmicos que se dedicam a estudar o impacto da escravidão em regiões de economia pecuária com um uso de diversas tipologias de fontes, dentre elas os inventários *post mortem*, processos criminais, registros de batismos e demais documentos.

Dentro dessa perspectiva há o estudo de Zarth (2002), que buscou analisar a presença de trabalhadores negros escravizados nas lides campeiras. Para o autor, além de se fazerem presentes em número significativo na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, tais trabalhadores desenvolveram, além das lides campeiras, diversas outras atividades pastoris, o que acabou por “desconstruir” os argumentos da corrente historiográfica gaúcha que ausentou a participação negra nas estâncias.

Nesse mesmo sentido, também podemos citar a tese de Farinatti (2007), que buscou analisar a composição e estratégias da elite agrária no município de Alegrete. Neste estudo, o autor também buscou caracterizar, através de inventários, a composição escrava no município e atribuiu aos escravizados grande importância na lide campeira, afirmando que “a escravidão conseguiu desempenhar um papel estrutural na reprodução da grande pecuária desde o século XVIII até, pelo menos, o final da década de 1860” (FARINATTI, 2007, p. 400).

Também podemos citar a dissertação de Araújo (2008), que tem como foco a localidade de Cruz Alta e que buscou compor um quadro das relações entre senhores e escravizados num contexto de economia agropecuária.

---

<sup>15</sup> Ver: VIANA, 1974; GOULART, 1985.

Utilizando de vasta série documental – inventários *post mortem*; registro de compra e venda de escravos; relatórios do presidente da Província; cartas de alforria; processos criminais etc. – Araújo buscou perceber os mecanismos de dominação senhorial e as diversas estratégias de resistência que os cativos acionaram em um contexto fronteiriço, no qual segundo o autor:

Os escravos souberam se aproveitar em benefício próprio das políticas de domínio para conquistar, manter e se possível ampliar pequenas margens de autonomia. Incentivos que nada tinham de benevolência ou de um suposto de inexistente “caráter patriarcal” da escravidão na pecuária, pois foram gerados no embate entre ambos os protagonistas. (ARAÚJO, 2008, p. 21).

O interessante destes trabalhos é justamente evidenciar a importância que a escravidão negra desempenhou em regiões de economia agropecuária, fugindo das teses que observavam apenas as localidades produtoras de charque como as únicas capazes de sustentar a escravidão em solo sul-rio-grandense.

Com relação aos últimos anos em que vigorou a escravidão, Bagé ainda assim apresentava números interessantes sobre a população negra residente na cidade. Através do censo nacional realizado em 1872, a localidade aparecia com a quantia de 15.732 pessoas. Destas, 3.405 eram escravizados (21,64%)<sup>16</sup>. É interessante observar que essa era uma conjuntura na qual a instituição escravista já vinha sofrendo abalos. Referimo-nos, principalmente, à lei Eusébio de Queiroz (1850), que tornava proibido definitivamente o tráfico transatlântico de escravos, e também a lei de 28 de setembro de 1871, ou Lei do Ventre Livre<sup>17</sup>, ou seja, essa era uma conjuntura de cerceamento da instituição da escravidão no país, momento decisivo e que, posteriormente, culminou com o solapamento do regime. Portanto, devemos considerar que para um município pequeno da região da campanha gaúcha, ter 21,64% de sua população total composta por trabalhadores escravizados é um dado significativo, tendo em vista todas as questões elencadas anteriormente.

Outra questão que é muito difundida no imaginário da cidade e afirmada pelos escritores locais diz respeito a abolição antecipada da escravidão em Bagé. Percorrendo os escritos sobre a cidade, acabamos por notar uma

---

<sup>16</sup> Fonte: Recenseamento Geral do Brasil. (disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>). Acesso em 15/03/2017.

<sup>17</sup> Sobre o impacto da Lei de 28 de Setembro de 1871 nas relações entre senhores e escravos, ver: 1871: as prostitutas e o significado da lei. In: CHALHOUB, 2011, p. 189 – 201.

significativa produção acerca da abolição antecipada, tendo ocorrido em 28 de Setembro de 1884.

Fagundes (1995; 2005), Taborda (2015) e Salis (1955) defendem a mesma tese de que em setembro de 1884, por iniciativa do Club Abolicionista 28 de Setembro, o poder municipal em Bagé decretou extinta a escravidão no município.

Porém, antes da existência do referido clube abolicionista, seus membros fundaram a Sociedade 28 de Setembro, isso em meados da década de 1870. Sobre essa sociedade, Fagundes (1995) afirma que essa preocupava-se com a vida cultural de Bagé, fazendo, assim, com que edificassem um teatro localizado no centro da cidade. A mesma autora afirma que no ano de 1883 surge o Club Abolicionista 28 de Setembro, momento no qual houve uma pressão dos membros do clube para que o legislativo local decretasse extinta a escravidão em Bagé, isso vindo a ocorrer no dia 28 de setembro de 1884 Fagundes (1995, p. 58).

Nessa mesma perspectiva estão os escritos de Salis (1955). Segundo o autor:

Em 14 de agosto de 1872, elementos idealistas haviam fundado a “Sociedade 28 de Setembro”, o que nos mostra que paralelamente marcharam as duas grandes aspirações do povo: “abolição da escravatura e República”, ruindo os alicerces do Império até à derrocada final (SALIS, 1955, p. 193)

O autor também defende o argumento de que em setembro de 1884 houve a abolição da escravidão na cidade, havendo “imponentes festejos públicos em regozijo à emancipação total do elemento servil, neste município” (SAIS, 1955, p. 198).

Taborda (2015) afirma que com a criação do Club Abolicionista 28 de Setembro houve um aumento do número de manumissões na cidade, havendo a diminuição de escravizados. Também argumenta que diversos fazendeiros locais se associavam no clube e alforriavam seus trabalhadores, no passo que muitos senhores abriam mão de escravizados que recebiam por cláusula testamentária (TABORDA, 2015, p. 149). O autor também reitera que ao mesmo tempo em que uma grande massa de pessoas aderiu ao movimento protagonizado pelo clube abolicionista, muitos fazendeiros e proprietários elevavam o preço de seus escravos para impedir que estes fossem libertados.

Com uma escrita que busca exaltar os fazendeiros, proprietários e membros do clube abolicionista que tiveram “gratidão” para com seus escravizados e com o propósito de liberdade que reinava no ar, Taborda também vai defender a tese da abolição total em 28 de setembro de 1884. Sobre esse evento afirma que:

Reunidos na igreja, foi entoado, em seguida, um Te Deum, em ação de graças. Dali, uma grande passeata percorreu as ruas da cidade, dando expansão a alegria, popular, rumando, após para o Teatro 28 de Setembro, onde, outra vez, irmanados povo e autoridades, desfilaram oradores que enalteciam a libertação dos escravos (...) A festa da libertação continuou até horas adiantadas, tendo havido um grande leilão, reunindo meios para colaborar com outros municípios, na campanha da redenção dos escravos, pois Bagé já libertara todos os pretos que viviam em seu território. (TABORDA, 2015, p. 150).

Com o passar dos anos essa narrativa da abolição antecipada acabou ganhando espaço na história da cidade e foi sendo reproduzida por muitos outros escritores locais. Porém, ao nos depararmos com as fontes primárias, principalmente os registros de compra e venda de escravizados em Bagé, iremos notar que estes escritores acabaram cometendo um equívoco. Graças ao esforço de pesquisadores do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), foi compilado o livro *Documentos da Escravidão*. A partir deste material, a equipe de pesquisadores pode fornecer uma série de documentos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, e um desses documentos são os registros de compra e venda de escravizados. Analisando este material relativo a cidade de Bagé, observamos que nos anos de 1886 e 1887, ainda se encontra transações envolvendo pessoas negras na cidade<sup>18</sup>.

Outro fator que deve ser levado em consideração é que a partir da primeira metade da década de oitenta do oitocentos, houve não só no Rio Grande do Sul, mas em outros estados brasileiros uma série de alforrias condicionadas.

Observando o processo emancipacionista ocorrido em Porto Alegre a partir de 1884, Krob (2016) nos mostra que muito antes de ter ocorrido uma “abolição antecipada” de escravizados na capital da Província de São Pedro,

---

<sup>18</sup> Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul / Coordenação Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. p. 251.

ocorrera, de fato, uma série de alforrias condicionadas a prestações de serviços. Através da pesquisa em alforrias registradas em cartório, a autora evidencia que entre os anos de 1879 a 1888, houve 1.997 alforrias registradas. Destas, 971 eram condicionais, sendo 43% delas relativos a prestação de serviços ao senhor (KROB, 2016, p. 68).

Loner (2001) também constatou o aumento do número de cartas de alforrias para a cidade de Pelotas nesse mesmo período:

O processo de libertação dos escravos em Pelotas também passou pela sua chamada emancipação em 1884, momento em que grande parte dos escravos receberam cartas de libertação, porém condicionadas a prestação de serviços por um prazo variável, de 3 a 7 anos, para seus ex-patrões (LONER, 2001, p. 241).

A partir do início da década de oitenta do século XIX, a cidade de Bagé também registrou um acréscimo do número de alforrias, como se pode observar no quadro abaixo:

**Tabela 2: Registros de Alforrias em Bagé – 1881-1884**

Ano	Nº de Registros de alforrias
1881	16
1882	12
1883	13
1884	192

**Fonte:** OLIVEIRA, 2010, p. 193.

Ao observar o número de alforrias condicionais, Oliveira (2010) aponta que no ano de 1884, das 192 alforrias registradas em Bagé, 162 delas (84,38%) foram condicionadas ou a prestação de serviços ou a morte do senhor. Assim, observamos que o município de Bagé também acompanhou a lógica que vinha ocorrendo em Porto Alegre e que posteriormente se estendeu a outras regiões da Província. Nesse sentido, antes de ser uma emancipação *total* de escravizados, como bradado por escritores bageenses, tal prática foi uma estratégia, e como bem pontua Krob (2016):

[...] naquele momento em que a escravidão se encaminhava para o fim e que as pressões escravas forçavam alguma medida, permitia simultaneamente declarar os cativos livres e seguir utilizando sua força de trabalho (KROB, 2016, p. 70).

Também cabe destacar o protagonismo de negros e negras nesse processo emancipacionista, no qual alguns trabalhos vêm mostrando que trabalhadores escravizados desempenharam um papel decisivo no que diz respeito aos embates em torno das cartas de alforria. Isso é demonstrado no grande número de cartas de alforria acionadas pelos próprios escravizados em solo gaúcho a partir das últimas décadas da escravidão (MOREIRA, 2003; PERUSSATTO, 2009).

Como observado, a partir de uma análise mais acurada em outras tipologias de fontes, podemos constatar que a narrativa criada em Bagé acerca da abolição antecipada é errônea. Uma narrativa criada justamente para preservar nomes de sujeitos que outrora foram escravocratas, escrevendo uma história de heroísmo e bravura. Chama muito a atenção o fato de que a história “oficial” de Bagé tenha ignorado o passado escravista na região, pois percorrendo a bibliografia local, notamos que não há nenhum trabalho sobre o tema. Não obstante, sobre a famosa abolição de 1884 abundam textos e memórias<sup>19</sup>.

Todas essas características apontadas nos mostram o quanto que a instituição escravidão teve impacto na cidade de Bagé, evidenciando que para além de números, houve também diversas formas de resistências negras ao cativeiro. Essas questões foram negligenciadas pelos escritores que se dedicaram à escrita da história de Bagé, fazendo com que ainda nos dias atuais, muitos moradores da cidade nem saibam que a mesma também experienciou a escravidão negra.

A partir das questões elencadas anteriormente, a afirmação de Grigio (2016) - que estudou o impacto da escravidão na cidade de Santa Maria no

---

<sup>19</sup> TABORDA (2015) FAGUNDES (1995) SAIS (1955). Fim da escravidão em Bagé completa 130 anos sem comemorações. Matéria publicada em: <http://www.alternet.com.br/portal/2014/09/29/fim-da-escravidao-em-bage-completa-130-anos-sem-comemoracoes/> (Acesso em 03/04/2017). GIORGIS, José T. A escravidão em Bagé. Matéria publicada em: <http://jornalminuano.com.br/VisualizarNoticia/14769/a-escravidao-em-bage.aspx> (Acesso em 03/04/2017). BOUCINHA, Cláudio Antunes. A abolição da escravatura em Bagé. Texto publicado em: <http://claudioantunesboucinha.blogspot.com.br/2010/07/abolicao-da-escravatura-em-bage.html> (Acesso em 03/04/2017).

século XIX - também se aplica para a localidade de Bagé, no qual o autor afirma que “embora o surgimento da cidade [de Santa Maria] não esteja diretamente relacionado ao regime escravista, sua história está intrinsicamente ligada à utilização de indivíduos escravizados” (GRIGIO, 2016, p. 84).

Joseli Mendonça (2016), ao estudar a presença de africanos e seus descendentes na cidade de Curitiba, também observou a invisibilidade em que esses grupos foram colocados pelas narrativas históricas e espaços de preservação de memória da cidade. Na cidade de Bagé ocorreu e ocorre o mesmo, pois nesses espaços é visível a exclusão da presença de africanos e seus descendentes. Em um pequeno local do museu Dom Diogo de Souza, localizado na cidade de Bagé, existem algumas correntes que prendiam trabalhadores negros escravizados, porém, nada sobre a escravidão negra bageense é mencionado. Com isso, se criou na cidade uma memória e uma identidade que atribuem à imigrantes o progresso local, seja no período imperial como também no período republicano.

No mesmo sentido proposto por Mendonça (2016) numa perspectiva de contribuir para uma história pública<sup>20</sup>, é de fundamental importância atentarmos para as ações e contribuições de homens e mulheres negras na constituição da cidade de Bagé, pois assim podemos tencionar as memórias oficiais da cidade e trazer à tona outras perspectivas históricas do município, em que pese a diversidade de sujeitos e a construção de múltiplas identidades locais, que não só a de imigrantes europeus.

Esperamos que esse trabalho possa contribuir para pensar na importância de territórios negros na cidade de Bagé, numa perspectiva que já vem sendo construída em outras regiões do Rio Grande do Sul<sup>21</sup>, bem como em

---

<sup>20</sup> O termo história pública proposto por Mendonça (2016) e utilizado aqui diz respeito aos diálogos e relações “entre a produção acadêmica e não acadêmica do conhecimento histórico. De um lado, os lugares de produção de saber histórico se multiplicaram, indo além dos departamentos e centros universitários. De outro, as numerosas contendas sobre a memória coletiva e o dever de memória têm frequentemente colocado a disciplina histórica no centro de debates públicos com amplas repercussões políticas e sociais. Tais fenômenos refletem-se na vasta produção editorial, áudio visual, museológica, entre outras, que mobiliza saberes históricos, articulando demandas por esse tipo de conhecimento vindas de diversos setores da sociedade civil e do Estado” (FONTES, HEYMANN e MATTOS, 2014, p. 229).

<sup>21</sup> Sobre territórios negros na cidade de Jaguarão, ver: AL-ALAM, Caiuá Cardoso. LIMA, Andreia da Gama. **Territórios negros em Jaguarão: Revisitando o Centro Histórico**. In: Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

outros estados do sul do Brasil como é o caso de Santa Catarina<sup>22</sup>. Em projetos que envolvem universidades, movimentos sociais e pessoas das comunidades, são pensados espaços de presença e protagonismos negros tanto no mundo da escravidão como também no período Pós-abolição, com a intenção de dar visibilidade a sujeitos que historicamente foram marginalizados na construção de histórias, memórias e identidades desses locais.

Ficou nítido que a presença negra em Bagé na época da escravidão foi posta a margem das produções históricas sobre a cidade no século XIX, e nas pesquisas que abordam o período republicano a questão se repete. Nota-se um silenciamento no que diz respeito a presença de homens e mulheres negras e suas ações na cidade e como veremos a seguir, quando aparecem, são retratadas por alguns escritores de forma estigmatizada.<sup>23</sup>

## 1.2. A história local e a estigmatização de corpos negros

A produção histórica local durante muito tempo ficou preocupada em destrinchar alguns aspectos envolvendo a origem do nome da cidade, como fica evidente na vasta obra de Tarcísio Taborda, na qual o historiador local, por diversas vezes, atenta para a importância de se fazer uma arqueologia da etimologia do nome da cidade. Não obstante, a atenção de Taborda e demais historiadores locais se voltou também para a construção de uma narrativa que contemplasse nomes de figuras históricas que são naturais ou que viveram em Bagé, como é o caso de Silveira Martins, importante político do partido liberal nos fins do século XIX, bem como empresários, charqueadores e demais sujeitos pertencentes à elite local, pois como assevera LEMIESZEK (2013, p. 12) “[...] [Bagé] é berço e morada de bravos e heroicos guerreiros, estadistas, políticos,

---

<sup>22</sup> Sobre a construção de projetos que buscam dar visibilidade a presença de africanos e seus descendentes em Santa Catarina, visitar: <http://santaafrocatarina.blogspot.com.br/p/blog-page.html>.

<sup>23</sup> O termo *estigmatizado* é usado aqui no sentido conferido por Erving Goffman, no qual estigma se caracteriza pela depreciação de alguém por este possuir características que outros grupos julgam como *não normais*. As categorias criadas para estigmatizar pessoas fazem parte de uma construção social, não sendo algo dado como de forma natural. GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. Data da publicação original: 1891. Link do livro: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/92113/mod\\_resource/content/1/Goffman%3B%20Estigma.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/92113/mod_resource/content/1/Goffman%3B%20Estigma.pdf) Acesso em: 24/03/2017.

artistas, comerciantes, fazendeiros, ao lado de cultas e invulgares personalidades”.

Ao mesmo tempo em que busca mostrar ao leitor sobre importantes ministros estrangeiros que vieram a Bagé, bem como comentar sobre os primórdios da vida associativa e urbana na cidade num recorte que vai de 1885 a 1915, Lemieszek (2000) aponta para a criação de clubes sociais, beneficentes e, inclusive, entidades de classe. O autor acaba citando a criação de entidades como a Sociedade União Operária, fundada na cidade no ano de 1898. Posteriormente, foi organizada a Sociedade Beneficente União Progresso, que se configurava, segundo o autor, como entidade da classe operária (LEMIESZEK, 2000, p. 86). Também aponta para a criação da Sociedade Beneficente Feliz Esperança (1907); a Liga dos Padeiros (1908); a Sociedade Beneficente dos Alfaiates (1908) e também uma entidade organizada e dirigida por mulheres, a Sociedade Beneficente de Senhoras (1900)<sup>24</sup>.

Elencando a criação destes espaços em Bagé, mesmo que não seja sua intenção, o autor nos faz ver que os trabalhadores locais não assistiram submissos aos desmontes e desigualdades praticados pela nova ordem republicana.

De toda a forma, Lemieszek entra em contradição ao afirmar que:

Apesar de todos os avanços [da nova ordem republicana], ainda predomina um grande desânimo geral no país. Bagé, entretanto, parecia ser uma exceção, um oásis, uma cidade que desabrochava para o mundo, sempre receptiva às novidades da ciência e cada vez mais consciente da importância da integração comunitária para alcançar o sucesso (LEMIESZEK, 2000, p. 90).

A citação acima deixa claro que o autor retrata uma Bagé como um lugar onde não havia conflitos, contradições, embates entre diversos grupos sociais, pois para Lemieszek, a cidade trilhava um caminho diferente do restante do país, era um “oásis”, desabrochando para o mundo, no qual a integração comunitária a tornava um lugar diferenciado. Porém, como veremos mais adiante, Bagé não era um lugar sem conflitos, muito pelo contrário, pois o período pós-abolição

---

<sup>24</sup> A semelhança dessas associações com as de outros municípios é evidente, como é o caso dos estudos de LONER (2001) que encontrou para as cidades de Pelotas e Rio Grande no período que compreende os anos de 1888 a 1930, entidades semelhantes às achadas em Bagé, como por exemplo: União dos Trabalhadores em Padarias (Pelotas); S. B. União dos Oficiais Alfaiates (Pelotas); Sindicato Padeiros (Rio Grande); União dos Alfaiates (Rio Grande). Para um quadro completo das entidades, ver: LONER, 2001. p. 443-456.

atenuou as tensões raciais e sociais em Bagé, no qual diversos grupos negros fundaram seus espaços associativos e também estavam conectados com entidades classistas.

Lemieszek e Garcia (2013) também atribuem à contribuição de três colônias de imigrantes o fato da prosperidade na Bagé oitocentista, sendo os espanhóis, italianos e portugueses. Na figura de Emilio Guilayn, “expressão máxima de competência e sinônimo de progresso” (LEMIESZEK; GARCIA, 2013, p. 15) os espanhóis ajudaram a trazer para Bagé a energia elétrica, casas bancárias e diversos estabelecimentos comerciais. Já os italianos, na figura dos irmãos Chichi se consolidaram como industriais em Bagé e segundo os autores fundaram um moinho movido a força hidráulica. No caso dos portugueses, os autores atribuem ao nome do Visconde de Ribeiro Magalhães um grande expoente do crescimento econômico na Bagé oitocentista. Visconde de Ribeiro Magalhães foi proprietário de estâncias, criador de bovinos, comerciante e posteriormente possuiu uma charqueada e um frigorífico na cidade de Bagé. Sobre a contribuição destas três colônias para o desenvolvimento de Bagé, os autores afirmam que:

Juntas, as três colônias de imigrantes deixaram um belo legado de obras e lição de vida a seus descendentes bajeenses. Fundaram hospitais, sociedades beneficentes, casas comerciais e indústrias. Além disso, tiveram presença marcante na música, nas artes e na literatura bajeense, não podendo deixar de citar, desse modo, a qualidade dos artesãos e profissionais de diversos ofícios de relevante utilidade para a novel cidade (LEMIESZEK; GARCIA, 2013, p. 15).

Ambos os autores não dão espaços a nenhuma contribuição da comunidade negra de Bagé em seus escritos, bem como de demais setores populares da cidade. Também, ao discorrer sobre a Bagé do século XIX não apontam em nenhum momento para a escravidão no município, como se ela não tivesse existido, ou se existiu, não tivesse importância alguma diante dos legados deixados por cidadãos europeus e seus descendentes. Assim, tais escritos reforçam a invisibilidade à qual foi submetida as contribuições de negros e negras em Bagé tanto ao longo do século XIX como também no alvorecer da República.

Sobre produções locais que materializam a estigmatização da figura do negro, temos como exemplo o livro de autoria de João Coronel Sais chamado *Tipos populares de Bagé*, cujo lançamento ocorreu no ano de 1984.

O objetivo do livro é mostrar alguns “tipos populares” da cidade como uma “contribuição ao folclore da gente da nossa terra”, no qual a grande maioria de sujeitos são negros. Um exemplo é dado quando o autor fala de Hortêncio, descrito como um [...] “crioulo alto, robusto, rosto cheio, olhos vivos, com um enorme beijo, carnudo e saliente [...]” (SAIS, 1984, p. 25). Sobre esse sujeito, o autor o estigmatiza, mostrando elementos que denotam sua descendência africana, como no caso dos “beijos” grandes. Mais adiante, outro exemplo pode ser dado quando o autor descreve as características de uma mulher chamada de Tia Pórcia, [...] “morena carregada e descendia de Negros Mina, cujo caldeamento de raças resultaram na mudança acentuada de cor de sua epiderme” [...] (SAIS, 1984, p. 53). Percebemos que João Sais “bebia” de concepções racistas ao descrever pessoas negras, atentando para suas características físicas, que denotavam um “tipo africano”, “primitivo”.

Analisando alguns escritos sobre a história de Pelotas, sobretudo os registros produzidos por escritores locais, Al-Alam (2007) atentou para a reprodução de uma história que buscava dar conta dos feitos de uma elite local. Aos demais grupos sociais, dentre eles as camadas populares, o autor observou que a contribuição destes foi negligenciada por essa narrativa hegemônica. Assim como em Bagé, escritores pelotenses também produziam escritas que estigmatizavam sujeitos negros, como é o caso de uma passagem do livro de Fernando Osório citado por Al-Alam (2007, p. 35):

Ao falar de Roberto Macacão, disse o escritor [Osório] “era feio como uma indigestão de charque”; ainda, ao referir-se à esposa deste indivíduo, a dita Macacoa, ele disse, “[...] era uma verdadeira cariátide, uma espécie de megera de Macbeth, feia como um caco de granada, elegante como uma cama de vento, perfumosa como um murrão apagado, clara como o fundo de uma chaleira de chimarrão”.

Ao citar Fernando Osório, Al-Alam (2007) está problematizando as escritas sobre a história da cidade de Pelotas e como estas foram responsáveis por forjar memórias e identidades locais, mantendo-se ainda vivas no seio da cidade e fazendo parte de trabalhos de professores e escolas locais.

Cabe lembrar que a ciência sobre as raças da virada do século XIX para o XX buscou, através de características fenotípicas, arranjar lugares sociais para os negros e brancos. No Brasil ganharam força as obras de Nina Rodrigues, cujo objetivo era o de mostrar que o atraso civilizatório do Brasil estava atrelado a miscigenação, pois o negro possuía características fenotípicas de uma raça inferior. Assim, Nina Rodrigues recorreu à Medicina e foi influenciado pelas teses de Lombroso<sup>25</sup>, no qual buscava, através de análise de crânios e demais características físicas e biológicas do negro, comprovar o quanto estes sujeitos pertenciam a uma raça inferior e estavam predispostos ao crime, à selvageria e a barbárie (RODRIGUES, 1982)

Também nesse sentido, Schwarcz (1993) aponta para a disseminação das teorias raciais no Brasil na virada do século XIX para o XX. Para a autora, tais teorias gestadas na Europa do século XVIII foram muito bem recebidas aqui no Brasil e tiveram como veículos de disseminação diversos institutos e associações, como o Instituto Histórico Brasileiro e faculdades de Medicina e de Direito, por exemplo. Estas instituições colocavam a questão racial no centro do debate e seus objetivos eram reforçar a cientificidade dessas teorias, para assim, “explicar as diferenças e [justificar] as hierarquias” (SCHWARCZ, 1993, p. 65).

Ao descrever sujeitos negros atentando para estereótipos e suas características físicas, Sais (1984) mostra-se dialogar com tais postulados teóricos sobre a raça criado na Europa e importado e (re) estruturado em solo brasileiro ainda no século XIX. Tais teorias também atentavam para caracteres físicos dos negros – atrelado à questão moral e cultural- para buscar explicação científica sobre o não progresso desses sujeitos, bem como sua pré-disposição ao crime e a “vadiagem”.

Voltando a obra de João Coronel Sais, outra questão que nos chamou bastante atenção foi a abordagem que o mesmo escritor fez do famoso Príncipe Negro, cujo nome era Custódio Joaquim de Almeida. Vindo da África, o Príncipe chegou por volta do ano de 1862 no Brasil, e como observa Pereira (2010):

Em terras sulinas o “Príncipe Custódio” ou *Osuanlele Okizi Erupe* – nome africano que trazia e o vinculava a uma auto-reivindicada origem nobre, morou em Rio Grande, Bagé e Pelotas, onde teria chegado por volta de 1900. Dando prosseguimento a sucessão de mudanças, em 1901 torna-se

---

<sup>25</sup> Sobre as teses de Lombroso, ver: LOMBROSO, Cesare. 1885-1909. **O homem delinquente**. Tradução Sebastião José Roque – São Paulo: Ícone, 2010.

morador de Porto Alegre, lugar de sua última parada (PEREIRA, 2010, p. 6).

No seu livro citado anteriormente – *Tipos Populares de Bagé* – Sais descreve Custódio como um negro escravizado e que na África havia sido um príncipe. Na sua descrição completamente equivocada de Custódio, o autor ainda afirma que:

Sem amigos e sem afeição a ninguém, o Príncipe Negro, na sua condição de nobre e de predestinado a comandar seus súditos, lutava contra a desgraça que o afligia e o sentimento de desespero que o amargurava. Escravo alforriado pela sua má conduta! Não era um cidadão. Não era, enfim, nem gente nem coisa! (SAIS, 1984, p. 59-60).

O autor ainda conclui que após ter sido alforriado por sua má conduta, o “príncipe negro resolveu afogar as suas mágoas no caminho tortuoso do vício” (SAIS, 1984, p.60). Bem diferente dos argumentos de Sais (1984), Silva (2011b) demonstra que Custódio não viera para o Brasil enquanto escravo, mas sim como um sujeito livre. Sua vinda para o Brasil é uma questão que ainda guarda alguns mistérios. Mesmo assim, sabe-se que Custódio era um homem que pertencia a aristocracia de onde viera, falando fluentemente o inglês e o francês. Possuía diversos cavalos de raças, dos quais ele mesmo se encarregava de cuidar.

Sobre a importância de Custódio no que diz respeito às práticas religiosas, Silva (2011) afirma que nas cidades em que passou “fundou centros para a prática da religião africana, pois era um devoto do vodu Gum (ou do orixá Ogum). Tornou-se também famoso como especialista no uso de ervas medicinais” (SILVA, 2011b, p. 118). Assim, o príncipe negro acabou por se tornar uma grande liderança étnico-racial, principalmente na cidade de Porto Alegre, localidade onde morou por 34 anos, e como bem pontua Silva (2011b, p. 119): [...]“aplicou seu prestígio e riqueza para melhorar as condições dos africanos e de sua comunidade, num estado onde existia forte discriminação contra os negros”. O príncipe Custódio acabou falecendo no ano de 1935 em Porto Alegre, provavelmente com mais de cem anos de idade, fato que foi noticiado por diversos órgãos da imprensa porto-alegrense da época.

Como escrito anteriormente, muitas publicações sobre Bagé e seus personagens acabam ganhando uma forma quase que “viva” dentro da

sociedade, sendo suas narrativas se tornando, muitas vezes, a “verdadeira” história local. João Coronel Sais acabou cometendo um erro histórico gravíssimo ao descrever o Príncipe Negro como um escravizado, como um não cidadão, desumanizando um sujeito que contribuiu de forma muito significativa para elementos da religião de matriz africana em solo gaúcho e brasileiro. O seu livro sobre os “tipos populares” da cidade reforça estereótipos sobre pessoas negras da cidade e acaba por transformá-las em algo caricato.

Ainda com relação as abordagens que estigmatizam sujeitos negros em Bagé, as encontramos também na obra da escritora local Elizabeth Macedo de Fagundes (1995). Em seu livro intitulado *Bagé no caminho da história do Rio Grande do Sul*, a autora, ao se referir a Maximiano Domingos do Espírito Santo<sup>26</sup>, popularmente chamado de Preto Caxias, reproduz um trecho do livro de Eurico Salis, publicado no ano de 1955. Nesta passagem, o autor descreve Preto Caxias do seguinte modo:

Preto Caxias – Maximiano Domingos do Espírito Santo – Chegou em Bagé, aos 36 anos de idade, fazendo parte do 8º Batalhão de Fuzileiros. Era filho de escravos, oriundos de Angola, natural do Rio de Janeiro. Sua figura de negro feio era bem simiesca: beijos largos, nariz achatado, olhos pequenos e vivos, orelhas mais dilatadas em sua implantação basilar, estatura mediana. (Grifos nossos) (SALIS apud, FAGUNDES, 1995, p. 54).

A escritora, ao reproduzir os escritos de Eurico Salis que foram construídos nos anos de 1950, acaba por dar continuidade às formas de estigmatização de sujeitos negros, como no caso da citação acima, em que Maximiano é tido como uma figura “simiesca”, ou seja, é comparado à figura de um macaco. Infelizmente, tais escritos são reproduzidos havendo com isso a naturalização desses estereótipos.

Toda essa invisibilidade de negros e negras na história de Bagé que estamos mostrando ao leitor até aqui, não é um caso isolado. Como bem pontua o antropólogo Ruben Oliven, na história do Rio Grande do Sul houve por muito

---

<sup>26</sup> Nascido no Rio de Janeiro, Maximiano Domingos do Espírito Santo, conhecido popularmente como “Preto Caxias”, veio parar em Bagé servindo no 8º Batalhão de Infantaria. Findado o serviço militar, Maximiano permaneceu em Bagé e começou a desenvolver serviços sociais, ajudando pessoas necessitadas. Quando da inauguração da Santa Casa de Caridade de Bagé, na década de 1870, Maximiano foi o primeiro carregador de corpos e posteriormente foi o zelador do hospital. Faleceu no ano de 1888. No salão de entrada da Santa Casa há um quadro de Maximiano pintado a óleo, o que demonstra a importância desse sujeito para a sociedade bageense. (LOPES, 2007. p. 34). Há também indícios da participação de Maximiano na Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Bagé (MATHEUS, 2016, p. 322-323).

tempo o silenciamento da história de determinados grupos, como os indígenas e os negros. Oliven (1996) ressalta que mesmo que no Rio Grande do Sul convivam diversos grupos sociais e étnicos, a tradição da historiografia regional ainda insiste em mostrar que o sujeito que habita o solo rio-grandense é o gaúcho na sua figura mais tradicional, sendo o cavaleiro e o peão de estâncias. Segundo o autor:

Esse gaúcho evoca elementos de um passado glorioso, cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra, etc. (OLIVEN, 1996, p. 18).

Muitos escritos sobre Bagé e seus habitantes são ilustrativos dessa perspectiva observada por Oliven (1996), como, por exemplo, a descrição de um *blog* presente na internet e que tem como objetivo mostrar a história de Bagé e que aparece a seguinte descrição:

[Bagé] é Porta de entrada para o pampa gaúcho, seus campos preservam o bioma natural da região e seu povo não cansa de mencionar a sua rica arquitetura urbana e rural. Como o gaúcho de fronteira jamais viveu sem um cavalo, só poderia ser aqui que se encontra o que há de melhor na produção equina nacional, principalmente dos puros – sangue ingleses e dos crioulos<sup>27</sup>.

A historiadora Ieda Gutfreind (1992) sublinhou que a historiografia sobre o Rio Grande do Sul poderia ser dividida em duas matrizes de pensamento: a matriz platina e a lusitana. A primeira defende que a história do Rio Grande do Sul deve ser atrelada à influência espanhola, da cultura dos povos que compunham as regiões do Prata. Já a segunda matriz buscava atrelar a formação do Rio Grande do Sul à sua origem portuguesa. Os escritos produzidos por historiadores da matriz lusitana, que teve como alguns de seus expoentes nomes como o de Moysés Velhinho e Othelo Rosa, principalmente a partir da década de 1920, buscavam integrar a história do Rio Grande do Sul a agenda nacional, ou seja, negavam que a origem do estado estava ligada a influência das regiões do Prata e buscavam integrar a história do estado à uma escrita nacional, originada pela cultura portuguesa. Essa perspectiva historiográfica buscou reforçar a figura do gaúcho como um sujeito viril, ordeiro, disciplinado:

A matriz lusa da historiografia também negou o aspecto que inferiorizava a população da capitania em geral e permaneceu

---

<sup>27</sup> Extraído de: <http://cidadebage.blogspot.com.br/2010/07/historia-de-bage-rs.html>. Acesso em 20/02/2017.

apenas com aquele rol de valores com os quais José Feliciano caracterizou os conquistadores das missões. Tais conquistadores foram vistos como um punhado de homens valentes, audaciosos e bravos que, sem armas e munições, anexaram a Província das Missões ao domínio português. Tais qualidades, reconstruídas pela matriz lusa, passaram a caracterizar o gaúcho em geral [...] (GUTFREIND, 1992, p. 14).

Essa figura do gaúcho como um sujeito guerreiro e disciplinado também foi esboçada por Oliveira Viana, no seu livro *Populações Meridionais do Brasil*, lançado originalmente em 1920 e que observava a formação histórico-social dos habitantes das terras gaúchas. Viana acreditava na figura do gaúcho como um combatente, pois este estaria habituado aos conflitos principalmente por estar em regiões de fronteira, fazendo com que o gaúcho tivesse uma aptidão nata para guerrear e andar a cavalo. O autor pintou a figura do gaúcho como o “centauro dos pampas”, como aquele sujeito que seria o guardião das fronteiras do Rio Grande do Sul. Esses sujeitos seriam brancos e descendentes de europeus, não havendo espaços para a contribuição de outros grupos sociais em seus escritos. Tal fato acabou sendo levado adiante e ainda nos dias atuais acabamos por ver tais representações de gaúchos, pois como bem pontua Oliven (1996, p. 25): “trata-se de uma construção de identidade que exclui mais que inclui, deixando fora a metade dos territórios sul-rio-grandense e grande parte de seus grupos sociais”. A partir das obras desses escritores, sobretudo os vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) tanto da matriz lusitana como da platina, nota-se que ambas legaram a população negra para o segundo plano.

Na cidade de Bagé, a invisibilidade da história de africanos e seus descendentes é nitidamente observada quando nos propusemos a percorrer a bibliografia sobre a cidade. Quando aparecem, são pintados de forma caricata e muitas vezes com estereótipos de “africanizados”. Tais autores deixaram de lado a contribuição da população negra para a formação histórica de Bagé tanto no século XIX como também no XX.

No alvorecer da república, o município de Bagé assistiu a um crescimento substancial de sua população. Para se ter uma ideia, o censo demográfico do

ano de 1900, o município possuía 28.956<sup>28</sup> pessoas, sendo o sétimo município com o maior número de pessoas dentre os 66 recenseados. Esse crescimento populacional de Bagé veio acompanhado de um acréscimo do número de estabelecimentos comerciais, sobretudo de estabelecimentos fabris como é o caso de charqueadas. Segundo Lemieszek e Garcia (2013, p. 17), de 1895 até 1905, foram criadas cinco charqueadas na cidade de Bagé, o que acabava também atraindo a mão de obra de cidades vizinhas. Os anos iniciais do século XX também foram marcados por obras de revitalização do espaço urbano, como é o caso do calçamento das principais vias da zona central de Bagé.

Juntamente com esse crescimento da cidade, intensificou-se a criação de espaços criados por pessoas negras, pois ao passo que a cidade crescia, ia se tornando mais segregada. Cabe lembrar que os primeiros anos da república foram marcados pelo impacto das teorias raciais, aquelas que buscavam comprovar cientificamente a inferioridade cultural de sujeitos negros. No Brasil, tais postulados científicos foram muito bem recebidos e disseminados pelo Estado, intelectuais e pessoas nas suas vidas cotidianas. Com isso, as relações sociais no Pós-abolição foram marcadas por processos de racialização, presentes no âmbito da vida privada de pessoas negras e não negras, mas também nos espaços públicos das ruas das cidades.

É justamente no Pós-abolição que a imprensa forjada por e para negros ganha força no Brasil, abarcando diversos estados do país. No Rio Grande do Sul, ainda no século XIX começam a surgir periódicos dedicados aos “homens de cor”, com o intuito, principalmente, de debater questões fundamentais nas vidas desses sujeitos, como por exemplo educação, trabalho e política.

Na cidade de Bagé, foi no ano de 1913 que nossa pesquisa encontrou indícios da organização negra através da imprensa com a publicação do jornal *O Rio Branco*. Também data de 1913 a criação de um time de futebol somente para jogadores da *raça negra*, time esse que posteriormente possuiu um jornal.

---

<sup>28</sup> Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900. (Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1905). Pesquisado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4/browse?value=Censo+demográfico%2C+Brasil%2C+1900&type=subject>. Acesso em 21/02/2018.

Nesse sentido, no capítulo seguinte, iremos observar as experiências de jornais da imprensa negra em Bagé, evidenciando que para além de trabalhadores braçais e figuras “folclorizadas” (como são comumente associados), sujeitos negros atuaram também pensando as questões políticas de seu tempo e dirigiram diversos jornais na pequena cidade interiorana de Bagé.

## CAPÍTULO 2

**“(…) PARA O BEM DA COLLECTIVIDADE AONDE VIVEMOS, DENTRO DE  
NOSSOS ACANHADOS CONHECIMENTOS INTELLECTUAES”<sup>29</sup>:  
IMPrensa NEGRA EM BAGÉ NO PÓS-ABOLIÇÃO**

No Pós-abolição, a cidade de Bagé viu o surgimento de uma dezena de jornais forjados pelos e para os negros. De caráter variados, esses impressos eram os responsáveis por manter a comunidade negra bageense atenta aos movimentos das sociedades negras locais, bem como sobre o comportamento de sujeitos negros tanto no espaço público da rua como em eventos sociais de caráter privado. Mas para além disso, tais impressos mostravam os anseios e os projetos políticos de seus redatores, no qual o debate sobre a política e as problemáticas do período Pós-abolição eram evidentes. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é o de observar a atuação negra em Bagé no Pós-abolição através da análise de jornais produzidos por e para os negros. A partir disso, iremos analisar os seguintes periódicos: *O Rio Branco* (1913), *A Liberdade* (1920), *A Defeza* (1920), *O Palmeira* (1922; 1927, 1949, 1952), *O Rouxinol* (1924), *A Revolta* (1925), *O Teimoso* (1928), *O Boato* (1929), *Lampeão* (1934), *A Tesoura* (1935), *O Arauto* (1936), *Socega Leão* (1937; 1939) e *O 28 de Setembro* (1937, 1938, 1939). Mesmo se tratando de poucos exemplares, esses jornais que circularam em Bagé, sobretudo a partir da década de 1910, mostram toda uma organização negra na cidade através de projetos e demandas elencadas pelos intelectuais que escreviam nesses periódicos.

Inicialmente, iremos discorrer sobre a importância do Pós-abolição enquanto campo de estudos, pois vem crescendo o número de pesquisas que buscam apontar para as particularidades de estudar o protagonismo de sujeitos negros no período posterior a abolição da escravidão no Brasil, e na esteira desses estudos, a imprensa negra vem ganhando destaque. Dentro do campo

---

<sup>29</sup> *O Arauto*, 26/04/1936, p. 1.

de estudos do Pós-abolição, também merece ser ressaltado os estudos sobre os processos de racialização e os estudos sobre raça, os quais iremos apontar nesse trabalho. Depois de discorrer sobre essas questões, passaremos à análise dos periódicos, observando, inicialmente, as características de controle que tais impressos mantinham sobre os corpos negros. Em seguida, observaremos como a instrução primária, bem como a alfabetização e a educação foram lutas fundamentais para os redatores de alguns periódicos da cidade. Finalizando, analisaremos algumas características sobre eventos sociais, bem como sobre esportes e o lazer da comunidade negra, presentes nas páginas desses impressos.

### **2.1. Pós-abolição: um campo de estudos**

Esta pesquisa busca se inserir dentro do campo de estudos do Pós-abolição, na tentativa de juntar-se ao crescente movimento de pesquisadores que se dedicam a compreender as particularidades desse processo histórico, marcado, sobretudo, com o fim do regime escravista no Brasil, a partir de maio de 1888. Nesse sentido, cabe destacar que o marco cronológico que caracteriza o fim da escravidão varia de acordo com características de cada sociedade. Por exemplo, no Uruguai tem-se o período de pós-abolição a partir do ano de 1846, momento no qual acabou a escravidão enquanto instituição. Nos Estados Unidos é estudado a partir de 1863, marco fim do sistema escravocrata, enquanto que no Brasil tem-se a referência de 1888, momento em que a instituição escravidão deixa de existir legalmente através de uma normativa.

Com a desagregação do sistema escravista no Brasil, inaugura-se um novo período, com características próprias. Nesse sentido, pesquisar o período pós-abolição compreende atentar para as mudanças nas regras do jogo social, principalmente entre o estado e os sujeitos envolvidos nesse processo, mas também sobre os significados atribuídos pelos diversos setores da população nesse novo contexto.

Rios e Mattos (2005) afirmam que até meados da década de 1970, de forma majoritária, cientistas sociais concordavam que a situação dos negros no Brasil no pós-abolição era, de forma mais ou menos direta, uma herança do

escravismo. Nesse sentido, se os negros se encontravam em um quadro de desvantagem política, econômica e social dentro da sociedade brasileira, isso era um reflexo direto da deformação que outrora foi a sociedade escravista ao qual estes sujeitos estavam imersos.

A partir da década de 1960, principalmente com os estudos de sociólogos da chamada *Escola Sociológica Paulista*, o mito da democracia racial irá sofrer duros ataques dentro da academia. Um dos principais intelectuais vinculados a este movimento foi Florestan Fernandes, que estudou a situação do negro depois da abolição da escravidão em São Paulo. Rios e Mattos (2005) afirmam que o autor também apontou para a herança da escravidão para explicar a desorganização social dos negros depois da abolição, principalmente:

A ausência de ligações familiares sólidas; iniciativa e disciplina de trabalho; de solidariedade de raça ou de classe, que levava a um tipo de comportamento por vezes patológico (desregramento sexual, alcoolismo, inclinação para o crime, prostituição etc.) (RIOS; MATTOS, 2005, p. 20).

Nessa abordagem o negro foi caracterizado enquanto um ser anômico, incapaz de se organizar enquanto grupo ou individualmente e assim causar transformações substanciais na sociedade ao qual faz parte. Esse quadro “patológico” tinha a contribuição de elementos conjunturais e também psicológicos. Numa passagem de seu livro intitulado *A integração do negro na sociedade de classes*<sup>30</sup>, Fernandes (2008) deixa evidente seus argumentos quanto a suposta anomia do negro na sociedade brasileira no pós-abolição:

Os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras. Em consequência, viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela. Constituíram uma congêrie social, dispersa pelos bairros, e só partilhavam em comum uma existência árdua, obscura e muitas vezes deletéria. Nessa situação, agravou-se, em lugar de corrigir-se, o estado de anomia social transplantado do cativo (FERNANDES, 2008, p. 120).

A preocupação dos autores vinculados à chamada *Escola Sociológica paulista* era o de evidenciar a brutalidade da escravidão para assim desmistificar a ideia de uma Democracia Racial existente no Brasil, e não o de perceber as ações dos sujeitos negros dentro desse contexto. Nesse sentido, as obras destes

---

<sup>30</sup> A primeira edição do livro *A integração do negro na sociedade de classes*, escrito por Florestan Fernandes, foi publicado no ano de 1964.

autores acabaram por “reificar” o negro, o tornando um ser passivo e que perdera a sua capacidade de resistência ao regime escravista ao se aceitar como uma simples mercadoria, perdendo assim a sua subjetividade e apenas reproduzindo a lógica do sistema (CARDOSO, 1997).

A partir da década de 1980, a historiografia sobre a escravidão e a liberdade ganha novos contornos dentro da academia. Assim, os estudos se voltaram para entender os processos e as relações dos sujeitos na sociedade escravista brasileira, buscando atender para a complexidade dessas relações. O trabalhador escravizado, que outrora foi apenas um coadjuvante em meio às engrenagens do modo de produção escravista, passa então a ser o protagonista da história.

Esta nova abordagem dos estudos sobre escravidão e liberdade no Brasil foi muito influenciada pelos estudos da escola marxista britânica, principalmente a partir dos estudos do historiador E. P. Thompson. Ao se preocupar com a agência de pessoas *comuns*, suas narrativas acabaram por trazer à tona a experiência de diversos sujeitos que outrora foram silenciados pelas documentações oficiais e pelas análises marxistas estruturalistas, que voltavam suas preocupações apenas para as estruturas (THOMPSON, 1981).

A partir disso, as pesquisas buscaram perceber a agência dos sujeitos negros tanto no mundo da escravidão como também depois do fim do cativeiro, mostrando os diversos e complexos caminhos percorridos por esses sujeitos na tentativa de melhor viver, mesmo sob o jugo da escravidão. Práticas de resistências foram atribuídas não somente às fugas, mas a outras características como preservação da cultura linguística e religiosa; pela barganha; buscando otimizar o tempo de trabalho e demais manobras que envolviam uma negociação constante com o senhor (REIS e SILVA, 1989).

Rios e Mattos (2005) afirmam que essa revisão na produção historiográfica sobre a escravidão e liberdade também fez com que houvesse a necessidade de se formular novas questões nos estudos sobre o Pós-abolição, no qual:

Esta mudança de perspectiva implicou uma abordagem das sociedades pós-emancipação mais centrada na experiência dos libertos, no estudo de suas aspirações e de suas atitudes em face do processo emancipacionista e dos novos contextos sociais por ele produzidos. Afinal, o escravo que emergia da nova história social da escravidão era cada vez mais capaz de

ação histórica. Tinha adquirido família, vida cultural e comunitária, negociava e muitas vezes atuava no mercado produzindo e vendendo bens e serviços por conta própria. Desta perspectiva, também as atitudes dos libertos passaram a ser analisadas como iniciativas que respondiam a projetos próprios, que necessariamente teriam interferido nos processos de reconfiguração das relações sociais e de poder que se seguiram à abolição do cativo (RIOS e MATTOS, 2005, p. 26).

Principalmente a partir dos anos de 2000, houve um crescimento substancial de trabalhos que buscam observar as agências de negros e negras e suas experiências em torno de sociedades Pós-abolição ou em sociedades cujo processo emancipacionista estava em jogo, tanto no Brasil como em outras regiões do continente americano.<sup>31</sup>

Tal fato também fomentou a criação do grupo de trabalho Emancipações e Pós-abolição da Associação Nacional de História – ANPUH, no ano de 2013. Como o próprio manifesto de criação diz, o objetivo do GT é “consolidar o pós-abolição como campo de pesquisa relativamente dissociado dos estudos sobre escravidão, abolicionismo e relações raciais, como afirmam Flávio Gomes e Petrônio Domingues”<sup>32</sup>

Uma questão que merece destaque são as fontes para os estudos sobre o Pós-abolição. Se outrora muitos intelectuais afirmavam que as fontes eram quase inexistentes, hoje em dia sabemos que abundam fontes para os pesquisadores que tem interesse nesse campo de estudos. Como exemplo, a metodologia da História Oral se configura enquanto importante suporte metodológico que possibilita a produção de fontes, como já observado por Mattos e Rios (2004). Também, como veremos mais adiante, a imprensa negra<sup>33</sup> vem sendo cada vez mais utilizada por pesquisadores do Pós-abolição, pois a mesma mostra-se enquanto uma importante fonte de pesquisa, principalmente

---

<sup>31</sup> Estudos sobre a Jamaica, Cuba, EUA e a África, podem ser lidos em: COOPER, Frederick, HOLT, Thomas, SCOTT, Rebecca. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>32</sup> O manifesto de criação do GT Nacional Emancipações e Pós-abolição da ANPUH pode ser consultado em: <https://emancipacoesposabolicao.wordpress.com/manifesto-de-fundacao/>. Acesso em: 22/05/2017.

<sup>33</sup> Sobre a imprensa negra, ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833 – 1899)**. Dissertação. (Mestrado em História), Brasília: Universidade de Brasília, 2006. SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional**. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.

pelo fato de ser produzida pelos sujeitos negros. Tal imprensa, que surgiu em diversos cantos do Brasil ainda no período da escravidão, mas que ganhou força no Pós-abolição, é fundamental para entendermos os projetos políticos e as aspirações de homens e mulheres negros, suas demandas e suas lutas por reconhecimento e contra o racismo da sociedade brasileira.

Não podemos esquecer das fontes produzidas no âmbito dos clubes negros espalhados pelo Brasil no Pós-abolição<sup>34</sup>, como atas de assembleias e reuniões da diretoria, que são fontes importantíssimas para perceber quais as discussões que os sujeitos negros realizavam, bem como quais eram as suas percepções acerca da sociedade ao qual estavam inseridos e seus diálogos com outras instituições, pois como bem observa Silva (2013, p. 1), as fontes produzidas no âmbito dos clubes negros “são tidas enquanto constructos narrativos culturais os quais necessitam ser analisados na sua historicidade”.

Dentre as diversas pesquisas que vem sendo realizadas dentro desse campo de estudos ainda em construção, uma delas diz respeito às apropriações das noções de raça pelos negros e negras, tanto em processos emancipacionistas no século XIX bem como após o fim da escravidão enquanto instituição. Para isso, é importante frisar qual é a noção de raça empreendida no presente trabalho.

## 2.2. Raça e racialização nos estudos sobre o Pós-abolição

O Pós-abolição foi palco privilegiado para a disseminação das teorias raciais no território brasileiro. Gestadas na Europa do século XVIII, tais teorias buscavam comprovar que os seres humanos possuíam divisões e hierarquias pautados em características biológicas e que eram transmitidas hereditariamente.

---

<sup>34</sup> ESCOBAR, Giane. **Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), Santa Maria. Universidade de Santa Maria, 2010. SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento destes espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820 – 1943)**. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil – Uruguai no pós-abolição (1870 – 1960)**. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

Observando a transformação da raça enquanto categoria científica, Hofbauer (2006) assevera que nos primórdios a mesma era baseada na ascendência de um indivíduo em um grupo determinado. O termo também servia para caracterizar a linhagem da nobreza, ou seja, os indivíduos de “sangue puro”. Com o passar dos anos, o autor afirma que haverá uma mudança do termo raça, que passa não mais a caracterizar somente os nobres, mas também a grupos humanos maiores (HOFBAUER, 2006, p. 102).

No final do século XIX é que a ideia de raça enquanto ciência ganhou força, sendo estudada por diversos intelectuais e instituições, a partir dos quais “as classificações raciais (...) baseavam-se agora num ‘ideário biológico’ ou tinham, por vezes, como referência também estágios de evolução” (HOFBAUER, 2006, p. 124).

No Brasil, essas teorias foram reelaboradas e alocadas tendo em vista as especificidades das relações entre os grupos sociais aqui existentes. Assim, através de critérios de raça, buscava-se explicitar que o negro brasileiro era um ser que não estava preparado para conviver numa sociedade civilizada, perversidade que limitava o acesso desses sujeitos à cidadania. Mesmo que nos anos finais da escravidão a população negra fosse composta, em sua grande maioria, por negros livres (CHALHOUB, 1991), com a iminência do fim dessa instituição a elite política nacional buscou diversas formas de enquadrar os negros nos “seus devidos lugares”. Para isso, foram utilizadas diversas teorias científicas que buscavam mostrar o quanto que esse grupo era incapaz de se adaptar ao trabalho livre e conviver numa sociedade civilizada, motivando, dessa forma, a vinda de imigrantes europeus, também numa tentativa de branquear a sociedade brasileira.

[...] [as teorias raciais] serviram de base para justificar diferenças de tratamento e de estatuto social para os diversos grupos étnicos presentes nas sociedades ocidentais e americanas, e conduziram, quase sempre, a um racismo perverso e desumano, e às vezes genocida (GUIMARÃES, 2005, p. 62).

Nessa perspectiva de um racismo cientificado, foram diversas as instituições brasileiras que buscavam dialogar sobre noções de raça e classificar os grupos, como é o caso dos institutos históricos e geográficos, das faculdades de medicina, advogados, políticos e burocratas (SCHWARCZ, 1993). Ao mesmo tempo em que as elites dominantes utilizavam as noções científicas de raça para

justificar hierarquias e exclusões, negros e negras também acionavam a ideia de raça para se colocar na sociedade, fazendo, com isso, usos próprios dessas concepções que tendiam a inferiorizá-los. Nesse sentido, é muito importante observarmos atentamente o *fazer-se* da raça no dia a dia, no cotidiano dos sujeitos negros (HOLT, 1995).

Esse aspecto também foi bem pontuado no estudo de Albuquerque (2009), que observou a presença de noções de raça em decisões políticas de autoridades nacionais perto do fim da escravidão no Brasil. A preocupação da autora era em compreender o estreito vínculo entre o fim da escravidão e as noções de raça, no qual acabou percebendo que, de diversas formas e na maioria dos casos de maneira dissimulada, a raça estava presente nas ações e decisões políticas de autoridades brasileiras, seja de burocratas até o conselho do estado. Tal fato fez com que em diversos momentos, existissem conflitos entre autoridades e sujeitos negros. Porém, a autora vai além da percepção das autoridades e busca compreender os diversos usos que negros e negras fizeram das noções de raça presentes naquele contexto.

O mesmo também foi feito por Marcus Rosa (2014), que através do estudo da cidade de Porto Alegre entre os anos finais da escravidão e passando pelo período pós-abolição, buscou perceber as relações entre os diversos sujeitos que ocupavam lugares precários da cidade, sendo principalmente a Colônia Africana e a Cidade Baixa, regiões com grande concentração de negros, mas também de imigrantes e trabalhadores pobres. A partir desses espaços, o autor observou como que estes sujeitos mantinham relações de solidariedade e conflitos, no qual a raça era acionada, principalmente nos momentos conflituosos. Na perspectiva do autor, além de buscar processos de racialização de autoridades para com grupos subalternos, buscou-se perceber os diversos significados da raça demandados pelos negros e setores populares nas relações entre estes.

No presente trabalho, o sentido empreendido ao termo *racialização* diz respeito às práticas de disputas em torno dos significados da raça, pois assim como a sociedade branca racializava negros e negras, estes também racializavam os brancos, construindo uma relação de alteridade para com outros grupos, no qual acabavam por (re) significar a ideia de raça, pois como afirma Silva (2013, p. 3), o negro “não apenas reage a uma racialização imposta, mas

articula formas de lidar com a racialização criando e conferindo novos significados a códigos impostos”.

Como ficou evidente nas linhas expostas até aqui, a construção científica da ideia de raça foi perversa e trouxe uma gama de problemáticas para o cotidiano de negros e negras, seja nos anos em que vigorou a escravidão como também no Pós-abolição, momento no qual tais postulados científicos ganharam força. Hoje em dia a academia já pôs fim a ideia errônea de pensar a raça enquanto conceito derivado de fatores biológicos, pois o que vale mesmo é atender para essa categoria enquanto um produto histórico e que varia dependendo do contexto em que é abordado (FIELDS, 1982). É nesse sentido que a raça é abordada no presente estudo.

Guimarães (2005) assevera que a ideia de raça deve ser estudada enquanto categoria sociológica. Para isso, o autor propõe que a mesma seja observada como:

[...] constructos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas (GUIMARÃES, 2005, p. 67).

A noção de raça é tida como uma construção cultural que deve ser analisada dentro do processo histórico. Isso quer dizer que o termo raça utilizado pelos autores citados anteriormente não tem nada de fatores biológicos naturais e determinantes em grupos humanos.

Na verdade, a raça nunca foi um fato biológico natural, nunca foi comprovada cientificamente. Trata-se, na verdade, de uma poderosa construção cultural, inventada nas metrópoles europeias e reinventada em suas colônias para justificar e naturalizar a dominação dos europeus sobre os não-europeus, dos brancos sobre os não-brancos. O que torna bastante difícil compreender a raça é o de que ela só existe enquanto um componente das relações sociais, sendo identificável nas diversas desigualdades – educacionais, profissionais, salariais e muitas outras – existentes entre negros e brancos. A raça existirá enquanto existirem diferenças sociais baseadas no fato de que as pessoas possuam diferentes tons de pele (SILVA et al., 2017, p. 94).

Como mencionado anteriormente, a presente pesquisa busca se encaixar dentro do campo de estudos do Pós-abolição - ainda em construção - e dialogar

com as produções recentes sobre a temática, pensando este campo não apenas como marco cronológico a partir do 13 de maio de 1888, mas sim como um período no qual as relações sociais vão sofrer mudanças e demandar novas ações e construções identitárias dos sujeitos negros imersos nesse processo. Uma das estratégias utilizadas pelos sujeitos negros no Pós-abolição foi a atuação por meio da imprensa. Através da constituição de periódicos dos mais variados, a imprensa negra apareceu de norte a sul do Brasil, mostrando projetos políticos, anseios, desejos e aspirações de negros na busca pela sua valorização numa sociedade pautada pela racialização das relações sociais.

Essa imprensa também buscou desconstruir o estigma do negro enquanto “raça inferior”, ao passo que procurou (re) significar a ideia de raça que era comumente utilizada para inferiorizá-los. No Pós-abolição a cidade interiorana de Bagé assistiu ao surgimento de uma gama de jornais produzidos por e para os negros. Nesse sentido, o tópico a seguir tem como objetivo compreender as principais características desses periódicos, buscando constituir um quadro da imprensa negra na cidade de Bagé no Pós-abolição.

### **2.3. Jornais, sujeitos, projetos e lutas políticas: a imprensa negra bageense no Pós-abolição.**

No capítulo primeiro dessa dissertação, problematizamos a escrita da história da cidade de Bagé e o quanto que essa escrita fez questão de negligenciar a atuação de negras e negros, tanto no contexto da escravidão no século XIX como também a partir do século XX.

No que diz respeito à atuação da imprensa negra na cidade, por mais que tenham circulado, em contextos variados, mais de dez jornais, quando nos propomos a vasculhar a escrita local sobre a imprensa, mais uma vez vamos notar que os jornais negros foram deixados de lado. Ao dedicar um capítulo especial sobre a imprensa e redatores na cidade, Lopes (2007) se refere a diversos jornais do século XIX e impressos que circularam em Bagé no período republicano, porém, o autor ignorou os periódicos produzidos por e para os negros da cidade. Evidentemente que esse percurso trilhado pelo autor aqui

citado, foi, durante muito tempo, recorrente na historiografia sobre a imprensa brasileira.<sup>35</sup>

Nos estudos sobre o Pós-abolição, vem ganhando destaque, sobretudo dentro da pesquisa histórica, os jornais forjados pelos e para os negros de norte a sul do Brasil. Tais periódicos, que já circulavam nas primeiras décadas do Brasil Império (PINTO, 2006), buscavam dialogar sobre questões pertinentes à situação de vida de negros e negras, mostrando uma outra concepção de escrita cujo sujeito negro era o protagonista. Os primeiros jornais da imprensa negra surgiram na década de 1830 do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Pinto (2006), o período regencial viu o surgimento dos periódicos *O Homem de Cor* ou *o Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho* e *O Lafuerte*, todos nascidos na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1833. A mesma autora assevera a importância do surgimento desses periódicos dentro de uma sociedade escravocrata:

Esses periódicos anunciaram, agora por intermédio das letras tipográficas, o protesto negro a serviço de seus direitos – nesse caso, aqueles prometidos a todo cidadão. A marcha dos negócios públicos, apesar do avanço liberal, não garantia melhores condições à população negra livre, muito menos à liberta, quiçá, então, à escravizada (PINTO, 2006, p. 26).

Porém, é nos anos posteriores à abolição da escravidão no Brasil que a imprensa negra vai ganhar força, como bem pontua Gomes (2005, p. 28):

Surgem *O Treze de Maio* (1888), *A Pátria* (1889), *O Exemplo* (1892), *A Redenção* (1899), *O Baluarte* (1903), *O Propugnador* (1907), *O Combate* (1912), *O Patrocínio* (1913) e outros nos anos seguintes, com o objetivo de refletir sobre os desdobramentos do pós-emancipação e a situação dos “homens de cor”.

O estado do Rio Grande do Sul assistiu ao surgimento de uma dezena de jornais criados por e para os negros, ganhando destaque dois periódicos que se destacaram pela sua longevidade, como é o caso de *O Exemplo*, criado na cidade de Porto Alegre em 1892 e que com algumas interrupções circulou até 1930; e o *A Alvorada*, nascido em Pelotas no ano de 1907 e que findou suas

---

<sup>35</sup> Sobre um estudo “clássico” sobre o jornalismo brasileiro e que desconhece a atuação de impressos de cunho racial negro, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

atividades em 1965 (PINTO, 2006; MULLER, 2013; SANTOS 2011; OLIVEIRA, 2017).

Mas para além dessas duas cidades, que se configuram enquanto importantes centros urbanos do estado gaúcho, é de extrema importância atentarmos para a circulação e atuação da imprensa negra em localidades interioranas, como é o caso da cidade de Bagé, que no Pós-abolição viu o surgimento de uma dezena de jornais forjados por e para a comunidade negra, como é o caso dos seguintes periódicos: *O Rio Branco* (1913), *A Liberdade* (1920), *A Defeza* (1920), *O Palmeira* (1922; 1927, 1949, 1952), *O Rouxinol* (1924), *A Revolta* (1925), *O Teimoso* (1928), *O Boato* (1929), *Lampeão* (1934), *A Tesoura* (1935), *O Arauto* (1936), *Socega Leão* (1937; 1939) e *O 28 de Setembro* (1937, 1938, 1939). Observa-se que, mesmo sendo uma localidade pequena, a cidade de Bagé presenciou uma gama de jornais dirigidos por pessoas negras em variados contextos e que traziam, como veremos mais adiante, diversas questões pertinentes ao grupo em questão.

A concepção de imprensa negra que nos filiamos diz respeito, sobretudo, às características das notícias que eram publicadas em suas páginas, que buscavam abranger os sujeitos negros e a valorização de seus espaços de lazer e recreação; sobre aspectos da vida pública e privada ao atentar para o comportamento de homens e mulheres e a valorização de seus projetos políticos.

[...] uma vez que mesmo hoje muitos jornais negros não iniciam seus editoriais de lançamento com as palavras: “Aqui está um novo representante da imprensa negra”, qual o problema de identificar como imprensa negra jornais escritos majoritariamente ou exclusivamente por negros, dirigidos a um público negro e abordando assuntos de interesse da comunidade negra, sobretudo, denunciando práticas discriminatórias? Seja nos Estados Unidos, em Cuba, na Jamaica, na Colômbia, na Argentina, no Uruguai ou em qualquer outro país da diáspora, os estudiosos tem pensado experiências dessa natureza como imprensa negra não a partir do registro daquela expressão nas páginas dos periódicos, mas com base em suas características (PINTO, 2016, p. 20).

Passamos então a observar mais de perto esses periódicos e atentar para as suas principais características, que mesmo sendo poucos exemplares, são significativos para observarmos o agenciamento negro na cidade no Pós-abolição.

### 2.3.1. “*Corre o Boato*”: sobre vigilância e controle de corpos negros

Uma das características presentes nos periódicos pesquisados diz respeito ao controle, por parte dos redatores, com o comportamento dos sujeitos negros, mas principalmente o das mulheres. Essa é uma característica que outros pesquisadores da imprensa negra encontraram em jornais negros em diversas regiões do Brasil (DOMINGUES, 2008; OLIVEIRA, 2017). Geralmente, os jornais publicavam indiretas às mulheres sem evidenciar seus nomes, porém, em alguns casos os redatores ameaçavam publicar seus nomes caso o comportamento “inadequado” persistisse. As colunas de fofocas eram as responsáveis por essa postura de vigilância que ocorria tanto no espaço público das ruas da cidade como também em eventos sociais, culturais e esportivos de sociedades negras locais.

Nos periódicos analisados, encontramos diversas colunas de fofocas, cujo os nomes variavam, a saber: *Corre o Boato*; *Dizem os filhos da Lauteria que!!!*, *Dizem...*; *Vejam Só*; *Avanço da Quadrilha Sinistra*. Um exemplo de controle para com o comportamento das mulheres pode ser lido na nota publicada pelo jornal *Socega Leão* no ano de 1937:

Na noite de 25 foi encontrado as 9:30 horas um bloco de morenas de grande algazarra na esquina da praça esporte e rua M. Deodoro mais cautela meninas, não abusem com quem passa na rua senão eu vou dizer o nome de vocês [...] querem andar de joelhos vão para a Igreja que é o lugar de se ajoelhar.<sup>36</sup> (*Socega Leão*, 1937, p. 2).

No ano de 1937 o referido jornal era dirigido por E. C. Lima e seus redatores eram José Alves da Rosa e Jacy Gonçalves. O periódico se intitulava como um órgão *Quinzenal, Humorístico, Sportivo e Crítico*. Porém, sua característica mais marcante era o de vistoriar os namoros da mocidade bageense, pois como bem aparece no editorial de seu primeiro número, o “*Socega Leão* será crítico e humorístico e tratará muito principalmente de amores notadamente dos mal correspondidos” (*Socega Leão*, 1937, p. 1). Nesse sentido, a intenção do jornal era acompanhar de perto as relações afetivas de sujeitos

---

<sup>36</sup> As transcrições dos jornais pesquisados foram atualizadas para a gramática atual da língua portuguesa.

negros de Bagé, denunciando toda e qualquer relação que fugisse dos padrões pretendidos pelos redatores do mesmo.

Esse tipo de vigilância do comportamento de sujeitos negros, sobretudo das mulheres, foi uma constante nos jornais da imprensa negra, pois vale lembrar que no contexto em que tais periódicos ganharam força no Brasil, as teorias raciais também estavam com força total. Dessa forma, o negro era visto como uma raça inferior e atrasada culturalmente, motivo pelo qual o Estado brasileiro fortaleceu, também, a vinda de imigrantes europeus. Ou seja, mostrar-se disciplinado, organizado, era uma constante para os redatores da imprensa negra, pois havia a necessidade de subverter todo o estigma que recaía sobre o negro.

Observando alguns jornais da imprensa negra de São Paulo no Pós-abolição, Domingues (2008) afirma que era papel dessa imprensa combater a vadiagem e os vícios da comunidade negra, como é o caso do alcoolismo. Nesse sentido, o autor assevera que para os redatores desses jornais “o negro deveria ser trabalhador, honesto e cumpridor dos seus deveres, além de zelar pela moral e pelos bons costumes” (DOMINGUES, 2008, p. 41).

Ao observar os jornais *O Exemplo*, de Porto Alegre e *A Alvorada* de Pelotas, Oliveira (2017) também atentou para as colunas de fofocas presentes, sobretudo, no segundo jornal, e também frisou o controle sistemático dos redatores para com o comportamento das mulheres negras. No jornal *A Alvorada*, ganhou destaque uma coluna chama *Pesquei*, cujo objetivo era o de “vistoriar” e alertar a comunidade negra pelotense, sendo as mulheres as mais atingidas, sobre o comportamento correto que se deveria ter. Essa coluna era escrita pelo diretor do jornal, o Sr. Juvenal Penny, mas era assinada com o pseudônimo de *Dr. Pescadinha*. Presente nas festas dos clubes sociais, eventos culturais e nas ruas de Pelotas, *Dr. Pescadinha* foi responsável por publicar diversas notas alertando sobre padrões de comportamento adequado, sempre na busca por uma moral e disciplina de sujeitos negros de Pelotas.

Pesquisando o jornal *O Succo* da cidade de Santa Maria, Oliveira (2016) também observou o rígido controle dos redatores para com o comportamento da comunidade negra Santa-Mariense, sobretudo das mulheres, casos muito semelhantes aos encontrados nos jornais da imprensa negra de Bagé.

O tom moralizante foi especialmente percebido nos editoriais “Respostas inocentes” e “Vendo vi”, em que a ironia é muito utilizada como recurso para denunciar práticas consideradas incorretas, desviantes ou imorais, tais como a traição, a bigamia e o consumo de bebidas alcoólicas. (...) podendo abarcar na escrita até certo tom ameaçador aos envolvidos, uma vez que se publicavam as iniciais de seus nomes, endereços, profissões, sugerindo possíveis castigos. (OLIVEIRA, 2016, p. 131).

Mesmo que de forma acanhada, o comportamento de homens negros também estava na mira de alguns redatores de jornais da imprensa negra de Bagé, como é o caso de uma nota publicada no periódico *Socega Leão*:

Um caso triste – No Nosso Baile Bagé, o Sr. Constantino Monteiro, mais conhecido por Curto, apresentou-se ao dono do baile dizendo ser representante do órgão “Carrasco” para força para dançar de graça. Só eu mesmo (*Socega Leão*, 1937, p. 3).

É importante destacar que esse tipo de comportamento era uma autodefesa da comunidade negra, pois, como já foi mencionado anteriormente, aos negros e negras era atribuído os mais perversos estigmas que lhes atribuíam a incapacidade de viver numa sociedade “civilizada”. Nesse sentido, a observação de Oliveira (2017) sobre essa busca de uma moral, por ora exacerbada, dos jornais negros, torna-se importante:

Quando o jornal controlava ao extremo o modo de agir da população negra talvez seus redatores acreditassem estar assim contribuindo para a proteção contra os estigmas que lhes eram cunhados (OLIVEIRA, 2017, p. 74).

A busca de desconstruir estereótipos negativos forjados por uma sociedade branca e racista foi uma constante em jornais da imprensa negra brasileira. Dentro das estratégias cunhadas por sujeitos negros pertencentes a esses jornais, a busca de uma moral, disciplina e organização foram fundamentais. Um outro exemplo pode ser observado na notícia abaixo, que foi publicada no jornal bageense *Lampeão* no ano de 1934.

É preciso mais um pouco de respeito perante a sociedade, porque, meus senhores, isto aqui não pensem que é um carrapicho fantasiado de Rink Club (sic), aqui se trata de uma coroação de rainha recém-eleita, para melhor brilhantismo desta festa (...) **bem sabemos que somos negros, mas, eu considero isto aqui igual ou melhor do que o Club Commercial ou Caixeiral.** (*Lampeão*, 1934, p. 1). (Grifos meus).

A notícia acima refere-se ao momento da coroação da rainha de um rancho carnavalesco negro de Bagé. No momento da coroação, uma pessoa subiu ao palco “lançou” um beijo na rainha, gerando todo um discurso por parte do orador do dito rancho, o sr. Misael Romero. Chama a atenção o orador afirmar que mesmo sendo negros, a referida solenidade era igual ou melhor do que os clubes Commercial e Caixeiral, ambas sendo sociedades compostas por pessoas de alto poder aquisitivo de Bagé e que historicamente proibiam a entrada de negros e negras em suas festas e demais atividades sociais. Com isso, observa-se que o Sr. Misael está chamando a atenção para o comportamento dos *seus*, que deveria ser pautada por respeito e acima de tudo disciplina.

Outro detalhe que chama a atenção é o fato do orador afirmar-se enquanto sujeito negro, mesmo que nesse contexto esse termo viesse carregado de definições pejorativas/negativas (MATTOS, 2013). Oliveira (2017, p. 58) também encontrou essas características na imprensa negra de Pelotas, citando um exemplo da coluna do *Dr. Pescadinha*, quando o mesmo fez uma crítica a pessoas que não gostavam de serem chamadas de negras. Percebe-se, com isso, uma positivação do termo negro, mostrando que a imprensa negra foi fundamental para a autoafirmação de identidades raciais no Brasil.

Uma das características de alguns periódicos da imprensa negra também foi a valorização de relacionamentos entre pessoas negras, como deixa evidente a notícia publicada no *Socega Leão*, no qual afirmava que: “Na rua Marcílio Dias tem uma morena que tem por costume de namorar brancos, tu sendo filha de negro tens que procurar um da tua raça Itípica (sic) para namorar” (*Socega Leão*, 1937, p. 2). É importante destacar que a década de 1930 foi marcada pela tentativa do Estado brasileiro de construir uma homogeneidade nacional através do governo Vargas. Nesse contexto surgem muitos intelectuais pautando a importância do sentimento de “brasilidade” e se esforçando em construir narrativas que valorizassem o nacional. Esse também é o período em que o Estado busca integrar o negro e o índio nação. Um marco intelectual desse contexto é a obra de Gilberto Freyre - *Casa Grande e Senzala* -, lançada no ano de 1933 e que pregou uma ideia de Democracia Racial brasileira e a valorização da ideia de mestiçagem. Porém, assim como encontrado nos estudos de Oliveira (2017) sobre a imprensa negra, em muitos casos os redatores desses periódicos

parecem não ter levado em consideração essas questões, principalmente ao repudiarem relações inter-raciais, valorizando a relação entre as *gentes negras*.

### 2.3.2. “A instrução é tudo”: sobre a instrução primária e educação

Uma outra questão quem vem sendo debatida dentro dos estudos sobre a imprensa negra no Pós-abolição diz respeito à instrução primária. Ao pesquisar a imprensa negra meridional, Santos (2011) atentou para a importância conferida por muitos redatores desses periódicos à alfabetização.

Aos negros, a instrução significava a possibilidade de superar as condições de trabalhador braçal que remetia à escravidão, também se abria a perspectiva de ocupar uma posição social como “homem letrado”, que era um lugar social representado na imprensa negra como intangível ao preconceito. A instrução mostrava-se como um passaporte para a mobilidade social e para o conhecimento dos direitos civis, descrita muitas vezes como uma das estratégias políticas disponíveis aos negros (SANTOS, 2011, p. 124).

A instrução primária foi uma das principais bandeiras de luta de muitos jornais da imprensa negra brasileira. O saber ler e escrever poderia possibilitar ascensão social a homens e mulheres negras, tirando-os, em muitos casos, da situação de pobreza que acometia grande parcela desse grupo. Na cidade de Bagé, a valorização da instrução primária também se fez presente nas páginas de periódicos negros. No ano de 1920, o editorial do jornal *A Defeza – orgam da Raça Ethyopica: Litterario, Noticioso e Recreativo* – que era dirigido por Pedro Paulo de Oliveira e cujo redator era Loreto do Patrocínio, publicou um editorial falando sobre a importância da instrução primária para os sujeitos negros, como mostra o excerto abaixo:

[...] [a instrução primária] é um assunto não só de agrado como de interesse, principalmente da nossa raça. Uma das coisas a que nos devemos interessar é a instrução, **o aprendermos a ler e a escrever; procurarmos conhecer o direito, e que e o porquê das coisas da vida. A instrução é tudo.** (*A Defeza*, 1920, p.1) (Grifos meus).

Escrito por João dos Anjos, a pedido do jornal *A Defeza*, o editorial faz um paralelo entre o saber ler e escrever com o saber sobre o direito. Ou seja, a partir do momento em que os sujeitos negros tivessem acesso à alfabetização, poderiam saber “o que e o por que” das coisas da vida e assim galgar uma

posição de vida mais digna. Ao afirmar sobre conhecer o direito, ou seja, sobre questões jurídicas, podemos interpretar que ao ter acesso a instrução, negros e negras teriam mais subsídios para lutar por uma vida mais justa pelos *seus*.

Ao observar a situação de vida dos negros no pós-guerra civil dos Estados Unidos no século XIX, a intelectual e militante negra Angela Davis (2016) reforça a importância conferida por sujeitos negros à alfabetização e como que esta era responsável por uma consciência de luta. Para a autora, “as pessoas negras que recebiam instrução acadêmica inevitavelmente associavam o conhecimento à batalha coletiva de seu povo por liberdade” (DAVIS, 2016, p. 112). Mesmo se tratando de um estudo voltado para a história dos Estados Unidos, a análise de Davis (2016) é fundamental para observarmos que para os povos da diáspora negra, privados do acesso à educação por longos anos, a instrução primária era fator fundamental para uma emancipação coletiva e uma possível garantia de ascensão social e de busca pela cidadania.

Também chama a atenção o fato de os redatores d'A *Defeza* identificarem-se enquanto pertencentes a *raça etiópica*, numa evidente menção ao país que naquele contexto ainda mantinha um império sob a liderança de Haile Selassie. Com isso, percebe-se toda uma valorização e positividade em torno da construção de uma identidade do coletivo. Segundo Silva et. al., (2017):

[Raça etiópica é uma] expressão utilizada por negros e negras em diferentes partes do continente americano. É uma referência de positividade cujo significado estava em evocar o legado histórico de independência da Etiópica, (um dos territórios independentes mais antigos do continente africano) [...] (SILVA et.al., 2017, p. 76).

Com relação a importância da alfabetização para o grupo negro, um grande exemplo de sujeitos negros que após alfabetizarem-se acabaram alcançando uma posição de prestígio e lutaram pela melhoria da condição de vida de negros e negras foram os irmãos Xavier. Tanto Rodolfo Xavier como também Antônio Baobad, ambos nascidos na cidade de Pelotas, foram alfabetizados nas aulas noturnas da Biblioteca Pública Pelotense ainda no século XIX.

Baobad, nascido escravizado, acabou por comprar sua alforria, e já seu irmão nasceu como livre. Ambos acabaram por se destacar nas lutas operárias da cidade de Pelotas e diversas outras regiões do estado do Rio Grande do Sul

no Pós-abolição, fazendo parte de associações classistas e recreativas de Pelotas.<sup>37</sup> Além de ser um dos principais responsáveis pela circulação do jornal da imprensa negra de Pelotas, o *A Alvorada*, no ano de 1920 Rodolpho Xavier também foi colaborador do jornal da imprensa negra de Bagé chamado *A Liberdade*. De propriedade de Juvencio Joaquim de Lima, esse órgão foi responsável por defender as ideias federalistas e exaltar a figura de Gaspar Silveira Martins, uma das principais lideranças dessa corrente política. O jornal, que nos anos seguintes passou a ser impresso em Porto Alegre (SANTOS, 2011), também possuía correspondentes em diversas cidades do interior gaúcho, como é o caso de Santa Maria, Rio Grande, Júlio de Castilhos e Cruz Alta, além, também, da capital Porto Alegre. O intelectual Rodolpho Xavier foi o responsável por escrever colunas políticas no referido jornal bageense, no qual pontuou a situação da Revolução Russa e questões sobre o Bolchevismo (*A Liberdade*, 1920, p. 1).

Ainda no que diz respeito à importância da instrução primária e da luta contra o analfabetismo da população negra no Pós-abolição no Brasil, uma das organizações negras que mais se destacou na década de 1930 foi a Frente Negra Brasileira.<sup>38</sup> Criada em em 1933 e fechada pelo Estado Novo ano de 1937, a FNB tinha como um de seus principais objetivos a alfabetização de pessoas negras. Segundo Gomes (2005), a FNB “chegou a propor a criação de uma instituição escolar chamada Liceu Palmares. A ideia era ministrar o ensino dos cursos primário, secundário, comercial e ginásial a alunos sócios da FNB” (GOMES, 2005. p. 50).

Outro periódico negro de Bagé que ressaltou a importância da batalha contra o analfabetismo da população negra foi o *A Revolta*. Erguendo-se na cena da imprensa bageense no ano de 1925, o jornal se intitulava uma *Folha Litteraria, Noticiosa, Recreativa e Crítica*, e tinha como diretor o Sr. Osorio Pereira; redator-secretário João Dutra; gerente José Pimentel e diversos colaboradores. Redator d’*A Revolta*, João Dutra também circulou em outros periódicos negros de Bagé.

---

<sup>37</sup> Sobre a trajetória de Antônio Baobad, ver: LONER, Beatriz. **Antônio: de Oliveira a Baobad**. In: DOMINGUES, Petrônio, GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1880-1930)**. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 109-136.

<sup>38</sup> Sobre a Frente Negra Brasileira, ver: GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888 – 1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Em 1924, era o diretor e proprietário do periódico *O Rouxinol - Orgam da Juventude*, e no ano de 1929 era o redator e secretário do jornal *O Boato*. João Dutra também pertenceu ao time de futebol *Sport Club União*, ocupando o cargo de secretário. Tendo o ofício de pintor, João Dutra também utilizava as páginas de seus jornais para anunciar os seus serviços.

No editorial de 25 de maio de 1925, ao publicar uma nota sobre o 13 de maio, o jornal *A Revolta* afirma que a batalha da comunidade negra local deveria ser em torno do:

Amor ao trabalho, **guerra tenaz e desenfreada ao analfabetismo** e ao vício, união laboriosa e fecunda dos nossos ideais para a elevação de nossa raça, **instituindo escolas primárias**, fundando sociedades, verdadeiros centros de civismo, de labor, amparo e desenvolvimento físicos e intelectuais [...] (*A Revolta*, 1925, p. 1) (Grifos meus).

Ao destacar a importância da instituição de escolas primárias, da luta contra o analfabetismo, do amor ao trabalho e da criação de sociedades para assim alcançarem a “elevação da raça”, os redatores estão debatendo sobre diversas problemáticas enfrentadas pelos sujeitos negros no Pós-abolição, mostrando um engajamento necessário para a superação de problemas enfrentados pelo grupo. Com isso, percebe-se que os redatores do jornal estavam atentos à situação de vida de pessoas negras, pois mesmo com a abolição da escravidão, eles ainda enfrentavam os desafios de uma sociedade racializada. A busca pela cidadania perpassava pela criação de espaços no qual o grupo negro pudesse forjar estratégias de superação dos problemas de seu tempo. Com isso, a escola, o letramento, o trabalho, clube sociais e jornais se tornaram ferramentas de luta de sujeitos negros no enfrentamento ao racismo e as desigualdades.

A importância conferida pelos jornais negros a instrução primária também pode ser observada em uma nota publicada pelo periódico *A Defeza* no ano de 1920, no qual o referido jornal aclama a iniciativa da Sociedade União Operária de Bagé, que havia criado uma aula de primeiras letras para os filhos dos sócios e particulares (*A Defeza*, 26/09/1920, p. 3).

Ao debater sobre questões políticas de seu tempo, concordamos com a assertiva de Santos (2011), que afirma que os jornais da imprensa negra foram responsáveis por forjar novos signos de liberdade e de luta.

Individualmente ou como grupo social organizado, os negros gaúchos definiram novos contornos sociais e políticos para a liberdade; se tornaram articuladores de alternativas para as questões da cidadania e da nacionalidade, e foram construtores e “intérpretes” do Brasil (SANTOS, 2011, p. 16).

Na esteira dos debates políticos publicados na imprensa negra brasileira, o “treze de maio” também estava incluso. Data formal da abolição da escravidão enquanto instituição, ela não passou despercebida pelos redatores de jornais negros de norte a sul do Brasil. Em Bagé, jornalistas negros também pautaram a importância da referida data, como é o caso do editorial do jornal mencionado acima – *A Revolta* – e também no jornal *O Rio Branco*. No primeiro, há a referência a Princesa Regente Isabel como “redentora”, ao passo que jornal afirma que:

[...] aos da sua raça os estimula que prossigam, esquecendo o passado e visando o futuro, na sua rota de progresso e igualitário direito civil, fazendo cada um de por si um baluarte para dominar todos os preconceitos de raça que ainda existirem (*A Revolta*, 1920, p. 1).

Na nota publicada pelo jornal *O Rio Branco* (1913), cujo redator e proprietário chamava-se Pinto Amando, o 13 de maio é tido como uma data áurea, porém não há referência à Princesa Isabel e sim à luta de José do Patrocínio. Evidentemente que a concepção política e as interpretações dos redatores dos periódicos negros sobre o 13 de maio variavam. Com isso, havia os que idolatravam o ato “redentor” da Princesa Isabel e os que repudiavam tal fato, pois acreditavam que de nada havia mudado na situação de vida de negros e negras depois da abolição. Porém, mesmo os que atribuíam à Princesa Isabel a liberdade dos negros, ao mesmo tempo não deixavam com isso de debater os problemas advindos de uma nova conjuntura política, econômica e social que surgiu com o Pós-abolição. Sobre essas diversas interpretações acerca dessa data, Gomes (2005, p. 29) afirma que:

Paradoxalmente, a referência à ignominia da escravidão surgia mesclada às homenagens prestadas aos abolicionistas e à Princesa Isabel, a “Redentora”. Esses periódicos não eram apenas denúncias. Numa perspectiva quase pedagógica, traziam matérias exaltando abolicionistas.

Os dilemas do Pós-abolição foram amplamente debatidos pelos jornais da imprensa negra brasileira, mostrando que os redatores e intelectuais negros estavam sim atentos à conjuntura política nacional e em muitos casos a

internacional.<sup>39</sup> Avanços e retrocessos da população negra estavam presentes nas páginas dos periódicos de norte a sul, e acima de tudo, muitos projetos e alternativas de lutas. Além disso, uma das principais características desses periódicos era a ampla cobertura e divulgação dos eventos sociais/recreativos da comunidade negra, no qual passamos a observar a partir de agora.

### **2.3.3. Lazer e recreação: sobre esportes, festas e atividades culturais**

A ampla divulgação de eventos culturais e sociais protagonizadas por negros e negras em suas sociedades foi uma constante nas páginas da imprensa negra. Em Bagé, ao pesquisarmos nos jornais negros da cidade, observamos diversos anúncios de bailes e festas em clubes locais, seja no período momesco ou no restante do ano. Também observamos que as atividades culturais extrapolavam as festas, pois havia o teatro, a música e o futebol como elementos socializadores da comunidade negra.

Domingues (2008) observou que muitos periódicos negros de São Paulo no Pós-abolição pertenciam a clubes e/ou centros cívicos, como é o caso do jornal *O Propugnador*, que pertencia a Sociedade Propugnadora 13 de maio e o jornal *Elite*, que era do Grêmio Dramático, Recreativo e Literário “Elite da Liberdade” (DOMINGUES, 2008, p. 42). Na cidade de Bagé, algumas sociedades carnavalescas, dramáticas e esportivas também tiveram seus impressos.

No dia 1º de janeiro de 1920 surgiu na cena da imprensa bageense o jornal *O Palmeira*, criado nas dependências modestas da casa de Delfino Menezes, à rua Almirante Gonçalves, região central de Bagé e que se localiza perto da Igreja Matriz de São Sebastião. No rastro de saber quem foi Delfino Menezes, acabamos encontrando o inventário de seu falecimento, que está salvaguardado no Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda, na cidade de Bagé.

---

<sup>39</sup> Alguns diálogos entre jornais da imprensa negra brasileira com a imprensa negra norte americana podem ser lidos em: PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense (UFF). 2010.

Filho de Guilhermina Menezes, Delfino nasceu em 1887 em Bagé e faleceu no ano de 1962. Morava na Rua Almirante Gonçalves próximo à Catedral Matriz de São Sebastião, região central de Bagé e que, segundo alguns historiadores, foi o local onde teria iniciado o povoado da cidade no início do século XIX. Delfino não possuía filhos e deixou o pouco que tinha para dois herdeiros que “lhe tem prestado serviços inestimáveis”, sendo Manoel Cesário Bittencourt e Domingos Barbosa, que herdaram “uma morada de casa e o respectivo terreno, situado nesta cidade, à rua Almirante Gonçalves”.<sup>40</sup>



**Imagem 1:** Delfino Menezes. s/d.

Delfino Menezes era um sujeito ativo no seio de práticas associativas negras em Bagé, pois além de ter fundado o time do *Sport Club Palmeira* no ano de 1913, também fez parte de outras associações. Em 1920, seu nome aparece como diretor do Club Carnavalesco Ideal (*Correio do Sul*, 1920, p. 4). Fez parte, também, do Grêmio Dramático José do Patrocínio, no ano de 1937 (*O 28 de Setembro*, 1937, p. 2), e também foi um dos fundadores do jornal *O 28 de Setembro*, como veremos mais adiante.

---

<sup>40</sup> Inventário de falecimento de Delfino Menezes. 1962. **Inventários e Testamentos** – Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda. Bagé-RS.

No ano de 1922, o jornal *O Palmeira* intitulava-se como um *órgão do Sport Clube Palmeira e do Grêmio Dramático Palmeira*, sendo o responsável por divulgar as atividades desses dois grupos, bem como outras atividades sociais da comunidade negra de Bagé. *O Palmeira* também mantinha relações com outros jornais da imprensa negra do Estado gaúcho, como, por exemplo, no ano de 1922 o mesmo noticiou ter recebido os periódicos *A Penna*, *A Tesoura*, *O Guarany* e *O Espião*, de Bagé, bem como *A Liberdade*, de Porto Alegre, *O Succo*, de Santa Maria, *A Alvorada*, de Pelotas e *O Incentivo*, da cidade de Uruguaiana (*O Palmeira*, 1922, p. 2). Havia, também, correspondentes do jornal em outros municípios, como é o caso das cidades de São Gabriel, Livramento, Rio Grande e Pelotas.

Com relação ao time do *Sport Club Palmeira*, este foi fundado no dia 14 de abril de 1913 e disputava jogos amistosos com times da cidade e também a Liga 13 de Maio de futebol, competição que reunia times compostos por jogadores negros da cidade de Bagé. No pós-abolição, cidades como Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande também assistiram à criação de ligas de futebol voltadas exclusivamente para o grupo negro. Em Pelotas existiu a Liga José do Patrocínio; Em Porto Alegre houve a Liga Nacional de Football Porto-alegrense, pejorativamente conhecida como “Liga da canela preta”; e em Rio Grande existiu a Liga de Futebol Rio Branco (LONER, 2001).

Além do *Sport Club Palmeira*, em Bagé também existiram o *Riachuello Football Club* e o *Sport Club União*, ambas equipes que também disputavam a Liga 13 de Maio de futebol. Proibidos de jogarem em times profissionais e amadores da cidade, sujeitos negros acabaram forjando seus próprios times e criando uma liga específica na qual poderiam praticar o esporte que, nos primeiros anos do século XX, acabara por se popularizar tanto nas camadas mais abastadas das sociedades como também nas camadas populares (LOPES, 2004).

Na temporada de 1926/27, o time do *Sport Club Palmeiras* acabou por se consagrar o campeão da Liga 13 de Maio, fazendo com que tal equipe ganhasse as graças da comunidade negra local e se projetasse como um dos principais times de futebol de negros de Bagé. Havia também jogos amistosos de times negros de Bagé contra times de outras cidades, como é o caso de uma notícia vinculada no jornal *A Revolta* no ano de 1925:

NOTAS SPORTIVAS – RIACHUELO vs UNIÃO DEMOCRATA (Pelotas) – O Sport Club União Democrata vem em visita ao seu coirmão, o valoroso campeão da raça etiópica Riachuelo Football Club (...) O Democrata vem ocupando o primeiro lugar na Liga José do Patrocínio. Esse jogo foi realizado no campo do Gremio Sportivo Bagé, no Menino Deus. À noite, na sede do União Operária será realizado um baile aos visitantes. O orador do baile: Jovieto Fernandes, colaborador do jornal *A Revolta* (*A Revolta*, 1925, p. 3).

Percebe-se que a prática do futebol também foi fator potencializador da articulação de sujeitos negros de diferentes cidades, pois como observa-se na nota acima, times de futebol de Pelotas que disputavam a liga José do Patrocínio também estavam conectados com equipes de Bagé que disputavam a Liga 13 de Maio, e quiçá essa conexão possa ter ocorrido com times de futebol que disputavam as ligas negras de Rio Grande e Porto Alegre.



**Imagem 2:** Primeiro quadro do *Sport Club Palmeira*, 1922. (*O Palmeira*, 1922, p. 1). **Obs:** Delfino Menezes é o primeiro em pé da direita para a esquerda.

Para além de notas esportivas, o jornal *O Palmeira* também anunciava aniversários de membros da comunidade negra local, bem como notícias sobre

festas em clubes da cidade, como é o caso do Clube Os Zíngaros<sup>41</sup> e ainda sobre eventos culturais, sobretudo das atividades do *Grêmio Dramático Palmeira*. Como exemplo, no ano de 1927, sob a direção de Alcides Almeida, o jornal publicou a seguinte nota:

GREMIO DRAMATICO PALMEIRA – Conforme havíamos noticiado realizou-se sábado e domingo passado, no salão da Sociedade União Operária, o espetáculo promovido por esse grêmio. O programa que estava bem organizado, de maneira distinta, levando-se também em conta o valor dos amadores que se fizeram ouvir, as chalaças com harmoniosos cantos. O Palmeira, com o máximo entusiasmo e fulgor felicita os amadores do grêmio, porque nisso se resume a responsabilidade de cada um [...] (*O Palmeira*, 1927, p. 2).

Assim como a prática do futebol, a atuação, através do teatro, foi uma constante na experiência de negros e negras desde o século XIX e atravessando o Pós-abolição. Na cidade de Pelotas, Loner (2001) também encontrou a participação negra em diversos eventos de amadores ainda no início do século XX. Em Bagé, além do *Grêmio Dramático Palmeira*, também existiram o *Grêmio Dramático José do Patrocínio* e a *Companhia Negra*. Com relação ao *Grêmio Dramático José do Patrocínio*, no ano de 1937 este era constituído pelos seguintes sujeitos: Delfino Menezes, Oscar Camargo; Luiz Couto; Paulino Ximendes; Amazonas Bittencourt; Heitor Alves; Anselmo Couto; Helio Paraíso; José Machado; José M. de Lima e algumas “senhoritas” cujos nomes não aparecem no jornal. Esses grupos compostos por amadores eram responsáveis por realizar festivais, principalmente na tentativa de angariar fundos para as suas respectivas sociedades. Mas, para além disso, tais grupos eram responsáveis por mostrar a capacidade de organização da comunidade negra de Bagé, pois havia todo um processo por detrás do festival que incluía ensaios, preparação das cenas e organização do salão.

Outro jornal da imprensa negra de Bagé que também pertencia a duas sociedades foi o *O 28 de Setembro*. O referido jornal foi fundado pelos seguintes sujeitos: Delfino Menezes; José M. Pereira; Oracildo Cunha; Manoel C. Bittencourt; Juvenal da Cunha Moura; Ivo Garcia; João A. Correa; Onofre M. de Lima e José M. de Lima. No seu editorial de número um, o jornal afirma que: “Os

---

<sup>41</sup> Uma análise aprofundada sobre esse clube pode ser vista no capítulo 4 dessa dissertação.

fundadores deste órgão desconhecem ódios de raça e ambições desmedidas o seu lema é Igualdade! (...) (*O 28 de Setembro*, 1937, p. 1).

Nos primeiros anos, o jornal era dirigido pelo Bloco dos Cariocas e Vamos de Qualquer Geito<sup>42</sup>, ambas sociedades carnavalescas da cidade, sendo que a última obteve grande destaque no cenário do carnaval de rua de Bagé. Para além do período momesco, essas entidades estavam atentas às movimentações da comunidade negra de Bagé, pois noticiavam casamentos, festivais, sarais, quermesses e publicavam crônicas esportivas, entre outras.

As atividades sociais dos clubes negros da cidade também eram divulgadas nos periódicos da imprensa negra de Bagé. Através das páginas dos jornais pesquisados, observamos uma intensa mobilização cultural da comunidade negra bageense. O jornal *O Palmeira*, por exemplo, a partir da década de 1940 passou a noticiar a organização negra em torno do Clube Os Zíngaros, divulgando suas festas e demais ações. Além do Zíngaros, outra sociedade negra que aparecia nas páginas do referido jornal era a Sociedade Recreativa Carnavalesca Piratas do Amor<sup>43</sup>, entidade que se destacou no carnaval de rua de Bagé nas décadas de 1940 e 1950.

Além disso, diversas entidades carnavalescas são mencionadas em diversos impressos negros de Bagé, sobretudo a partir dos anos 1930, como veremos no capítulo seguinte dessa dissertação.

A partir do que foi exposto nesse capítulo, podemos observar que a pequena cidade de Bagé foi palco de diversos impressos forjados pela comunidade negra no Pós-abolição. Tendo perspectivas muitas vezes diferentes uns dos outros, tais periódicos foram os responsáveis por noticiar as movimentações de sujeitos negros, em suas mais variadas ações. Desde a questão da educação, do letramento e da instrução primária; passando pelo controle e disciplina de corpos negros, bem como sobre questões que envolvem a mobilização cultural e recreativa de grupos e sociedades, a imprensa negra bageense - cuja historiografia sobre a história de Bagé fez questão de omitir - também foi responsável por dar novos significados à liberdade e forjar intelectuais que debatiam sobre as problemáticas do Pós-abolição.

---

<sup>42</sup> Mais sobre essa entidade pode ser vista no capítulo 3 dessa dissertação.

<sup>43</sup> Uma análise mais apurada dessa entidade pode ser lida no capítulo 3 dessa dissertação.

Ao pesquisar a imprensa negra na região fronteira Brasil – Uruguai no Pós-abolição, Silva (2017) afirma que esses periódicos negros também foram responsáveis por forjar uma outra perspectiva de escrita da História.

Todo esse conteúdo presente nas páginas da imprensa negra expressa parte das evidências de como os jornais também forjaram suas escritas da história, exercendo uma voz que ecoava por meio de uma tribuna pública da qual recusava-se o lugar do negro como ser meramente “bonzinho” ou inexistente, denunciava-se os problemas impostos aos negros e não os negros enquanto problema, configurando uma realidade distinta daquela que ecoava nas vozes oficiais do Estado Nação e tecendo uma narrativa por meio de seus próprios termos (SILVA, 2017, p. 123).

Mesmo sendo poucos exemplares, a exposição das características dos jornais da imprensa negra de Bagé é fundamental para observarmos os projetos de sujeitos negros na cidade no Pós-abolição, evidenciando todo um protagonismo negro que foi omitido pela historiografia local.

No capítulo seguinte, iremos observar que, para além da imprensa, negros e negras também utilizaram o período do carnaval para se projetar na cidade de Bagé e assim alcançar posições de prestígio. Se os jornais negros poderiam garantir certa mobilidade social para pessoas negras, a organização em torno do carnaval também poderia, principalmente a partir das décadas de 1930 e 1940. Nesse contexto de busca de um sentimento de unidade nacional, muitas entidades carnavalescas negras acabaram conquistando as páginas de jornais da imprensa “hegemônica” como os verdadeiros representantes do carnaval, e como veremos a seguir, na cidade de Bagé não foi diferente.

## CAPÍTULO 3

### **“ESSA GENTE BAMBA”: CORDÕES, RANCHOS E BLOCOS CARNAVALESCOS NEGROS EM BAGÉ NO PÓS-ABOLIÇÃO**

*“Quero ver-te no carnaval com tua sublime evolução!  
Entrando, pois, afinal, cantando tuas canções:  
No delírio das poesias,  
Entre perfumes da folia recitando marchas ardente  
Como num planeta ausente!  
Ficando todos os clubes admirados  
De ostentares teu cordão:  
E eu todo sufocado  
Com a música de teu bandoleão  
Fica aqui minha poesia  
De saudação ao Qualquer Geito...  
Nesta literatura bem macia  
A demonstra que não tens defeito.”<sup>44</sup>*

O objetivo deste capítulo é perceber a organização negra em Bagé através de entidades carnavalescas. A partir das principais agremiações encontradas nas fontes da imprensa negra local, bem como no jornal *Correio do Sul* e através das memórias dos sujeitos entrevistados, buscaremos entender as principais estratégias utilizadas pelos cordões, ranchos e blocos carnavalescos negros na cidade entre os anos de 1930 e 1950. Como veremos mais adiante, nesse período a imprensa local, sobretudo a imprensa “hegemônica”<sup>45</sup>, buscou acompanhar os festejos destinados a Momo na cidade, momento no qual entidades negras acabaram por conquistar as páginas dos periódicos.

As décadas de 1930 e 1940 são importantes no que diz respeito às apropriações do Estado Novo sobre os festejos populares, onde o carnaval foi construído como uma festa que sintetizava uma ideia de identidade nacional brasileira.<sup>46</sup>

Nesse sentido, entender as organizações e as estratégias de entidades carnavalescas negras se torna muito importante, pois, para além dos usos que

<sup>44</sup> Trecho do Poema escrito por Dorval Lamothe e dedicado ao Rancho Carnavalesco Vamos de Qualquer Geito. (*O Teimoso*, 22/01/1928, p. 2).

<sup>45</sup> Refiro-me, aqui, ao jornal de maior circulação e tiragem da cidade de Bagé na época, o *Correio do Sul*.

<sup>46</sup> (VELLOSO, 2003; ROSA, 2008).

o Estado buscou fazer do carnaval, tais grupos compostos por sujeitos negros também o fizeram.

A partir disso, iremos observar os seguintes grupos carnavalescos negros que acabaram se destacando no carnaval de rua de Bagé: Rancho Carnavalesco Vamos de Qualquer Jeito; Rancho Carnavalesco Respinga; Cordão Carnavalesco Adeantados; Bloco Carnavalesco Piratas do Amor e o Bloco Carnavalesco Garotos da Batucada. Evidentemente que muitos outros blocos compostos por sujeitos negros existiram na cidade, porém, nossa análise focará nessas entidades pelo fato de aparecerem com destaque na imprensa local, sobretudo nas páginas do jornal Correio do Sul entre as décadas de 1930 e 1940.

Também utilizaremos periódicos da imprensa negra de Bagé através dos seguintes impressos: *O Teimoso* (1928); *O Boato* (1929); *O Lampeão* (1934); *A Tesoura* (1935) e *Socega Leão* (1937). Como foi mencionado no capítulo anterior desse trabalho, os periódicos da imprensa negra estavam atentos aos movimentos burlescos das entidades carnavalescas locais e acabavam por divulgar notícias desses grupos, mas também pelo fato de que existiram entidades carnavalescas negras que chegaram a ter seus próprios impressos.

Para essa parte do trabalho, também utilizaremos a metodologia da História Oral, através da qual foram realizadas entrevistas com sujeitos que experienciaram o carnaval negro da cidade, sendo eles: Sr. Luís Barbosa da Silva; Sra. Zoila da Silva Pinto e Sr. Vilmar Paiva dos Santos. Esses sujeitos tiveram participação ativa em algumas das principais entidades carnavalescas negras que serão analisadas no decorrer deste capítulo.

Porém, antes de adentrarmos nas características das entidades mencionadas anteriormente, é importante apontar para alguns estudos que focam no carnaval negro tanto em âmbito nacional como regional, pois estes se destacam no sentido de apontar a importância de tais entidades negras e suas influências nos períodos do reinado de Momo.

### **3.1. Estudos sobre carnaval negro**

Sendo visto como um dos principais elementos formadores da cultura brasileira, o Carnaval já vem sendo estudado por muitos cientistas sociais há um longo tempo. Obras já consideradas clássicas, como é o caso de *Carnavais*,

*Malandros e Heróis*, do antropólogo Roberto Da Matta (1989), bem como os estudos de Maria Izaura Pereira de Queiroz intitulado *Carnaval Brasileiro: o vivido e o mito* (1992), configuram-se entre os estudos que, segundo aponta Rosa (2008), não dão conta de perceber as diversidades e os conflitos em torno da festa carnavalesca no Brasil.

Para Rosa, que estuda o carnaval de Porto Alegre nos anos de 1930 e 1940 - como veremos mais adiante - tais obras acabaram por suprimir a ideia de diversidades e conflitos em torno da festa do carnaval brasileiro, mostrando uma perspectiva de que no período momesco todas as pessoas se “igualam”. Nesse sentido, a crítica do autor remete a mais ou menos a seguinte indagação: como ficam as diferentes identidades que eram forjadas no período carnavalesco?

Rosa (2008) ainda afirma que as produções sobre o carnaval no Brasil ainda são muito voltadas para compreender o carnaval do Rio de Janeiro, sendo uma bibliografia muito “riocêntrica” e também nacionalista. Com isso, acabou se criando uma ideia de que o carnaval não tem muita importância em outras regiões do Brasil, como é o caso do Rio Grande do Sul, que como veremos mais adiante, possui uma forte tradição carnavalesca e também com intensa participação negra.

Um estudo sobre o carnaval que merece destaque é o livro *Carnaval e Branco e Negro: carnaval popular paulistano (1914 – 1988)* de Von Simson (2007), que aborda a organização de negros e brancos no carnaval paulistano entre os anos de 1914 a 1988. Para a autora, o surgimento dos primeiros cordões carnavalescos de São Paulo se dão nas décadas de 1910 e 1920, tendo como reduto alguns territórios negros da cidade, como é o caso da Barra Funda, Bela Vista e a Baixada do Glicério. Essas regiões concentravam muitas famílias negras e estas criaram várias estratégias de sociabilidade entre os seus, no qual o período momesco se configurava entre as principais. Porém, a autora ressalta que as práticas de sociabilidade não se restringiam somente ao período carnavalesco, pois havia a realização de atividades durante todo ano, seja através da realização de bailes, da prática do futebol e serenatas. Como veremos mais adiante, as entidades carnavalescas negras de Bagé também realizavam diversas atividades durante o ano, para no momento em que chegasse os festejos carnavalescos estarem estruturadas para os desfiles.

O Pós-abolição é um cenário propício para observarmos as experiências negras em torno dos festejos de Momo, pois em muitos lugares do Brasil, no período carnavalesco, negros e negras colocavam seus blocos, ranchos e cordões nas ruas e assim ocupavam e disputavam os espaços públicos. Trabalhos como o de Eric Brasil (2016) e Isabel Guillen (2014) buscam dialogar sobre experiências negras carnavalescas no Pós-abolição.

O primeiro, cujo título da tese chama-se *Carnavais Atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)*, tem como objetivo, através de uma perspectiva transnacional, entender quais foram as estratégias de sujeitos negros tanto no Rio de Janeiro como em Port-of-Spain, tendo o carnaval como fio condutor para perceber as ações públicas desses sujeitos na luta por cidadania. Utilizando um variado leque de fontes (jornais da imprensa carioca, documentação policial, produção de memorialistas e folcloristas em ambas as cidades), Brasil (2016) pode perceber que sujeitos negros, em ambas as cidades do Atlântico, forjaram diversos signos de liberdade e cidadania nos dias consagrados a Momo. Como um exemplo, o autor cita o rancho Macaco é Outro, cujo nome já denota a ideia de afastamento de seus membros sobre estigmas que recaiam sobre sujeitos negros, como é o caso de chamarem pessoas negras de “macacos”. A partir disso, o nome do Rancho era uma “estratégia de um grupo visando se afastar da visão estereotipada e racista através da ironia, do humor, da sátira” (BRASIL, 2016, p. 150).

Assim como no Rio de Janeiro, em outras cidades brasileiras o período do carnaval vem sendo observado pela ótica da agência negra no Pós-abolição. Guillen (2014) observa algumas estratégias de negros e negras no carnaval de Recife no período republicano, cidade onde a autora encontrou diversas entidades carnavalescas negras e dentre elas duas com nomes bem sugestivos: *Negros Civilizados e Pretos Cidadãos*. Para a autora, o que estava no horizonte dessas duas agremiações eram as expectativas de liberdade e cidadania de seus membros, que “buscaram criar espaços públicos nos quais a cidadania ganhava múltiplos sentidos” (GUILLEN, 2014, p. 73).

A partir disso, o que chama a atenção em ambos os trabalhos é que estes se propõem a discutir o carnaval não somente pelo viés da folia e do prazer, mas procuram entender como que entidades carnavalescas negras se colocaram nos

espaços públicos nos dias destinados a Momo para obterem reconhecimento social e valorização do grupo.

Já para o Estado do Rio Grande do Sul já existem alguns trabalhos que buscam apontar a existência de blocos carnavalescos negros no pós-abolição, ganhando destaque o trabalho pioneiro de Loner (2001) sobre as cidades de Pelotas e Rio Grande, bem como o de Loner e Gill (2009) sobre Pelotas, Nunes (2010) sobre o cordão União da Classe em Jaguarão e Germano (1999) e Rosa (2008), que focaram suas análises sobre o carnaval na cidade de Porto Alegre, entre outros trabalhos.

Com relação as entidades carnavalescas negras nas cidades de Pelotas e Rio Grande, Loner (2001) apontou algumas cuja atuação se deu ainda no século XIX, marcando presença nos festejos da abolição da escravidão. A exemplo disso, a autora cita o clube Nagô e os Netos d'África, e para a cidade de Rio Grande o Congresso Mina e o clube Congo, este não se limitando apenas a atuação no período do carnaval. Mas é a partir da década de 1920 e 1930 que principalmente a cidade de Pelotas viu o surgimento de diversas entidades carnavalescas negras.

Loner e Gill (2009) afirmam que nesse período, o carnaval de Pelotas era o mais forte do interior do Rio Grande do Sul, principalmente o carnaval de rua. É nesse contexto que aparece uma grande quantidade de cordões, ranchos e blocos carnavalescos, entre eles aqueles que reuniam os negros. Destas entidades, acabaram se destacando por sua organização os seguintes clubes: Chove Não Molha, Fica Ahí Pra Ir Dizendo, Quem Ri de Nós tem Paixão e o Depois da Chuva<sup>47</sup>. Estes ganharam destaque no cenário carnavalesco local e posteriormente viraram Clubes Sociais, organizando diversas atividades em suas sedes, sendo que dois desses permanecem em atividade até os dias atuais, o Fica Ahí e o Chove Não Molha.

Com relação a fronteira sul do Brasil, temos o estudo de Nunes (2010) sobre a formação do Cordão União da Classe e a sua atuação junto ao Clube 24 de Agosto na cidade fronteira de Jaguarão. Para a autora, o referido cordão, assim como os carnavais protagonizados pelo Clube 24 de Agosto serviram de instrumento político e ideológico para homens e mulheres negras da cidade, que

---

<sup>47</sup> Uma análise mais apurada dessas entidades pode ser encontrada em SILVA (2011).

no momento do carnaval buscavam se afirmar enquanto sujeitos trabalhadores e respeitáveis. Tal estudo é fundamental para observarmos os protagonismos de negros e negras na pequena cidade de Jaguarão, cuja narrativa histórica “oficial” fez questão de silenciar.

Já para a cidade de Porto Alegre existem alguns trabalhos sobre o carnaval e a participação de negros e negras, como é o caso do estudo de Germano (1999) e Rosa (2008).

O estudo de Germano (1999) buscou analisar a construção da identidade negra em Porto Alegre através do carnaval, isso nas décadas de 1930 e 1940. Para a autora, o estudo do carnaval permite observar para além das sociabilidades, os conflitos entre os grupos negros e demais entidades. Segundo a autora, na conjuntura do governo Vargas, o Estado buscou se apropriar das festas populares, dentre elas o carnaval, atrelando à essa festa um dos símbolos da brasilidade. Ao mesmo tempo em que o Estado buscava se fortalecer utilizando-se da festa do carnaval, foi nesse período que diversas entidades carnavalescas negras buscaram também se apropriar dos festejos carnavalescos, conferindo significados próprios à festa.

Nesse sentido, Germano (1999) afirma que ano após ano os blocos e cordões carnavalescos de negros ganharam os primeiros lugares em todas as categorias dos concursos do carnaval de rua porto-alegrense, ao mesmo tempo em que estes segmentos “passaram a ser apresentados como os verdadeiros representantes do carnaval popular, a festa do povo” (GERMANO, 1999, p. 137).

Nessa mesma perspectiva também existe o estudo de Rosa (2008), que buscou analisar as diversas relações estabelecidas entre os grupos que participavam da festa momesca, procurando perceber os variados significados forjados por esses grupos ao período do carnaval. Ambos os estudos se focam no mesmo período, por entender que as décadas de 1930 e 1940 foram muito importantes do ponto de vista da (re) significação das festas populares pelo Estado Novo, mas também os grupos que participavam dos festejos conferiam diversos significados ao carnaval, fazendo com que esse período fosse observado por uma ótica de arena de conflitos.

Sob a conjuntura do governo Vargas e a constituição de uma ideia de identidade nacional brasileira, em que estava incluso elementos da cultura popular como o samba, por exemplo, o estudo de Rosa (2008) aponta que os

blocos e/ou cordões carnavalescos fizeram seus usos próprios do carnaval, muitas vezes opondo-se ao ideal de “nação brasileira” propagada pelos poderes públicos e pela imprensa.

Nesse contexto, a imprensa desempenhou um papel importante como irradiadora dos ideais do Estado e passou a dar mais ênfase ao período do carnaval em suas páginas. Com isso, muitas entidades negras começaram a figurar nas páginas da imprensa quando a mesma realizava a cobertura dos festejos carnavalescos. Os blocos bem organizados, com boas orquestras e solistas, recebiam elogios e “adjetivações positivas” nos periódicos locais, conferindo-lhes visibilidade (ROSA, 2008, p. 57).

A grande maioria de entidades carnavalescas negras encontradas em Bagé, através das pesquisas nos jornais mencionados anteriormente, diz respeito às décadas de 1930 e 1940. Nesse sentido, as análises presentes em Germano (1999) e Rosa (2008) se tornam importantes para fazer alguns paralelos entre as cidades estudadas.

Com relação a cidade de Bagé, lócus dessa pesquisa, foi encontrado apenas um trabalho de cunho acadêmico sobre o carnaval de rua da cidade. A monografia escrita pelo produtor cultural Rafael Silva e intitulada *Nem Confete, nem serpentina: a resistência do Bloco Burlesco Brasa Viva no carnaval de rua de Bagé* (2016), procurou registrar a história do Bloco Burlesco Brasa Viva, entidade fundada em 1968 na comunidade do Alto da Santa Casa. Para além de registrar sua história, o trabalho procurou analisar como o bloco dialogou com as diversas transformações que ocorreram ao longo de 30 anos no carnaval de rua competitivo bageense. Observando as narrativas e histórias de vida de dois de seus fundadores, o trabalho também contou com a narrativa do autor e de sua trajetória dentro do carnaval de rua de Bagé. Dentro das narrativas de Alípio Dias e Antônio Ritta, fundadores da entidade, buscou-se perceber a fundação do bloco, os primeiros carnavais no bairro do Alto da Santa Casa, os desfiles na avenida Sete de Setembro e posteriormente as principais mudanças desde a década de 1980 até 2014. A construção de identidades negras em torno do bloco Brasa Viva não foi muito explorada pelo autor, mesmo assim percebe-se vários elementos para se pensar na atuação de negros e negras na constituição do bloco, como é o caso da influência do tambor de Sopapo como elemento constituinte da bateria da entidade.

Na década de 1930 e 1940 diversas entidades carnavalescas negras ganharam destaque na imprensa local, seja através das páginas do jornal *Correio do Sul*, bem como nas páginas da imprensa negra da cidade. Passamos então a observar mais de perto essas entidades, dentre as quais se enquadram o Rancho Carnavalesco Vamos de Qualquer Geito, Rancho Respinga, Cordão Carnavalesco Adeantados, Bloco Carnavalesco Piratas do Amor e o Bloco Garotos da Batucada. As três primeiras já marcavam presença nos festejos carnavalescos da cidade nos anos finais da década de 1920.

### **3.2. Rancho Carnavalesco Vamos de Qualquer Geito**

Uma das entidades de destaque nesse período foi o Rancho Carnavalesco Vamos de Qualquer Geito. A primeira referência a esse agrupamento foi encontrada no ano de 1928 nas páginas do jornal *O Teimoso*. Esse periódico intitulava-se como “*Orgam do Clube Carnavalesco As Teimosas*” e seu redator chefe era Dorval Lamothe e a diretora era Flora Gomes. A notícia do referido jornal dizia que o Vamos de Qualquer Geito e As Teimosas realizaram um desfile em conjunto por algumas ruas de Bagé, tendo o fim do desfile culminado com um baile nos salões da Liga Operária da cidade (*O Teimoso*, 22/01/1928, p. 2).

No início da década de 1930 era comum as entidades negras percorrerem as principais ruas da cidade de Bagé e realizarem visitas a setores da imprensa, bem como a pessoas que julgavam serem influentes e que simpatizavam e/ou ajudavam o bloco com mantimentos. Nesse período, também eram realizados concursos carnavalescos dos blocos mais “simpáticos” pelo jornal *Correio do Sul*. Porém, o jornal anunciava, em grande parte, entidades que realizavam desfiles nos salões de sociedades da elite local, como é o caso dos Clubes Comercial e Caixeiral.<sup>48</sup> Nesses espaços, como ficará evidente no decorrer dessa dissertação, por muito tempo foi vedada a entrada de negros e negras, sendo configurado como um espaço pertencente à elite branca da cidade.

---

<sup>48</sup> No ano de 1937 o jornal *Correio do Sul* publicou a classificação das entidades que participavam do concurso realizado pelo impresso, sendo que das doze entidades concorrentes, sete desfilavam dentro do espaço do Clube Comercial de Bagé. (*Correio do Sul*, 07/02/1937, p. 6).

Como não poderiam ingressar nos concursos carnavalescos que ocorriam nos clubes mencionados acima, sujeitos negros acionavam diversas estratégias para os dias destinados à Momo, sendo a realização de seus próprios concursos um deles, como fica evidente na nota publicada num periódico da imprensa negra local:

Concurso Carnavalesco – Promovido pela benquista sociedade As Teimosas, levarão a efeito um bem organizado concurso, em que tomarão parte, todos os cordões locais, para o fim de se apurar durante o período carnavalesco, qual é o cordão mais “simpático”. Os prêmios se acharão expostos na vitrine da Ferragem Magalhães, e a apuração será feita diariamente, na redação deste semanário, a rua General Netto n: 6, onde de 2ª feira em diante se acharão cupons a venda. O preço de cada cupom será de cem reis. **Só tomarão parte os cordões da raça.** (*O Teimoso*, 22/01/1928). (grifos do autor).

A partir do anúncio acima, observamos que ao mesmo tempo em que entidades carnavalescas negras desfilavam em espaços públicos da cidade, eles também promoviam concursos entre os *seus*, momento de mostrar para a comunidade de Bagé que estes também podiam construir eventos no mesmo nível dos clubes sociais da elite bageense. Como mostra a nota acima, apenas os “cordões da raça” poderiam concorrer no concurso. Assim, esses grupos criavam espaços racializados, constituindo uma identidade negra positiva, nos termos postulados por Silva (2011), no seio de uma cidade demarcada racialmente e que excluía a participação de entidades negras de determinados espaços.

A realização de um concurso carnavalesco somente para os da *raça* é um exemplo de como que coletividades negras acionavam a própria ideia de raça - que foi criada com o objetivo inferiorizá-los - para criar seus próprios espaços também pautados pela ótica da racialização.

Os grupos negros, na ânsia por existir de forma plena, gestaram uma contra ideologia por meio das bases disponíveis e, se a raça os impedia de acessar espaços, porque não a utilizar como uma característica para forjar seus próprios espaços e por meio destes contrapor os estereótipos que fundamentavam as discriminações? (SILVA, 2017, p. 115).

Outro fator que chama bastante a atenção na notícia sobre o concurso carnavalesco mencionado anteriormente diz respeito ao nome da referida sociedade que a organizou: *As Teimosas*. Mesmo não encontrando os nomes das pessoas que compunham tal entidade, esta provavelmente era composta

por mulheres negras de Bagé. Um indício disso é o fato de no jornal *O Teimoso - Órgão do Club Carnavalesco As Teimosas* – a diretora ser uma mulher, Flora Gomes. Não é comum encontrarmos diretoras e redatoras mulheres à frente de jornais da imprensa negra, porém, no caso do referido periódico acabamos por encontrar, e a importância de Flora Gomes na comunidade das *Teimosas* é reforçada em uma nota que transcrevemos abaixo:

Flora Gomes – Acendeu ao gentil alvitre que lhe foi feito para dirigir este quinzenário a distinta Sra. Flora Gomes, sócia das Teimosas, a qual inaugura hoje, em sua nova fase a festejada conterrânea. É com justo orgulho e vivo prazer que damos a auspiciosa notícia aos nossos leitores aos quais todos, conhecem já, o prestígio da nossa ilustre diretora (*O Teimoso*, 22/01/1928, p. 3).

A nota acima evidencia todo um protagonismo feminino, pois além de pertencer a uma entidade carnavalesca negra, Flora Gomes estava na direção do jornal que noticiava questões relativas à entidade em si, mas também sobre outras questões que diziam respeito à cidade de Bagé e aos movimentos de negros e negras. Infelizmente não encontramos mais informações sobre Flora Gomes, se a mesma circulou em outros espaços negros de Bagé ou até mesmo esteve à frente de outro periódico negro da cidade.

Ainda no ano de 1928, para além d'As Teimosas, também encontramos referências a outras duas entidades carnavalescas compostas mulheres negras, sendo As Filhas do Brasil e As Choves. A primeira, assim como As Teimosas, não ficou restrita apenas ao espaço privado dos salões dos clubes locais e acabou por ocupar o espaço público das ruas de Bagé. Sob a presidência de Aguida Silveira, o referido bloco realizou, no dia 14 de janeiro de 1928 um passeio pelas principais artérias da cidade de Bagé e que culminou com um baile nos salões da Sociedade União Operária. (*O Teimoso*, 28/01/1928, p. 3).

Já a segunda entidade surgiu de mulheres torcedoras do tradicional rancho carnavalesco de negros de Bagé, o Respinga, que como veremos adiante ainda neste capítulo, acabou por se destacar no cenário carnavalesco da cidade. O cordão As Choves, além de realizar desfiles pelas ruas de Bagé, também organizava atividades sociais, como chás-dançantes, com o objetivo de angariar fundos e assim se preparar para o período Momesco.

Outra entidade carnavalesca protagonizada por mulheres negras surgiu de dentro da ala feminina do bloco Os Zíngaros, na década de 1940. O bloco

As Morenas do Brasil alcançou as páginas do *Correio do Sul* no ano de 1941, ao conquistarem o prêmio de menção honrosa no concurso organizado pelo jornal. Sendo assim, o jornal publicou a sua diretoria, sendo composto pelas seguintes mulheres: Maria de Lourdes Muniz, presidente; Beatriz Rosa, diretora de fila; e as demais componentes eram: Ervides Pereira, Vilma Romero, Beatriz P. Camargo, Maria C. Costa, Celia e Aracy Nunes, Cledy Maciel, Celia Corrêa, Maria Francisca, Eva Muniz, Ophelia, Abigail e Thereza Oliveira, Elza Corrêa, Dora Bandeira, Zenaide e Patrona Oliveira, Alzira Santos, Zilda Rodrigues, Galdina, Irene e Lourerey Cunha, e Maria Ferreira. Havia também, a presença de homens no referido bloco, nos quais aparecem os nomes de Celso Muniz (irmão de Maria de Lourdes Muniz), Adão Monteiro e Wilson Corrêa (*Correio do Sul*, 14/02/1941, p. 6).



**Imagem 3:** Bloco Carnavalesco Morenas do Brasil, 1941. (Acervo de Cleber Muniz Fernandes).

O que também nos chama a atenção é o nome do referido bloco. Mesmo sendo composto por mulheres negras, o termo “morena” é que dava nome à entidade, pois vale lembrar que na década de 1940 o termo “negro” e/ou “preto”

vinha carregado de estigmas que associavam aos sujeitos negros certa inferioridade cultural, sendo remetido ao tempo do cativo. Esse fator também foi encontrado por Weimer (2015), que estudando quatro gerações de uma família negra da região de Morro Alto, em Osório-RS, percebeu que até haver a politização/positivação do termo “negro”, os membros da família estudada se referiam como “morenos”, pois o primeiro ainda possuía uma carga pejorativa<sup>49</sup>. Evidentemente que bem antes do surgimento d’As Morenas do Brasil já havia associações que se autodenominavam como “pretos” e “negros”, como é o caso do Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, encontrado na pesquisa de Siqueira (2009) em São Paulo no início da primeira república e a própria Frente Negra Brasileira, que mantinha um braço na cidade de Pelotas no início da década de 1930, a Frente Negra Pelotense (SILVA, 2011).

Essas entidades carnavalescas compostas por mulheres negras, muitas delas vinculadas a outros cordões e/ou ranchos de negros já existentes, denotam um protagonismo e uma organização feminina, que no período Momesco ocupavam os espaços das ruas de Bagé e disputavam com grupos carnavalescos compostos por homens. Algumas delas, como é o caso d’As Morenas, chegaram a figurar entre as que mais se destacaram em um concurso realizado pelo *Correio do Sul*. Além dessas entidades mencionadas, não foi encontrado mais nenhum grupo carnavalesco composto por mulheres negras, sendo que a partir da década de 1940 a única agremiação encontrada foi As Morenas do Brasil.

De forma geral, é somente a partir dos anos finais da década de 1930 que as entidades negras vão começar a destacar nas páginas do *Correio do Sul*, principalmente após a instauração do regime do Estado Novo, em 1937. Nessa nova conjuntura, segundo a imprensa, as entidades carnavalescas negras vão ser as responsáveis por dar a tônica do carnaval de rua de Bagé, dentre elas o Vamos de Qualquer Geito.

A primeira referência ao Rancho Vamos de Qualquer Geito nas páginas do *Correio do Sul* foi encontrada no ano de 1936, no qual o jornal publicou a seguinte notícia:

---

<sup>49</sup> Essa questão também é apontada pelo autor em: WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Ser “moreno”, ser “negro”**: memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. *Est. Hist.* Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 409 – 428, 2013.

BLOCOS CARNAVALESCOS – O BLOCO CARNAVALESCO VAMOS DE QUALQUER GEITO já está a postos, com suas valorosas hostes em plena forma. Hoje o aplaudido bloco realizará uma animada passeata. No dia 15 do corrente o Vamos de Qualquer Geito realizará, no cinema Apollo, um grande festival em seu benefício. (*Correio do Sul*, 09/02/1936, p. 5).

Diversas entidades carnavalescas realizavam festivais na busca de angariar fundos para os seus desfiles na época de carnaval. Assim, os foliões já iam se aquecendo para o período do reinado de Momo e ensaiando diversas marchas e sambas, que futuramente viriam a concorrer em concursos carnavalescos.

Analisando a estrutura de alguns cordões carnavalescos negros de São Paulo, Von Simson (2007) também observou que a grande maioria das agremiações realizava diversas atividades durante o ano para angariar fundos para os seus desfiles carnavalescos. Uma das características de muitas agremiações foi a realização de bailes mensais, bem como a prática do futebol e serenatas. Tais atividades engordavam o caixa das agremiações, levando em consideração que no contexto pesquisado pela autora – década de 1910 e 1920 – era escasso a contribuição do poder municipal com os festejos de Momo. Com relação à prática do futebol, Von Simson (2007) afirma que essa era recorrente em várias agremiações e “parece ter sido regra: ou a entidade carnavalesca surgia a partir de um agrupamento futebolístico, ou este complementava as atividades da agremiação de Momo” (VON SIMSON, 2007, p. 112).

Como ficou evidente na nota do jornal acima, o Rancho Vamos de Qualquer Geito utilizava o cinema Apollo para a realização de festivais em seu benefício. Além de ocupar esse espaço, o Rancho também utilizava os salões da Sociedade Liga Operária<sup>50</sup> para a realização de bailes e quermesses, como mostra a notícia abaixo vinculada num periódico da imprensa negra local:

Chás Quermesse – Recebemos o atencioso convite do R. C. Vamos de Qualquer Geito dos chás quermesse que se realizará nos dias 11, 18 e 25 de mês de julho e 1 de agosto, nos vastos salões da Liga Operária. Deferência que agradecemos (*Socega Leão*, 11/07/1937, p. 3).

A realização desse tipo de atividade durante o ano era uma garantia de sobrevivência de muitas entidades carnavalescas negras de Bagé. Além de

---

<sup>50</sup> Sobre a localização dessa associação no mapa de Bagé, ver Anexo.

guardar recursos para o período do carnaval, essas atividades também eram destinadas a pagar o aluguel do espaço onde a mesma era realizada.

Era muito raro uma entidade carnavalesca negra de Bagé ter um salão próprio onde pudesse realizar seus bailes e atividades carnavalescas. Entrevistando a Sra. Zoila Pinto da Silva, figura de destaque dentro do Clube Social Negro Os Zíngaros<sup>51</sup>, a mesma afirma que o Vamos de Qualquer Geito também realizava suas festas em uma sede em frente ao Museu Dom Diogo de Souza, localizado no centro da cidade de Bagé<sup>52</sup>. Mesmo não lembrando se a sede era realmente do Rancho ou alugada, Zoila afirma que nesse espaço eram realizados diversos bailes e principalmente a escolha das rainhas do Rancho. Sua mãe, Julieta Ribeiro Silva, foi eleita por três anos consecutivos a rainha do Rancho Vamos de Qualquer Geito, na década de 1930.



**Imagem 4:** Julieta Ribeiro Silva – Rainha do Rancho Carnavalesco Vamos de Qualquer Geito, década de 1930 (Acervo privado de Zoila Pinto da Silva).

---

<sup>51</sup> Uma análise sobre este clube será feita no capítulo 4 dessa dissertação.

<sup>52</sup> Sobre a localização da sede do Qualquer Geito no mapa de Bagé, ver Anexo.

Infelizmente não foi encontrado em nenhuma das notícias vinculadas ao Rancho Vamos de Qualquer Jeito, nomes de sujeitos que compunham seus quadros diretivos. Porém, em uma notícia veiculada no jornal da imprensa negra local de nome *O 28 de Setembro*, no ano de 1938, encontramos uma nota sobre o Sr. Santiago da Rosa, que diz: “Santiago da Rosa, figura de destaque, no nosso escol social, e pertenceu ao tradicional R. C. V. de Q. Geito” (*O 28 de Setembro*, 23/10/1938, p. 2).

Segundo depoimento do Sr. Luís Barbosa, Santiago da Rosa foi um sujeito negro que exercia a profissão de escriturário, sendo gerente do frigorífico Sicadi, localizado na cidade de Bagé. Como se referiu Luís Barbosa, Santiago da Rosa era um “nego fino”, ocupando um lugar de destaque entre os sujeitos negros da cidade. O mesmo também pertenceu a diretoria da Sociedade União Familiar (*Jornal O Palmeira*, 07/08/1949) e foi da diretoria da Sociedade Recreativa Os Zíngaros, tradicional Clube Social Negro de Bagé. Foi na presidência de Santiago da Rosa, no ano de 1948, que essa sociedade elaborou o seu primeiro estatuto.

Ao se referir ao Vamos de Qualquer Geito, Dona Zoila afirma que esta era uma entidade pautada por uma rigidez e muita organização. No ano de 1937, a entidade dirigia, inclusive, um periódico intitulado *O 28 de Setembro*, juntamente com o Bloco dos Cariocas. Como foi observado no capítulo anterior, o jornal era descrito como um Quinzenário humorístico, noticioso e esportivo, responsável por noticiar as atividades sociais realizadas pela comunidade negra bageense, como também colunas de humor e esportivas.

Descrevendo alguns jornais da imprensa negra de São Paulo no Pós-abolição, Domingues (2008) ressalta que muitos surgiram a partir de associações, e por isso:

[o] seu caráter de órgão noticioso dos batizados, aniversários, noivados, casamentos, falecimentos, formaturas, nomeações, enfim, dos eventos sociais e da vida pessoal dos afiliados dessas associações, principalmente. (DOMINGUES, 2008, p. 42).

No caso de Bagé, encontramos apenas dois impressos negros que eram dirigidos por entidades locais, ambas carnavalescas. No ano de 1928 o jornal *O*

Teimoso que era dirigido pelo Club Carnavalesco As Teimosas e no ano de 1937 o impresso O 28 de Setembro, cuja direção estava a cargo das entidades Vamos de Qualquer Geito e Blocos dos Cariocas.

Ao que tudo indica, no ano de 1937 o Vamos de Qualquer Geito obteve destaque no carnaval de rua de Bagé, juntamente com o Cordão Respinga, como mostra a notícia vinculada no jornal Correio do Sul:

EM PLENO REINADO DA FOLIA – Vários automóveis tomaram parte nos cursos, bem como vários grupos populares, dos quais se destacaram os cordões RESPINGA, apresentando um carro alegórico e VAMOS DE QUALQUER GEITO que apresentou em vários automóveis destoldados, a sua “rainha” acompanhada de suas aias, com luzida guarda de honra e afinada banda de clarins (*Correio do Sul*, 11/02/1937, p. 5).

Prática comum nas décadas de 1920 e 1930, os cursos atraíam a atenção da população que acompanhava os festejos carnavalescos. Descrevendo o carnaval de 1925 na cidade de Bagé, Taborda (2015)<sup>53</sup> ressalta já nesse ano a presença dos cursos carnavalescos, afirmando que nesse ano houve curso “das 20horas até a meia noite, com jogos de confete, serpentina e lança-perfume e muita algazarra entre as ruas Dr. Penna e Bento Gonçalves” (TABORDA, 2015, p. 423).

Os desfiles pelas ruas da cidade, através da prática do curso, acabavam por dar visibilidade aos grupos carnavalescos negros, ao mesmo tempo em que tais práticas acabavam por reforçar as diferenças sociais entre as entidades. No ano de 1937, o jornal Correio do Sul publicou uma nota sobre a realização de um curso pelas ruas de Bagé, fazendo questão de salientar o “lugar social” das entidades que iriam realizar os desfiles:

O CORSO - Os cordões **populares**, em conjunto, deram entrada no curso, com um bem feito carro alegórico, conduzindo a rainha do **Vamos De Qualquer Geito**, puxado por uma banda de clarins e uma luzida guarda de honra, montando belos corcéis. Tomaram parte também, no curso de domingo, os blocos **chics** da nossa sociedade (grifos do autor) (*Correio do Sul*, 16/02/1937, p. 5).

Como deixa evidente a notícia acima, havia, nos dias destinados a Momo, desfiles separados entre as entidades consideradas “populares” e as consideradas “chics” no carnaval de rua de Bagé. Primeiramente desfilavam os

---

<sup>53</sup> Artigo publicado no Jornal *Correio do Sul*, em 09/02/1986.

cordões, ranchos e/ou blocos considerados populares, como é o caso do Vamos de Qualquer Geito. No outro dia, era a vez das entidades carnavalescas classificadas pelos redatores do jornal como “chics”. Essas entidades eram pertencentes à clubes sociais da elite local, como é o caso do Club Caixeiral e o Club Comercial. Geralmente, esses clubes realizavam atividades carnavalescas em seus espaços privados, porém, também houve momentos em que tais clubes ocupavam os espaços públicos da cidade, buscando se distinguir e ganhar visibilidade.

Nesse sentido, como bem pontua Rosa (2008), o carnaval era um momento propício para se realçar as diferenças, e a imprensa cumpriu papel fundamental nesse quesito, fazendo questão de publicar em suas páginas notas carnavalescas através das quais as distinções entre os grupos eram evidentes. Um exemplo citado por Rosa (2008, p. 85) foi observado no carnaval de 1940 na cidade de Porto Alegre. Nessa ocasião, à semelhança do caso citado acima ocorrido em Bagé, a prefeitura da capital gaúcha em conjunto com setores da imprensa local organizou desfiles carnavalescos separados, sendo um dia para o “curso livre” e outro para “O Corso Oficial”, este último com entidades que o jornal descreve como “as nossas sociedades”. Como bem pontua o autor, ao grifar o primeiro dia com letras minúsculas e o segundo com iniciais maiúsculas, o *Jornal do Estado* fez questão de distinguir os grupos e assim realçar as diferenças.

### **3.3. Rancho Carnavalesco Respinga**

Na década de 1930, outro grupo carnavalesco negro que acabou se destacando no cenário bageense foi o Respinga. Esta entidade carnavalesca negra de Bagé surgiu no ano de 1928 e segundo matéria vinculada no periódico *O Teimoso*, já possuía nesse ano o significativo número de 145 jovens em suas fileiras (*O Teimoso*, 22/01/1928, p. 3). Já nas décadas de 1930 e 1940 acabou se destacando no cenário do carnaval de rua de Bagé.

Nas palavras do Sr. Luís Barbosa, nos carnavais da década de 1920 e 1930, alguns blocos desfilavam com carros alegóricos que eram puxados por carroças, havendo blocos que se destacavam por colocar na rua diversos carros enfeitados. Com relação a esses desfiles, o depoente narra um episódio que

envolve a rixa de alguns blocos. Segundo o Sr. Luís, houve um desfile em que o carro do Respinga foi “sabotado” por outras entidades:

Uma vez o Respinga ia desfilar, no tempo que fazia os carro encima das carroça, diz que os nego botavam aste (sic) quando foi, a carroça foi arrancar com o carro quebrou as roda (risos) [...] ficaram no meio do caminho (...) faziam “trampa” um pro outro né “tchê”? Tu vê que se existia coisa [...]<sup>54</sup>

Von Simson (2007) também observou diversas rixas entre entidades carnavalescas negras de São Paulo. Para a autora, havia algumas características que influenciavam tais desavenças entre blocos e/ou cordões, como é o caso de entidades que possuíam as mesmas cores; rixas também advinham de diferenças socioeconômicas; outro fator poderia ser quando entidades provinham de diferentes redutos negros da cidade e também quando um antigo presidente fundava outra associação (VON SIMSON, 2007, p. 120-121). Sr. Luís Barbosa, lembrando antigas entidades carnavalescas negras de Bagé, também apontou para rixas de grupos de diferentes redutos da cidade, como era o caso dos Garotos da Batucada e da Turma da Alegria. A primeira localizava-se na Rua Maurity (Baixada), e a segunda ficava no Alto da Santa Casa. Segundo Sr. Luís, “naquela época, nego do Alto não se dava com nego da Baixada, e até em futebol era briga”<sup>55</sup>. Sendo assim, no período do carnaval a rivalidade entre os diferentes bairros vinha à tona e em alguns casos seus membros chegavam a ir “para as vias de fato”.

No ano de 1935 o Respinga era dirigido pelo Sr. Casemiro Rodrigues da Silva, tio do Sr. Luís Barbosa, tendo como vice-presidente o Sr. Coraldino Nogueira (*A Tesoura*, 19/10/1935, p. 4). Ao que tudo indica, Casemiro Rodrigues se manteve na direção do Rancho nos anos seguintes, pois no ano de 1941 ainda encontramos seu nome da presidência da entidade.

Quando apareciam notícias desse rancho vinculadas no jornal *Correio do Sul*, os redatores faziam questão de lembrar que esta era uma das entidades carnavalescas mais antigas da cidade, como mostram os dois exemplos abaixo:

RANCHO C. RESPINGA – **Os mais antigos da cidade**, o glorioso Rancho Respinga, está de baile amanhã, em sua sede, na rua Gal. João Telles. O Casimiro, que é “o tal” o grande folião “maioral”, nos afirmou ontem, que o baile de amanhã vai ser mesmo do “balacobaco”, baile de “arrepia a macacada”, as

<sup>54</sup> Entrevista do Sr. Luís Barbosa da Silva concedida ao autor, no dia 18/03/2017.

<sup>55</sup> Entrevista do Sr. Luís Barbosa da Silva concedida ao autor, no dia 18/03/2017.

danças serão animadas pelo Jazz Fontoura (...) (*Correio do Sul*, 15/02/1941) (grifos do autor).

RANCHO C. RESPINGA – **O velho e sempre triunfante** “Rancho C. Respinga”, esteve este ano em plena forma. Apresentou-se com mais de 40 componentes, originalmente fantasiados e desfilaram com garbo, entoando sua marcha de “guerra” na Avenida 7. Dessa forma, o mais extraordinário sucesso. **O antigo cordão** brilhou mais uma vez (*Correio do Sul*, 27/02/1941, p. 6) (grifos do autor).

Assim como o Rancho Vamos de Qualquer Geito, o Rancho Respinga, segundo depoimento do Sr. Luís Barbosa, se caracterizava por apresentar fantasias luxuosas, músicos bons e muita organização. Ao lembrar dessas entidades, Sr. Luís afirma que essas eram do tempo do seu pai, e que quando criança ele sempre ouvia falar. Essa ligação familiar também deve ser levada em conta, principalmente pelo fato do tio de Luís ser uma das figuras mais importantes do Respinga. Nesse sentido, quando jovem, Luís experienciou o carnaval negro bem de perto, ou melhor dizendo, de dentro de sua própria casa.

### 3.4. Cordão Carnavalesco Adeantados

Outro bloco colocado pelo Sr. Luís Barbosa como sendo “muito forte” na época de seu pai, era o Adeantados. No ano de 1928 este bloco era dirigido por Cherubim Bittencourt, sujeito negro que possuía uma alfaiataria no centro da cidade de Bagé. Além de fundar o Rancho Carnavalesco Adeantados, ele também fundou o Bloco Carnavalesco Malandros e foi membro do Sport Clube América, importante time de futebol amador da cidade (*O 28 de Setembro*, 23/10/1938, p. 5).

Essa entidade possuía uma sede na Rua Almirante Gonçalves, região localizada no centro da cidade de Bagé e que fica bem próxima a praça da Catedral de São Sebastião.<sup>56</sup> Para além de se fazer presente nos períodos carnavalescos, o Adeantados também realizava atividades no decorrer do ano, como fica evidente na nota publicada no jornal *O Boato* no ano de 1929:

C. C. Adeantados – Domingo p. p. em sua vasta caverna, sita a rua Almirante Gonçalves, a galharda mocidade, que o bloco o bloco carnavalesco “Os Adeantados”, levaram a efeito mais um animado “sarau” dançante, que revestiu-se de um brilho

<sup>56</sup> Sobre a localização dessa entidade no mapa de Bagé, ver Anexo.

encantador e atraente, achando-se presente elevado número de torcedoras do mesmo (*O Boato*, 01/05/1929, p. 3).

Além da realização de festas em sua “caverna” e da atuação no carnaval, ao que tudo indica, o Adeantados também marcava presença em comemorações do calendário cívico, como mostra a nota publicada no mesmo jornal mencionado anteriormente:

C.C. Adeantados – Em comemoração a grande data de 15 de novembro, a galharda mocidade que fazem parte no C. C. Adeantados fizeram uma passeata pelas ruas principais, onde foram muito aplaudidos. Os Adeantados depois de cumprimentarem as redações locais, ao som de sua bem afinada orquestra, cantando sua marcha triunfante desfilaram em direção para o salão da S. U. Operária, onde os mesmos estão realizando uma serie de chás-dançantes, ao chegarem foram saudados pela numerosa e repleta assistência prosseguindo-se em seguida o chá-dançante que prolongou-se até altas horas da madrugada. Felicitamos Os Adeantados e fazemos votos para que com o mesmo entusiasmo atual prossigam seus trabalhos para o próximo carnaval (*O Boato*, 16/11/1929, p. 2).

Marcar presença em comemorações do calendário cívico trazia visibilidade às entidades carnavalescas negras, pois além de, em alguns casos, serem anunciadas em jornais, acabava por mostrar toda uma organização, uma disciplina e um engajamento que extrapolava os períodos do reinado de Momo. Assim, ao desfilar pelas principais artérias da cidade de Bagé e visitar redações de jornais locais, o cordão Adeantados acabava positivando sua imagem publicamente e ganhando ainda mais força para a chegada do carnaval.

A importância dessas três entidades (Vamos de Qualquer Geito; Respinga e Adeantados) não só é reforçada pelo Sr. Luís Barbosa, que cresceu em meio a elas, como também pelos redatores do jornal *Correio do Sul*, como mostra a notícia abaixo:

O CARNAVAL VEM AHÍ – E O CARNAVAL POPULAR? Será que não o teremos este ano? Vamos esperar que se manifeste os diretores dos ADEANTADOS, VAMOS DE QUALQUER GEITO, RESPINGA, BAHIANAS e outros cordões e ranchos. Não acreditamos que essa gente “bamba” tenha ido pro mato. Tenha desaparecido como nas fitas. Esperamos algo para domingo. Já é tempo de enfezar. O povo está esperando as tradicionais passeatas, e pronto a concorrer para a sacola (*Correio do Sul*, 18/01/1938, p. 6).

O ano era 1938, e os redatores do jornal *Correio do Sul* estavam atentos esperando um parecer dos diretores dos blocos e cordões carnavalescos populares, pois o carnaval se aproximava e estas entidades, que ao que tudo

indica davam a tônica do carnaval de rua de Bagé, ainda não haviam dado as caras com seus ensaios e movimentos burlescos.

Esse fato nos chama atenção, principalmente por também ocorrer na cidade de Pelotas e em Porto Alegre. Gill e Loner (2009) pesquisando alguns clubes carnavalescos negros da cidade de Pelotas, apontaram que com a configuração do Estado Novo, houve uma mudança nas regras de desfiles populares na cidade. Assim, para desfiles nas ruas, como também para simples reuniões associativas e recreativas, as entidades deveriam conseguir uma permissão da polícia (GILL; LONER, 2009, p. 156). As despesas também aumentaram nesse período, fazendo com que na cidade de Pelotas, no ano de 1937, cinco cordões negros não desfilassem, pois alegaram que não possuíam verbas o suficiente para tal empreitada, julgando ser muito baixo o auxílio dado pelo legislativo local.

Estudando o carnaval de Porto Alegre entre os anos de 1930 e 1940, Rosa (2008) também observou que nos anos finais da década de 1930 o carnaval porto-alegrense estava em declínio. Segundo o autor, com a instauração do regime do Estado Novo, no ano de 1937, as relações entre os poderes públicos com a imprensa sofreram alterações. Nos primeiros anos do novo regime, o poder público não incentivou o carnaval, fazendo com que diversas entidades enviassem cartas ao então prefeito de Porto Alegre, Loureiro da Silva, pedindo auxílios.

Na cidade de Bagé o mesmo ocorreu no ano de 1938. As entidades carnavalescas negras não deram o ar de seus desfiles nas ruas naquele ano, alegando que eram “pesados emolumentos a que estão sujeitos, muito acima de suas possibilidades” (*Correio do Sul*, 23/02/1938, p. 4).

A nota do *Correio do Sul* transcrita acima chama atenção para um detalhe muito importante: a “súplica” dos redatores do jornal no que diz respeito às entidades carnavalescas populares, deixando nítido a ideia de que sem aquela “gente bamba” a festa do carnaval seria um fracasso.

As décadas de 1930 e 1940 foram muito significativas do ponto de vista das apropriações do estado no que diz respeito aos festejos populares. Como bem pontuou Veloso (2003), o governo Vargas se empenhou em utilizar a festa do carnaval, por exemplo, como um canal de difusão de seu governo. Tal situação se fez necessária, pois foi nesse contexto que o Estado brasileiro

buscou criar uma ideia de identidade nacional brasileira. A partir de vários mecanismos, sobretudo com o auxílio de intelectuais e da imprensa, o governo Vargas buscou forjar aquilo que representaria o verdadeiro “nacional”, o sentimento de brasilidade. Evidentemente que essa tentativa de se criar uma ideia de identidade nacional não surgiu de forma “natural”, e sim foi um processo que envolveu vários agentes e permeado de conflitos.

Não só o carnaval foi alvo dessa iniciativa do Estado. Assim como diversos festejos populares (muitos tidos como retrógrados, primitivos e vulgares), o índio e o negro também foram incorporados à essa ideia, fazendo com que diversos intelectuais da época produzissem a respeito das contribuições desses grupos, tendo como uma das expressões máximas os estudos de Gilberto Freyre, sobretudo sua obra *Casa Grande & Senzala*.

No que diz respeito à música popular, Veloso (2003, p. 166) afirma que “sambas e marchas carnavalescas sofrem modificação radical, a ponto de serem apontados como dignos de compor uma antologia cívica”. Para além da música, o cinema, o teatro e outras manifestações culturais vão sofrer alterações na tentativa de serem incorporadas ao Estado.

Como já foi mencionado anteriormente, todo esse esforço do governo Vargas teria sido em vão se não fosse a ajuda dos homens da imprensa. Assim como os estudos de Germano (1999) e Rosa (2008) observaram para a cidade de Porto Alegre, na pequena cidade de Bagé também podemos notar a articulação da imprensa com os poderes públicos a respeito dos festejos carnavalescos. Não é à toa que a nota do *Correio do Sul* “clama” pelas entidades carnavalescas populares, no qual se enquadram o *Vamos de Qualquer Geito*, *Respinga*, *Adeantados* e *Bahianas*, pois foi nesse período que o carnaval ganhou o *status* da festa que sintetizava o povo brasileiro, e os grupos carnavalescos, sobretudo os compostos por sujeitos negros, seriam os maiores responsáveis por ela.

Mesmo que com as dificuldades impostas pela ditadura do Estado Novo, principalmente nos seus anos iniciais – o que afetou também o carnaval - a partir da década de 1940, o desfile de entidades carnavalescas negras em Bagé ganha fôlego, aparecendo novos blocos e cordões que vão se destacar no cenário do carnaval de rua da cidade. Nesse contexto, o jornal *Correio do Sul* deu mais ênfase ao período carnavalesco, passando, juntamente com comerciantes

locais, a organizar diversos concursos no qual as entidades carnavalescas negras ganhavam destaque ao serem, na maioria das vezes, as vencedoras. Nesse período, o referido jornal também criou uma coluna através da qual entrevistava algumas entidades carnavalescas que julgava serem referência no carnaval de Bagé. Dentre as entidades que obtiveram destaque aparecem o Piratas do Amor e Bloco Carnavalesco Garotos da Batucada.

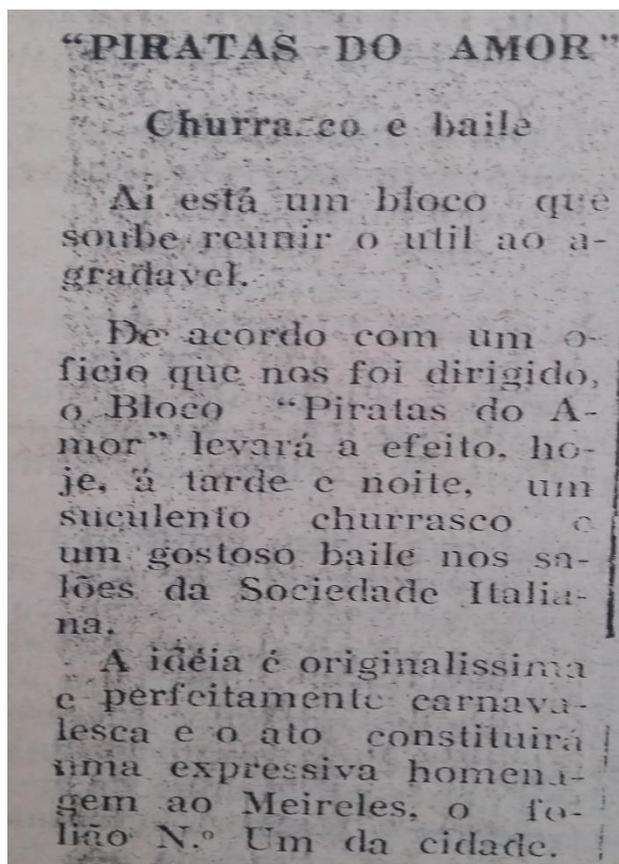
### **3.5. Piratas do Amor**

Surgido no ano de 1937, o Bloco Piratas do Amor logo nos seus primeiros anos de atividade obteve reconhecimento por parte da comunidade carnavalesca bageense. Segundo as memórias de Sr. Luís Barbosa e do Sr. Vilmar Paiva dos Santos, o Piratas do Amor surge de uma iniciativa de sujeitos negros que, em sua grande maioria, eram funcionários do DAER (Departamento Autônomo de Estrada de Rodagem) na cidade de Bagé.

No seu quarto ano de atividades o bloco acabou obtendo o segundo lugar num concurso organizado pela Casa Lyra, ocasião em que ganhou uma taça de prata oferecida pela organização do concurso (*Correio do Sul*, 27/02/1941, p. 4).

No ano de 1942 o bloco era constituído pela seguinte diretoria: Presidente: Romeu Machado; Vice-presidente: Guilherme da Rosa; Secretário: Ney Gomes; Tesoureiro: Norival Pereira; Diretor de canto: Pedro Rosa (*Correio do Sul*, 18/01/1942, p. 5). Os ensaios do Piratas eram realizados em frente à sede da Sociedade Liga Operária, na rua Monsenhor Constabile Hipólito, no centro de Bagé. Ao passo que a entidade foi se destacando no carnaval de rua de Bagé, foi ganhando cada vez mais adeptos e começou a realizar bailes e diversas festas na sede da Liga.

Ao mesmo tempo que em utilizavam os salões da Liga Operária, os membros do Piratas também circulavam em outros espaços, como é o caso de um anúncio publicado no *Correio do Sul*, como mostra a imagem abaixo:



**Imagem 5:** Churrasco e baile organizado pelo Bloco Piratas do Amor (*Correio do Sul*, 25/01/1942, p. 5).

Diferente das outras entidades negras até então encontradas nas fontes pesquisadas, o bloco Piratas do Amor ocupava outros espaços, como é o caso do churrasco e baile realizado nas dependências da sociedade Italiana de Bagé no ano de 1942. Ocupar os salões da sociedade italiana<sup>57</sup>, essa que surgiu no ano de 1871, denotava que os membros do referido bloco possuíam uma articulação que extrapolava o próprio segmento negro da cidade. Pode-se atrelar a isso os próprios cargos ocupados pelos sujeitos do bloco, pois como já foi mencionado, a grande maioria eram funcionários públicos. Ter um cargo mais estável poderia dar a possibilidade desses sujeitos negros circularem em outros espaços e forjarem relações com setores mais elitizados da cidade.

<sup>57</sup> A fundação da sociedade Italiana veio na esteira da fundação de outras sociedades pertencentes à imigrantes europeus fixados em Bagé, como é o caso da Sociedade Espanhola, fundada no ano de 1868 e a Sociedade Beneficência Portuguesa, que foi fundada em 1871. (LEMIESZEK, 2000, p. 76).

Ainda com relação à nota publicada na imprensa sobre o churrasco e o baile realizado pelos Piratas do Amor, chama a atenção um detalhe presente no final da nota, referindo-se à Meireles, o “folião número Um da cidade”. A partir da década de 1940, como já foi mencionado anteriormente, o jornal *Correio do Sul* passou a dar uma maior visibilidade ao período carnavalesco, sobretudo às entidades “populares”, da qual se enquadram em grande parte as entidades negras aqui citadas. Com isso, no período do reinado de Momo, o jornal abria uma coluna no qual Meireles – o *folião número um* – relatava toda a movimentação do carnaval na cidade. Ele era o responsável por toda a cobertura do carnaval de rua e de salão de Bagé, e também passou a realizar entrevistas com algumas das principais lideranças dos blocos e cordões carnavalescos locais, no qual entidades negras ganhavam destaque. Numa dessas entrevistas, Meireles conversou com uma liderança do Piratas do Amor.

Na entrevista<sup>58</sup> realizada em 1949 com Romeu Machado, popularmente conhecido pela alcunha de “Risoleta”, podemos perceber a importância conferida por Meireles ao Piratas do Amor e também observar como era composto a direção da entidade. Na presidência estava Aristides Gomes; o vice era Omar Silveira; na secretaria estava Ladislau Fagundes; tesoureiro Vitor Dias e o diretor artístico era Romeu Machado, o “Risoleta”.

Conhecido por ser o dono do King Kong<sup>59</sup>, alegoria que era carregada por “Risoleta”, O Piratas do Amor caracterizava-se por ser um bloco organizado e que não media despesas, como menciona o entrevistado, para os desfiles do carnaval bageense. Na entrevista publicada no *Correio do Sul*, Meireles afirma que a turma do Piratas “vem sempre pra frente, porque a ‘vanguarda’ é o lugar dos heróis” (*Correio do Sul*, 19/01/1949, p. 4). Fica evidente, na entrevista realizada por Meireles, que o Piratas do Amor era um bloco de destaque no carnaval de rua de Bagé, sobretudo por sua organização frente às demais entidades carnavalescas negras locais.

---

<sup>58</sup> *Correio do Sul*, 06/02/1973, p. 6.

<sup>59</sup> Fundado na comunidade do Altos da Santa Casa, no centro de Bagé, o bloco King Kong se juntou aos Piratas do Amor e assim passou a realizar festas burlescas na sede da Liga Operária de Bagé. O bloco ficou conhecido por ter uma alegoria de tamanho real de um King Kong, que era carregado por “Risoleta”. Sobre outras entidades carnavalescas gestadas no Altos da Santa Casa. (SILVA, 2016).



**Imagem 6:** Romeu Machado, o “Risoleta”, em entrevista à imprensa de Bagé já na década de 1970. (*Correio do Sul*, 1973).

Em entrevista realizada com o Sr. Vilmar Paiva dos Santos, o mesmo afirma que na sua mocidade o bloco de maior destaque era o Piratas do Amor. O depoente, que forjou a sua infância no seio de diversas entidades carnavalescas de Bagé afirma que com o sucesso obtido no carnaval, o Piratas do Amor, nos anos finais da década de 1950 se transformou em uma Escola de Samba, que durou mais ou menos uns quatro anos. Nessa época, segundo Sr. Vilmar, uma das características do Piratas era a realização de “assaltos” carnavalescos a residências de sujeitos simpatizantes com a entidade. Na definição de “assalto”. Sr. Vilmar diz que consiste em uma visita programada ou não a determinadas casas, no qual a entidade era recepcionada com muita festa, comida e bebida:

[...] domingo, duas horas da tarde, nós botávamos a escola na rua e a primeira casa que nós íamos era ali (cabaré da Ana Gusmão), era festa, mas festa! Naquele tempo começava com churrasco, depois vinham os frios, doces de confeitaria [...] bebida a reveria! Então chamava-se aquilo de “assalto”.<sup>60</sup>

<sup>60</sup> Entrevista do Sr. Vilmar Paiva dos Santos concedida ao autor, no dia 10/05/2016.

O Piratas do Amor também esteve à frente da organização de concursos de blocos carnavalescos, como foi o caso de um que ocorreu no ano de 1953 e que foi realizado na rua Dr. Penna, em frente à Rádio Cultura de Bagé, no centro da cidade. Na ocasião, o primeiro lugar seria do bloco que apresentasse o melhor conjunto; o segundo lugar seria ao bloco de melhor fantasia; o terceiro ao bloco de melhor instrumental e o quarto ao bloco que apresentasse a melhor baliza (*Correio do Sul*, 22/02/1953, p. 4).

Juntamente com o Piratas do Amor, outra entidade carnavalesca negra que ganhou destaque no carnaval de rua de Bagé foi o Bloco Carnavalesco Garotos da Batucada, como veremos a seguir.

### **3.6. Garotos da Batucada**

Fundado no ano de 1946, o Garotos da Batucada surgiu de uma dissidência de um outro bloco, o Bambas da Cidade. Segundo o Sr. Luís, no carnaval do ano de 1946, na dispersão do desfile do Bambas na Praça dos Desportos, houve uma briga envolvendo alguns sujeitos que pertenciam ao referido bloco, fazendo com que muitos abandonassem a entidade. No outro ano, essa ala dissidente fundou o Garotos da Batucada.<sup>61</sup>

Uma das principais lideranças do Garotos da Batucada nos seus primeiros anos foi Evilásio Pereira, que além de ser o fundador e presidente do bloco, era também o mestre de bateria/harmonia. No boletim do departamento cultural do Clube Palmeiras, no ano de 1951, encontramos uma reportagem especial com traços biográficos de Evilásio Pereira.

Conhecido pelos seus como general do ritmo, Evilásio nasceu em Bagé no dia 20 de setembro de 1920. Segundo a nota do boletim, ele descendia dos chamados negros mina, trazendo “no sangue a nostalgia da raça e a inclinação natural pela música” (*Boletim do Departamento Cultural Casemiro de Abreu*, Clube Palmeiras, 12/01/1951, p. 4).

Com dezessete anos ele ingressou no Jazz Harmonia, grupo da cidade de Bagé no qual ele tocava pandeiro. Depois de dissolvido o grupo, Evilásio foi convidado a acompanhar um pianista, começando, assim, a tocar bateria. Daí

---

<sup>61</sup> Entrevista do Sr. Luís Barbosa da Silva concedida ao autor, no dia 18/03/2017.

por diante o baterista viajou por diversos Estados brasileiros acompanhando músicos e fazendo parte de algumas companhias. Evilásio veio a falecer no ano de 1955 na cidade de São Gabriel, ocasião em que uma nota foi publicada no *Correio do Sul*.

Descrito como “um gênio da música popular”, a nota escrita por Paulo Correia Martins ressalta a importância de Evilásio para o carnaval da cidade de Bagé, ressaltando também suas grandes habilidades como baterista autodidata e, principalmente, sua grande qualidade de líder do Garotos da Batucada, “do qual era Mestre que injetava o veneno típico do samba brasileiro” (*Correio do Sul*, 26/02/1955, p. 6).



**Imagem 7:** Garotos da Batucada, 1951. **Obs:** Evilásio Pereira é o quinto da direita para a esquerda, em pé e sem a fantasia do bloco). (Acervo de Luís Barbosa da Silva).

Com Evilásio na linha de frente, o Bloco Garotos da Batucada conseguiu se projetar no carnaval de rua de Bagé, vindo a ser um dos principais blocos carnavalescos da cidade. Seus desfiles eram organizados de forma rígida pelo seu presidente e demais diretores, havendo, inclusive, testes de música para quem quisesse entrar no bloco. Sr. Luís Barbosa afirma que de tão organizado que o bloco era, não era qualquer um que poderia ingressar na entidade, e sim os melhores percussionistas da cidade. O depoente ainda afirma que no pátio da sede do bloco era armada a bateria e quem desejasse ingressar na entidade deveria marchar, cujo objetivo era ver se o sujeito tinha disciplina. Havia duas “cozinhas”<sup>62</sup>, uma que saía à tarde e a que desfilava de noite, havendo, com isso, uma separação entre os percussionistas entre os mais novos e os mais experientes. Esses últimos seriam os responsáveis por participar dos concursos realizados por setores do comércio e imprensa local.

Tais concursos eram realizados em frente ao jornal *Correio do Sul*, bem como em espaços privados como o cinema Glória e Coliseu e também defronte à Rádio Difusora de Bagé. Sr. Luís afirma que ao passo que cada entidade desfilava, o público aplaudia e era a intensidade dos aplausos que indicava o bloco vencedor. Além desses concursos que eram realizados nas ruas, havia o concurso de bloco de maior popularidade realizado pelo jornal *Correio do Sul* em parceria com a Rádio Cultura e comerciantes da cidade.

O concurso era destinado a apurar qual a entidade carnavalesca popular era considerada a mais simpática do carnaval de rua de Bagé. Para votar, a pessoa interessada teria que comprar o jornal *Correio do Sul*, preencher a ficha de votação, recortar e depositar numa urna que ficava na redação do jornal. Chegando o final da semana, os redatores do jornal apuravam as urnas e indicavam quem era o ganhador daquela semana. Ao final do concurso, as entidades vencedoras, além de ganharem uma quantia em dinheiro que era oferecida por setores do comércio local, também tinham fotos e a composição de suas diretorias publicadas no jornal, numa edição especial de carnaval.

---

<sup>62</sup> Termo que se refere a bateria do bloco, popularmente utilizada por pessoas ligadas ao carnaval de Bagé.



**Imagem 8:** Bloco Garotos da Batucada campeões de popularidade do concurso Correio do Sul em 1949 (*Correio do Sul*, 27/02/1949, p. 7).

Como mostra a imagem acima, além de dar um “click” nos integrantes do bloco, o jornal também descrevia a direção do mesmo, dando, com isso, visibilidade à essas entidades negras e seus sujeitos. Ao ocupar uma página inteira do jornal mais lido da cidade, os blocos carnavalescos negros acabavam por obterem reconhecimento público e prestígio no seio de uma sociedade muito preconceituosa.

Relembrando alguns desfiles, Sr. Luís afirma que os Garotos buscavam se destacar dos demais blocos, principalmente com relação às suas fantasias. Assim, houve desfiles em que saíram de mosqueiros, de gaúchos, de romanos e de príncipe. No período em que fez parte do bloco, Sr. Luís recorda que as fantasias eram custeadas por cada integrante do bloco e que, geralmente, a confecção ficava a cargo de uma senhora cuja residência ficava próxima à sede da entidade, na Rua Maurity<sup>63</sup>.

Com relação ao apoio da prefeitura de Bagé com os festejos carnavalescos, esse se deu a partir da década de 1950, pois até então quem

<sup>63</sup> Sobre a localização da sede da entidade no mapa de Bagé, ver Anexo.

ajudava com os gastos das entidades eram setores do comércio local e pessoas interessadas, principalmente através da utilização dos chamados “livros de ouro”.

No que diz respeito aos desfiles, Sr. Luís lembra que naquela época as entidades começavam a desfilar na Praça dos Desportos e iam até a Praça da Matriz, onde se localiza a Igreja Matriz de São Sebastião. Logo depois eles retornavam e faziam o mesmo trajeto novamente. Muitas vezes depois de findado o desfile nas ruas, os blocos também faziam incursões em clubes sociais locais, como, por exemplo, para os salões dos clubes Zíngaros, Piratas do Amor e do Clube Recreativo Palmeiras.



**Imagem 9:** Celso José Muniz. Garotos da Batucada, 1949. Fantasia de Príncipe. (Acervo de Cleber Muniz Fernandes)

Na imagem acima podemos notar o quanto que o Bloco Garotos da Batucada investia em suas fantasias, buscando se distinguir dos demais blocos. Essa distinção também vinha através dos seus sambas e marchas de carnaval. Para isso, Sr. Luís afirma que naquela época Evilásio comprava a revista da Rádio Nacional e copiava as marchas e ritmos de samba mais tocados naquela rádio. Como exemplo disso, o depoente afirma que foi muito sucesso a ocasião em que o bloco desfilou tocando a canção Aquarela do Brasil, de Ary Barroso.

Como já foi mencionado anteriormente, as décadas de 1930 e 1940 presenciaram a construção de diversos símbolos de brasilidade, dentre os quais o carnaval foi colocado nesse bojo. Nessa perspectiva, muitas entidades carnavalescas populares propagavam esse ideal em seus desfiles, ideal esse tão reproduzido por intelectuais e setores da imprensa. Ao desfilarem tocando Aquarela do Brasil, os Garotos da Batucada acabaram por entoar um “hino” associado à construção da identidade nacional. Mesmo assim, sempre é importante lembrar que os setores populares fizeram diversos usos do carnaval, e estes usos nem sempre correspondiam a esse sentimento nacionalizante (ROSA, 2008).

Principalmente através de muito luxo, organização e disciplina, os Garotos da Batucada conquistaram muitas glórias no carnaval de rua de Bagé, ganhando diversos prêmios e concursos.

A partir da década de 1950, haverá uma certa mudança na estrutura da organização do carnaval de rua de Bagé, momento no qual o poder municipal irá encabeçar a organização de concursos e oficializar os festejos de rua, passando a contribuir com entidades carnavalescas, o que até então era tarefa das próprias entidades e de setores do comércio simpatizantes com a folia.

A primeira referência à ajuda do poder municipal de Bagé para com as entidades foi encontrada no ano de 1953, através de uma nota publicada no *Correio do Povo*, no qual dizia que o então prefeito João Batista Fico, dentro das possibilidades da prefeitura, prometeu ajudar os blocos e cordões carnavalescos da cidade, pois esses eram os “animadores de nossos festejos momescos”

(*Correio do Sul*, 29/01/1953, p. 5). Mesmo assim, na maioria das vezes a verba era curta e as entidades criavam outras estratégias para angariar fundos para o período do carnaval, como é o caso dos já mencionados festivais e bailes durante o ano.

Em 1953 a prefeitura se comprometeu em ajudar as entidades carnavalescas locais, porém, o envolvimento do legislativo local para com o carnaval é a partir de 1950, onde juntamente com setores da imprensa como a Rádio Cultura e o jornal *Correio do Sul*, passam a serem os organizadores “oficiais” do carnaval de rua de Bagé, responsáveis por montar a programação dos dias destinados à Momo. Como exemplo, no carnaval de 1950 a programação consistia em um desfile dos blocos inscritos a partir das 22 horas, para em seguida desfilarem as rainhas do carnaval dos clubes sociais locais e os vencedores do concurso realizado pela imprensa (*Correio do Sul*, 19/02/1950, p. 5).

Ao mesmo tempo em que a prefeitura e setores da imprensa passaram a ser os responsáveis pelo carnaval “oficial” de Bagé, nota-se que a delegacia da cidade começou a fechar mais o cerco nos dias destinados ao carnaval. Restrições a passeatas depois da meia noite, bem como ao uso de fantasias “indecorosas” e a coleta de dinheiro passaram a serem proibidos pela delegacia de polícia local. Para realizarem seus desfiles, as entidades teriam que estar com a autorização em dia com o departamento de polícia da cidade. Ou seja, ao mesmo tempo em que o poder municipal passa a organizar os festejos carnavalescos na cidade, o mesmo acaba por buscar disciplinar os blocos, colocando restrições aos desfiles. Se antes os integrantes de entidades carnavalescas podiam varar a noite se divertindo nas ruas da cidade, a partir de agora isso era proibido. Se outrora a prática da coleta de dinheiro através da utilização de “livros de ouro” era legalizada – como bem pontuou o entrevistado Luís Barbosa – agora estava proibida mediante condução à delegacia de polícia. Talvez, consista aí, uma das causas do desaparecimento gradual de muitas entidades carnavalescas negras de Bagé, como é o caso do cordão Respinga, Adeantados, Vamos de Qualquer Geito entre outros.

Muitas entidades carnavalescas acabaram se ajustando às normas e restrições impostas pelo delegado de polícia da cidade, como foi o caso do Garotos da Batucada, que sobreviveu até meados dos anos 1960. A partir dos

anos finais da década de 1950 e início 1960, começaram a surgir as escolas de samba, momento em que muitos blocos e cordões negros foram dissolvidos. Essa característica também pode ser observada em outras regiões do estado, como é o caso de Pelotas (LONER; GILL, 2009) e Porto Alegre (GERMANO, 1999).

Nos anos seguintes, a prefeitura de Bagé seguiu na organização dos festejos carnavalescos com ampla cobertura da imprensa, seja através do jornal *Correio do Sul*, bem como através de rádios como a Rádio Cultura e a Rádio Difusora.

Principalmente a partir dos anos finais da década de 1940, ganhou fôlego a organização de negros e negras em torno dos Clubes Sociais, principalmente através da realização de bailes temáticos, saraus, quermesses e também a realização de bailes de carnaval em suas sedes sociais. Clubes como a Sociedade Recreativa Palmeiras e a Sociedade Recreativa Os Zíngaros vão ser os responsáveis por proporcionar lazer, descontração e também lutas políticas à comunidade negra de Bagé.

## CAPÍTULO 4

**“(…) BEM SABEMOS QUE SOMOS NEGROS, MAS, EU CONSIDERO ISTO  
AQUI IGUAL OU MELHOR DO QUE O CLUB COMMERCIAL OU  
CAIXEIRAL”<sup>64</sup>: ORGANIZAÇÃO NEGRA ATRAVÉS DOS CLUBES SOCIAIS  
EM BAGÉ**

Como ficou evidente no capítulo anterior, sujeitos negros buscaram, também através dos festejos de Momo, se projetar na cidade de Bagé ao colocarem seus blocos, ranchos e cordões nas ruas no período carnavalesco. Para além de entidades que tinham vida apenas no período do carnaval, buscamos mostrar que muitos blocos negros da cidade mantinham uma vida ativa durante o restante do ano, no qual organizavam festas e angariavam fundos para poder “brilhar” nas ruas de Bagé nos dias destinados a Momo. Também, é importante destacar que para além de meros grupos carnavalescos, tais entidades estavam ocupando o espaço público das ruas de Bagé e forjando identidades, ao passo que pessoas não negras não tinham acesso às mesmas.

A grande maioria desses sujeitos negros que estavam dentro das entidades carnavalescas também se encontravam nos clubes sociais de negros da cidade, como é o caso do Clube Recreativo Palmeira e da Sociedade Recreativa Os Zíngaros. Assim como os grupos carnavalescos, os clubes recreativos também eram espaços de valorização da *raça*, lugares onde a comunidade negra poderia socializar entre os seus e construir projetos para ascensão do grupo, ou seja, os clubes também era espaços de lutas políticas (SILVA, 2017).

Nesse capítulo, iremos observar de perto a atuação de dois Clubes Sociais Negros de Bagé, que foram responsáveis por proporcionar recreação e luta dos sujeitos imersos nesses espaços, sendo eles o Clube Recreativo Palmeira e a Sociedade Recreativa Os Zíngaros.

---

<sup>64</sup> (Lampeão, 1934, p. 1).

Para o presente capítulo iremos utilizar como fonte as memórias de pessoas que forjaram suas experiências nos clubes em questão, sendo: o Sr. Ivoncléo Monteiro, Sr. Vilmar Paiva dos Santos, a Sr. Ieda Lisboa e a Sra. Zoila da Silva.

Pensaremos a memória enquanto processo de rememoração do passado a partir das experiências vividas no presente (WEIMER, 2015, p. 38). Esse processo se dá a partir de escolhas do sujeito entrevistado e está dentro de um contexto social, ou seja, mesmo que o ato de lembrar seja algo individual, as memórias do sujeito são construídas dentro de grupos sociais. Candau (2012, p. 9) afirma que “[...] a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo”. É importante destacar que ao rememorar, o indivíduo faz escolhas, ele acaba enquadrando os conteúdos que julga serem os mais pertinentes. Nesse sentido, o ato de rememorar é também uma estratégia que é usada de acordo com os interesses de cada sujeito.

Halbwachs (1990) deu uma importante contribuição para os estudos da memória ao atribuir seu caráter coletivo, ou seja, de pensar a memória enquanto prática coletiva e não individualizada. Também pensando no caráter coletivo/social da memória, Pollak (1989) levanta a questão da existência de memórias subterrâneas, que são as memórias que são guardadas pelos indivíduos, mas não são esquecidas, e que segundo o autor, afloram em momentos de crise. O autor enfatiza a importância de se pensar no caráter coletivo da memória, mas, além disso, pensar e problematizar o campo de negociação que há entre as memórias individuais e coletivas. Nesse sentido, as narrativas de mulheres também podem ser interessantes do ponto de vista destas disputas de memórias, principalmente pensando no caráter conservador/masculinizado do clube, no qual as equipes diretivas eram compostas majoritariamente por homens. Assim, as memórias de mulheres que ocupavam o espaço do clube podem revelar vários aspectos para pensarmos na agência destas, que, mesmo excluídas muitas vezes dos espaços decisórios,

eram em muitos casos as principais responsáveis pela manutenção dos clubes negros<sup>65</sup>.

Inicialmente, iremos fazer um pequeno balanço bibliográfico sobre os estudos acerca do associativismo negro em terras gaúchas, valorizando as pesquisas que vem mostrando o potencial associativo de negros e negras e as suas experiências em torno dos clubes sociais. Em seguida, partiremos para a análise do Clube Palmeiras e do Clube Os Zíngaros, objetivando perceber quais foram as estratégias desses espaços negros de Bagé no Pós-abolição.

#### 4.1. Associativismo negro em terras gaúchas

Vem crescendo o número de pesquisas que buscam observar a experiência associativa de negros e negras tanto no Rio Grande do Sul como também no restante do país. Porém, é importante ressaltar aqui a grande contribuição, no ano de 2006, do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado na cidade de Santa Maria, região central do Estado do Rio Grande do Sul. Como aponta Escobar (2010, p. 29), a partir da realização desse encontro, foram tiradas propostas, cujo objetivo era “gerar uma pauta nacional para o poder público e os clubes”. Para além de dar visibilidade aos milhares de clubes negros espalhados pelo país e que aos poucos iam perdendo seus espaços físicos devido, sobretudo às dívidas, esse encontro tinha como objetivo pressionar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para que reconhecesse tais espaços como Patrimônio Cultural do Brasil.

Nesse sentido, importantes conquistas foram obtidas através da luta incessante de negros e negras pela valorização desses espaços de memória, lutas e resistências negras.<sup>66</sup> O legado da luta advinda desse encontro fortaleceu

---

<sup>65</sup> Alguns trabalhos recentes vêm dando conta de mostrar o agenciamento de mulheres dentro dos espaços dos clubes negros. Nessa perspectiva, ver: LOPES, Taiane Naressi. **Protagonismo feminino entre regras e padrões:** uma história das mulheres negras do Clube Social 24 de Agosto. Jaguarão: Universidade Federal do Pampa, 2015 (Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em História). GOMES, Fabrício, Romani. **Sob a proteção da Princesa e São Benedito:** Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro em Caxias do Sul (1934 – 1988). 2008 Unisinos. (Dissertação de Mestrado em História).

<sup>66</sup> Como exemplo, no ano de 2012 o Clube Social 24 de Agosto, localizado na cidade fronteira de Jaguarão, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE), como bem cultural do Estado, através da luta dos seus dirigentes e comunidade externa, que realizou diversos atos a fim de patrimonializar o clube. Sobre a portaria do IPHAE, Ver:

o estímulo a pesquisadores para que voltassem seus olhares para os clubes negros espalhados pelo Brasil e que ainda careciam de análises e estudos mais específicos.

No que diz respeito à historiografia sobre o associativismo negro no Rio Grande do Sul, essa vem demonstrando que os negros constituíram espaços para a vivência entre os seus mesmo antes da abolição da escravidão. Analisando a cidade de Porto Alegre, Müller (2008) ressalta a importância da criação da irmandade religiosa Nossa Senhora do Rosário. Na capital da Província de São Pedro, essa irmandade que congregou homens e mulheres negros (as) teve atuação importante para a valorização destes sujeitos. Fundada no ano de 1786, esta foi responsável, acima de tudo, pela instrumentalização do grupo negro principalmente na questão educacional. Através disso, os sujeitos negros envolvidos na irmandade alcançariam posições de maior prestígio numa sociedade demarcada racialmente. A irmandade Nossa Senhora do Rosário atuou também no sentido de angariar fundos para libertar negros e negras escravizados(as).

Com a construção de sua igreja no ano de 1828, a irmandade estaria mais estruturada para amparar seus irmãos. Com isso poderiam oferecer melhores condições de vida ao grupo negro e, para isso, construiu nos arredores da sua igreja casas que poderiam servir tanto para moradia como também para os negócios de pessoas mais necessitadas.

A partir de tal fato, Muller (2008) afirma que:

Todas estas iniciativas levadas a cabo pela irmandade do Rosário contribuíram, de fato, para a constituição de um grupo diferenciado de negros, uma espécie de “elite” intelectual e proprietária que, a partir de 1870, buscou ampliar seu espaço social fundando clubes, associações beneficentes e até mesmo um jornal (MULLER, 2008, p. 267-268).

A mesma autora afirma que de 1872 até 1920, Porto Alegre viu o florescimento de 72 entidades criadas pelos e para os negros. Estes clubes de caráter diversos tiveram grande presença de sujeitos negros que faziam parte da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, mostrando, assim, a importante atuação desta irmandade na valorização do grupo negro porto-alegrense, no

qual este grupo ampliou seus espaços de atuação forjando clubes sociais, beneficentes, recreativos e também um jornal. A circulação destes sujeitos nos mais variados espaços associativos buscava desconstruir a ideia de que o negro não sabia se organizar socialmente, bem como buscava positivar a sua imagem numa sociedade pautada pela discriminação racial (SILVA, 2011).

A cidade de Pelotas também assistiu à criação de espaços destinados as congregações religiosas negras. Silva (2011, p. 30) observou a existência da Irmandade Nossa Senhora da Conceição; Irmandade de Nossa Senhora Assumpção da Boa Morte e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Tais sociedades existiram em Pelotas durante o período da escravidão.

Matheus (2016) encontrou algumas referências sobre a Irmandade Nossa Senhora do Rosário para a cidade *locus* de nossa pesquisa – Bagé. Pesquisando documentos do acervo do Museu Dom Diogo de Souza na referida cidade, dentre os quais correspondências expedidas da câmara municipal de 1860, Matheus (2016) encontrou indícios da autorização do Presidente da Província para a aprovação da Irmandade, bem como a doação de um terreno pelo legislativo local para a congregação (MATHEUS, 2016, p. 230). O autor também encontrou informações sobre a Irmandade através do testamento de Maria Rosa Antônio da Rosário. Liberta e natural da Bahia, em seu testamento ela deixou móveis para Maximiano Domingos do Espírito Santo, este na condição de seu irmão na Irmandade Nossa senhora do Rosário (MATHEUS, 2016, p. 230).

Com relação aos Clubes Sociais Negros, um dos mais antigos do país se localiza na cidade de Porto Alegre. O clube Floresta Aurora foi fundado no ano de 1872, principalmente com o objetivo de angariar fundos para pagar a liberdade de homens e mulheres escravizados. Escobar (2010) afirma que este clube foi fundamental dentro do cenário porto-alegrense, ajudando também nas “despesas com funeral, defesa de direitos e na educação de seus associados, atuando de forma incisiva na luta contra a escravidão e a discriminação racial” (ESCOBAR, 2010, p. 59).

Além da capital Porto Alegre, como citado no caso da Irmandade do Rosário fundada em 1786, mas estruturada em 1828, na cidade de Pelotas também existiram diversos espaços associativos de negros ainda no século XIX. Loner (2001, p. 448) observou a existência da Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança (1877); Sociedade Beneficente Feliz Esperança (1880);

Sociedade Beneficente Socorro dos Artistas (1890); Montepio da União Africana (1890) e Progresso da Raça Africana (1891).

Se desde o período colonial se encontram diversos espaços associativos forjados pelos e para os negros, a partir da instauração da nova ordem republicana em 1889 estes vão se intensificar. Domingues (2007) ressalta que com o advento da República, “para reverter o quadro de marginalização, libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações)” (DOMINGUES, 2007, p. 103). O autor dá destaque para a grande quantidade de associações negras criadas no Rio Grande do Sul, principalmente em Porto Alegre e Pelotas.

As associações eram lugares responsáveis pela positivação da imagem do grupo negro, pois vale lembrar que no pós-abolição o Brasil foi palco de discussões que, através de critérios de raça, inferiorizavam este segmento. Sobre a comunidade negra recaiam os mais pesados estigmas, dentre eles a incapacidade de se tornarem cidadãos e a culpa pelo então atraso civilizatório brasileiro, como já apontado em linhas anteriores.

Nesse sentido, foram criadas diversas entidades negras de norte a sul do país, com destaque para as sociedades recreativas e culturais<sup>67</sup>. Como nosso enfoque se dará a partir da criação de uma sociedade de negros na cidade interiorana de Bagé, Rio Grande do Sul, apontaremos alguns trabalhos que versam sobre Clubes Sociais Negros em território gaúcho, a fim de valorizar a crescente produção acadêmica sobre a temática.

Para a cidade de Pelotas temos os trabalhos de Loner (2001), Gill e Loner (2009) e Silva (2011), que mapeiam os clubes negros que foram forjados no Pós-

---

<sup>67</sup> Os trabalhos sobre sociedades recreativas criadas por e para os negros vem buscando abranger diversas localidades em diversos estados brasileiros. RIBEIRO, Jônatas Roque. **Associativismo, sociabilidade e liberdade**: sociedades recreativas de negros e negras no pós-emancipação em Minas Gerais. Anais do 7<sup>o</sup> Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2015. Link do texto: [http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos7/jonatas\\_ribeiro.pdf](http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos7/jonatas_ribeiro.pdf). Acesso em 11/04/2017. DOMINGUES, Petrônio. **Esses intimoratos homens de cor**: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição. *História Social*. nº 19, segundo semestre de 2010. Link do artigo: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/318/274>. Acesso em: 13/04/2017. ROSA, Júlio Cesar da. **Vivências de mulatos e pretos em Laguna**: solidariedades e sociabilidades nos clubes Sociedade Recreativa União Operária e Literário Cruz e Souza (1903 – 1950). *MÉTIS: história e cultura*. V. 15, n. 30. Link do artigo: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/4592/pdf>. Acesso em 13/04/2017.

abolição. Pioneira nos estudos sobre o associativismo de negros e negras na cidade de Pelotas, Loner (2001) mapeou entidades negras tanto no período da escravidão como depois da abolição. Mesmo preocupada com a formação do operariado na região estudada, a autora não dispensou a análise sobre as diversas associações negras que encontrou nas fontes consultadas, sobretudo da imprensa. Para a autora:

Os negros tiveram que, praticamente, desenvolver uma rede associativa própria como meio de sobrevivência e organização do grupo. Para isso contaram com lideranças cuja preocupação com a integração da etnia na sociedade, levou-os a desenvolver várias associações e atividades na busca da elevação social e econômica do homem negro (LONER, 2001, p. 282).

Assim, para Loner (2001) tais associações negras surgiram como resposta à sociedade no qual os negros estavam inseridos, uma sociedade que arranhou meios de marginalizá-los. Nessa perspectiva as associações criadas por e para os negros tiveram um papel importante no processo de integração desses sujeitos numa sociedade marcada pelo racismo.

Loner (2001) também frisou a importância das entidades carnavalescas negras, tanto na cidade de Pelotas como em Rio Grande. Nesse sentido, a autora apontou existência de diversas entidades, algumas cuja atuação se deu ainda no século XIX, marcando presença nos festejos da abolição da escravidão. À exemplo disso, a autora cita o clube Nagô e os Netos d'África, e para a cidade de Rio Grande o Congresso Mina e o clube Congo, este não se limitando apenas a atuação no período do carnaval. Mas é a partir da década de 1920 e 1930 que principalmente a cidade de Pelotas viu o surgimento de diversas entidades carnavalescas negras. Loner (2001) aponta como os principais blocos carnavalescos negros de Pelotas o Chove Não Molha, Fica Ahí Pra Ir Dizendo, Quem Ri de Nós tem Paixão e o Depois da Chuva. Estes acabaram por se destacar no cenário carnavalesco local, obtendo também diversas atividades em seus clubes, sendo que dois desses permanecem em atividade até os dias atuais, o Fica Ahí e o Chove Não Molha.

Com relação à pesquisa de Silva (2011), esta afirma que havia grande concentração negra em Pelotas, principalmente pelo fato da localidade ser a referência da indústria do charque no século XIX, que dependia essencialmente de mão de obra negra escravizada. Para a autora, a grande presença negra em

Pelotas intensificou o preconceito racial, fazendo com que os negros buscassem espaços para conviver entre os seus. Esses espaços vêm desde a época da escravidão, com as irmandades leigas do Império, seguido por associações beneficentes no final do século XIX até chegar aos clubes sociais do século XX, caracterizando uma complexa rede de movimento social negro em Pelotas.

Em sua dissertação, Silva (2011) buscou aprofundar o estudo sobre o associativismo negro em Pelotas através dos clubes Fica Ahí P'ra Ir Dizendo (1921), Depois da Chuva (1916), Chove Não Molha (1919), Está Tudo Certo (1931) e Quem Ri de Nós tem Paixão (1921), os mesmos que já haviam sido apontados por Loner (2001) e Loner e Gill (2009). Analisando aspectos destas instituições de caráter étnico-raciais, a autora percebeu que houve na cidade de Pelotas uma rede em perspectiva de enfrentamento da comunidade negra pelotense frente à intensa discriminação racial. Essa rede em grande parte foi influenciada pela criação, na década de 1930, da Frente Negra Pelotense (FNP), sendo esta fundada no âmbito da Frente Negra Brasileira<sup>68</sup>, e, segundo Silva (2011), foi um marco para a irradiação de ideias e diálogos com a comunidade negra pelotense na busca por ações mais concretas na luta contra a discriminação racial.

Segundo a mesma autora, participantes da Frente Negra Pelotense transitavam entre os clubes sociais negros da cidade e também estavam presentes no jornal semanal *A Alvorada* (1907-65). Este hebdomadário pertencente a imprensa negra era responsável por propagar ideários da comunidade negra pelotense e chegou a transcender as fronteiras da cidade, tendo alcance em outros municípios. Os clubes, o jornal e a FNP foram importantes ferramentas de luta em uma sociedade marcada pelo racismo e responsáveis por tentar unificar a raça negra, inculcando a ideia de uma identidade negra positiva contrapondo-se aos ideais preconceituosos e racistas que sobrecaíam em cima dos negros.

---

<sup>68</sup> A Frente Negra Brasileira surgiu em São Paulo em outubro de 1931 com os seguintes sujeitos à sua frente: Arlindo Veiga dos Santos; José Correia Leite; Isaltino Veiga dos Santos; Gervásio de Moraes e Jayme de Aguiar. Acabou por transformar-se em um movimento de massas, congregando negros de diversos estados do país e possuindo filiais espalhadas por estados brasileiros. Analisando o estatuto da FNB, Gomes (2005) afirma que a "ideia fundamental [da FNB] era realizar a união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos histórico da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na comunhão brasileira (GOMES, 2005, p. 52).

A autora também buscou observar os clubes pela ótica da racialização destes espaços. Assim, acabou percebendo que estas associações faziam seus próprios usos dos códigos de racialização que lhes eram impostos. Um exemplo disso é dado ao clube Fica Ahí, que segundo Silva:

[...] diferenciou-se dos demais clubes negros locais ao colocar em prática um controle sistemático quanto aos seus sócios, atentava principalmente, para à cor destes, apresentava em suas atas de diretoria inúmeras discussões quanto à cor dos pretendentes a sócios, os quais deveriam ser reconhecidamente membros da comunidade negra local, somado a preocupação com a moralidade, não apenas na sede, mas nos diferentes aspectos da vida destes. (SILVA, 2011, p. 125).

Nesse mesmo sentido, Silva (2012) encontrou um clube social negro no Uruguai que se identificava enquanto *pertencente à raça*, o qual impunha um controle sistemático às pessoas brancas, que até podiam entrar no clube, porém, não podiam dançar com as mulheres negras. A autora afirma que a permissão de pessoas brancas era vista com bastante cautela pelos membros de clubes negros, pois “existia uma preocupação principalmente em função dos clubes serem os espaços matrimoniais por excelência do grupo negro” (SILVA, 2012, 349).

Outras regiões do estado também estão ganhando a atenção de pesquisadores interessados no associativismo negro, como é o caso de Santa Maria. Escobar (2010) fez um levantamento de uma dezena de Clubes Sociais Negros numa perspectiva de patrimonialização destes lugares como espaços de memórias e resistências. Nesse sentido, a autora, que foi uma das responsáveis pela criação do Museu 13 de Maio na cidade de Santa Maria, acabou se voltando para a trajetória do Clube Ferroviário 13 de Maio, o mesmo que deu origem ao museu. Segundo Grigio (2017, p. 238), este clube foi fundado no ano de 1903 por trabalhadores negros ex-escravizados: carroceiros, criados, jornaleiros e carpinteiros. Escobar (2010, p. 98) traça alguns aspectos deste clube, principalmente a partir de marcos referenciais da história do mesmo, como origens, transição, auge e decadência. Entre 1920 e 1940 houve um período de transição do clube, este se afirmando como um clube essencialmente negro. Já no seu auge, apontado por Escobar (2010) como sendo entre os anos de 1950 a 1980, o clube se fortaleceu e se afirmou enquanto uma “classe média negra emergente”. E o período que compreende os anos de 1990 a 2000 são

caracterizados pela autora como a fase de decadência, onde haverá a desestruturação e o desaparecimento do clube na cidade.

Também sobre Santa Maria, recentemente a historiadora Franciele Oliveira (2016) pesquisou a trajetória do clube negro União Familiar no pós-abolição. Fundado no ano de 1896 e durando até meados dos anos de 1990, este clube de negros e negras acabou congregando uma grande quantidade de sujeitos, sobretudo operários (OLIVEIRA, 2016, p. 141). Mas para além do clube em questão, a autora pode perceber uma rede de conexões que ligavam o clube União, um bairro operário, um bloco de carnaval e um jornal negro. Tais aspectos analisados por Oliveira (2016) se assemelham às abordagens sobre a rede associativa negra na cidade de Pelotas analisada por Silva (2011), como mencionado anteriormente. Assim, através de fontes produzidas através da metodologia da História Oral; documentos internos do clube União, fotografias e livros, Oliveira (2016) buscou tirar o Clube União da invisibilidade ao qual foi submetido dentro da história de Santa Maria no pós-abolição.

Outros trabalhos sobre associativismo negro no Pós-abolição gaúcho que são muito importantes, principalmente pelo fato de concentrarem suas análises em regiões de colonização italiana e alemã, são os estudos de e Gomes (2008) e Magalhães (2010), respectivamente.

Gomes (2008) mapeou o surgimento do Sport Club Gaúcho, fundado no seio da cidade de Caxias do Sul, no ano de 1934. Utilizando como fontes as atas do clube, a oralidade, jornais locais, correspondências do clube, processos e relatórios policiais, o autor pode perceber que o clube Gaúcho serviu como polo aglutinador da população negra caxiense. As atividades do clube estavam voltadas, no seu início, à prática do futebol e a realização de bailes e campeonatos. O futebol, como aponta o autor, era visto como uma maneira de se integrar a sociedade de Caxias, porém, posteriormente o clube utilizará a escola de samba como mecanismo de interação com os outros (GOMES, 2008, p. 88). Foi na década de 1950 que surgiu o departamento de escola de samba do clube, o qual foi responsável por dar maior visibilidade à entidade nos anos que se seguiram.

Magalhães (2010) coloca em evidência a importância do Sport Clube Cruzeiro, fundado em 1922 por negros em Novo Hamburgo, cidade localizada na região do Vale do Rio dos Sinos. O Sport Clube Cruzeiro começou com o

objetivo de participar de torneios de futebol. Posteriormente houve a fusão do time de futebol com o bloco carnavalesco em que muitos membros do clube participavam, intitulado Os Leões, dando início assim a Associação Esportiva, Beneficente e Cultural Sociedade Cruzeiro do Sul, no qual tinha o objetivo de construir um espaço para os negros ficarem entre os seus.

Todos os trabalhos são importantes para percebermos o protagonismo de homens e mulheres negros (as) na constituição de uma identidade racial negra em territórios no qual a cultura que se sobressaía não era a sua. Territórios que por muito tempo foram atribuídos quase que exclusivamente a presença de imigrantes alemães e/ou italianos. No seio destas sociedades, negros forjaram espaços de sociabilidade, de lazer e recreação, permeados por laços familiares e de solidariedade, na tentativa de romper com estereótipos a eles atribuídos e lutando contra a segregação racial e social.

Trabalho importante também foi desenvolvido por Nunes (2010). Em sua monografia de conclusão do curso em História, a autora buscou apontar o surgimento do Clube Social 24 de Agosto, localizado na cidade fronteira de Jaguarão, no sul do Rio Grande do Sul. Segundo a autora - que buscava, principalmente, observar aspectos do carnaval na localidade através do cordão União da Classe, gerado no âmbito do clube – o Clube 24 de Agosto originou-se através de sujeitos ligados ao Círculo Operário de Jaguarão. Segundo nos informa Nunes (2010), essa agremiação foi fundada em 24 de agosto de 1918 por iniciativa de dois amigos: Theodoro Rodrigues e Malaquia de Oliveira. Sem poder frequentar os clubes sociais existentes na cidade, estes sujeitos resolveram criar um espaço para proporcionar lazer e diversão para os negros jaguarenses.

Nunes (2010) também frisa a importância do espaço do Círculo Operário Jaguarense para a inserção dos sujeitos negros da cidade:

[...] este proporcionava uma suposta integração dessa comunidade [de negros] à sociedade branca, além de escamotear a etnicidade dos libertos como desejavam as elites intelectuais da época, através, por exemplo, do ensino de artes e ofícios, da elevação desses indivíduos a “cidadãos de bem”, inculcando-lhes novos valores morais e retirando, dessa forma, os estigmas da escravidão que caíam sobre os negros do início do século XX. (NUNES, 2010, p. 38).

Nesse sentido, deve-se considerar, também, o agenciamento dos sujeitos negros de Jaguarão, que buscavam ocupar o espaço do Círculo Operário objetivando uma vida mais justa, com o objetivo de qualificar-se para novos postos de trabalho, na tentativa de fugir dos estigmas e positivar sua imagem perante uma sociedade racializada.

Tendo o espaço fronteiro Brasil-Uruguai como palco privilegiado de análise, Silva (2017) observou as lutas políticas dos clubes negros nas cidades de Bagé, Jaguarão, Pelotas, Melo e Montevideu no Pós-abolição. A autora, que utilizou como fontes os materiais produzidos no âmbito dos clubes, bem como periódicos da imprensa negra brasileira e uruguaia e também depoimentos orais, acabou por evidenciar processos de racialização e construções de identidades negras nos espaços dos clubes sociais forjados pelos sujeitos negros. Entendendo os clubes negros como espaços de lutas e pautados por projetos políticos, Silva (2017) observou que a racialização era vivida e ressignificada pelas pessoas negras numa relação dialética, o que acabava por não torná-las passivas ao processo de racialização, levando em conta um contexto em que esse processo era muito presente no cotidiano desses sujeitos.

Estes trabalhos acabam apontando para uma gama de entidades negras e agenciamento destes sujeitos no estado do Rio Grande do Sul, este tido como um estado em que ainda nos dias atuais mantém a pecha de ser uma região de brancos europeizados se comparado às outras regiões do país. A historiografia sobre a participação da população negra, tanto no mundo da escravidão como no período Pós-abolição em terras gaúchas, vem mostrando que, para além de um paraíso de pessoas brancas descendentes de comunidades europeias, esse chão foi marcado pela atuação de africanos e seus descendentes na busca por um lugar ao sol, ajudando a construir o que hoje é o Rio Grande do Sul e lutando contra as estruturas de uma sociedade racializada.

Assim como diversas cidades interioranas do Rio Grande do Sul, em Bagé a população negra também se organizou em torno de Clubes Sociais Negros. Como veremos no decorrer desse capítulo, a homens e mulheres negras era cerceado o ingresso em clubes da cidade de Bagé até meados dos anos 1980, principalmente nos clubes Caixeiral e Comercial. Para isso, na década de 1940, sujeitos negros da cidade forjaram seus próprios espaços sociais/recreativos,

redutos de sociabilidade da *raça negra* e que extrapolaram apenas a recreação, pois acabaram se configurando enquanto espaços de luta política.

No que diz respeito a presença negra na cidade de Bagé no ano de 1940, o censo demográfico<sup>69</sup> realizado nesse ano aponta que Bagé tinha 59.000 habitantes. Destes, os brancos somavam 47.064 pessoas (79,76%), ao passo que os negros – inclusos pretos e pardos – somavam 11.899 pessoas (20, 16%). Evidentemente que esses censos não abrangiam a população em sua totalidade, porém, observamos ainda assim um número um tanto significativo de pessoas negras na cidade.

Com relação a esses espaços, os clubes negros, usaremos como conceito a definição esboçada pela historiadora Fernanda Oliveira da Silva, no qual:

[...] os clubes negros são espaços associativos criados a partir do século XIX, sobretudo a partir da década de 1870, por e para pessoas negras – com base em uma ideia de *raça* – autoidentificadas como negras; pretas; morenas; mulatas; *colored*; da *raça de cor/raza de color*; etiópica; de cor; *conrazanea*; mantidos por associados e associadas, instalados em uma sede física, própria ou não, na qual desenvolviam/desenvolvem atividades sociais – de caráter autodenominado cultural; social; político; bailante/dançante; beneficente; recreativo e/ou carnavalesco – cuja nomeação era/é autoatribuída como club/clube, centro, associação e/ou sociedade e cujo objetivo era/é manter um espaço de convívio social no qual eram/são realizadas festas (SILVA, 2017, p. 148).

Passaremos, então, a observar de perto a experiência negra em Bagé em torno da Clube Recreativo Palmeiras e da Sociedade Recreativa Os Zíngaros, ambas sociedades forjadas por negros e negras na cidade de Bagé no Pós-abolição.

#### **4.2. Clube Recreativo Palmeiras: experiências de recreação e luta**

Ao descrever a cidade onde nasceu e viveu a sua adolescência, o escritor negro Gilberto Alves Soares deixa evidente a racialização que imperava nos espaços sociais/recreativos de Bagé em meados da década de 1960.

Cresci cercado pelos preconceitos de uma cidade de estancieiros, funcionários públicos, comerciantes, pequenos empreendedores e os “demais” – pintores de parede, pedreiros,

---

<sup>69</sup> Recenseamento Geral do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro, 1950. pp. 307.

peões, cozinheiras, prostitutas e tantos outros subalternos de menor valia – quase miseráveis. Demais para serem protagonistas, mais ainda assim indispensáveis. Um tempo não muito distante, no qual a cultura da senzala e casa grande separava as noites de dança entre clubes de brancos, de negros e alguns “zonas mistas”, pois aceitavam, brancos, negros, sararás, mulatos. (SOARES, 2015, p. 24).

As narrativas da Sra. Ieda Lisboa também apontam para a racialização das festas na cidade de Bagé, onde a mesma afirma que “[...] na época [era] bem separado, né? Clube de negros era de negros, e clube de brancos era de brancos”.<sup>70</sup> Essa característica de espaços segregados entre brancos e negros, principalmente nos seus espaços festivos, não é uma particularidade de Bagé. Não podemos esquecer que o período Pós-abolição foi marcado pela acentuação das teorias raciais, no qual a ideia científica de *raça* foi usada de forma perversa para justificar desigualdades e reforçar as hierarquias, na tentativa de colocar os negros nos seus “devidos lugares”.

Nesse sentido, em sociedades que experienciaram a escravidão negra e cuja as relações sociais eram racializadas, a criação de espaços específicos para sujeitos negros passou a ser comum, pois como bem pontua Mosnsma (2013, p. 12) “em qualquer contexto social marcado pelo racismo, as redes sociais – de amizades, famílias, de contatos, de colaboração profissional – tendem a ser racializadas”.

Em Bagé, para além dos espaços “festivos” serem racializados, havia, também, alguns espaços públicos. Um dos exemplos mais emblemáticos e que aparece em diversas narrativas de homens e mulheres negras da cidade diz respeito à calçada do Clube Comercial, situado na principal artéria da cidade, a rua Sete de Setembro. Até meados dos anos 1970, homens e mulheres negras não passavam na calçada em frente ao clube, somente do lado oposto. Ao conversar, mesmo que informalmente com sujeitos negros da cidade, é comum aparecerem relatos sobre a calçada do Comercial. Segundo a Sra. Ieda Lisboa, aos negros e negras também era proibida a entrada em alguns estabelecimentos comerciais da cidade, como restaurantes e sorveterias.

Seja nas calçadas ou em espaços comerciais, a reprodução e a institucionalização do racismo marcaram presença também na cidade de Bagé,

---

<sup>70</sup> Entrevista concedida pela Sra. Ieda Maria Santos Lisboa ao autor, no dia 04/10/2017.

fazendo com que sujeitos negros buscassem criar seus próprios espaços e forjar lutas entre os *seus*, na tentativa, principalmente, de poder melhor viver.

Na década de 1940, a cidade de Bagé fervilhava de associações negras, principalmente as de cunho carnavalesco. Nos períodos do reinado de Momo, eram muitas as entidades carnavalescas negras que colocavam seus blocos nas ruas e em muitos casos davam a tônica do carnaval de rua da cidade. Mas além dessas entidades, também havia a circulação de periódicos escritos por e para as coletividades negras de Bagé, como é o caso do jornal *O Palmeira*, cuja uma pequena trajetória já foi esboçada no capítulo segundo dessa dissertação.

A referência ao nome “*Palmeira*” foi encontrada nas pesquisas no ano de 1913, quando da fundação do time de futebol *Sport Club Palmeira*, que naquela época estava sob a liderança do Sr. Delfino Menezes. Já na década de 1920, encontramos além do time, um grupo de amadores que se organizava em torno do *Grêmio Dramático Palmeira*, realizando diversos espetáculos para a sociedade negra bageense. É dessa mesma década, mais precisamente do dia 1º de janeiro, que aparece na cena da imprensa de Bagé o periódico *O Palmeira*, também na liderança de Delfino Menezes.

No ano de 1948, surge na cena social/recreativa em Bagé a Sociedade Recreativa Palmeiras, um clube composto por famílias negras e que possuía sua sede social na Rua José Otávio, no centro da cidade. Ao analisarmos o nome do clube em questão, logo vem à mente a semelhança com as outras entidades elencadas anteriormente, sendo o time de futebol, o grêmio dramático e o jornal. Porém, até o presente momento não temos como saber se o clube fundado em 1948 tem alguma relação com as outras entidades, ou se tem nas mesmas, o seu embrião. Até porque, no ano de 1949 e 1952, em pleno funcionamento do clube recreativo, o jornal *O Palmeira* noticiava questões relativas ao Clube Os Zíngaros e outros clubes carnavalescos da cidade em seus eventos sociais, deixando de noticiar questões relativas ao Palmeira.

Já o jornal *A Alvorada*, importante periódico negro da cidade de Pelotas, possuía um correspondente em Bagé e nos anos finais da década de 1940 passou a cobrir as atividades realizadas pelo Palmeiras.

E é justamente pelo referido jornal, que temos acesso a uma matéria cujo título é “nasceu uma sociedade”, fazendo alusão ao surgimento do Club Palmeiras na cidade de Bagé. Nessa matéria, o jornal afirma que uma das

diferenças do Palmeira é que a entidade não se restringiu somente ao âmbito de uma sociedade meramente recreativa/dançante, e sim buscou criar meios de ampliar suas ações, criando um departamento cultural e outro esportivo. (*A Alvorada*, 19/03/1949, p 3).

O departamento cultural do Club Palmeiras foi fundado pelo Sr. Catalino Brasil Machado e chamava-se Casimiro de Abreu<sup>71</sup>. No ano de 1951, o departamento cultural chegou a possuir um jornal. Nesse impresso, está implícito toda uma organização por parte do clube, com notas sobre eventos e projetos encabeçados pela equipe diretiva da sociedade, bem como uma coluna social, encarregada de publicar os aniversários, casamentos e demais atividades sociais dos membros do clube.

O departamento também possuía uma biblioteca, no qual os associados do clube poderiam ampliar seus conhecimentos intelectuais e culturais. No ano de 1951, o jornal do departamento lançava uma nota agradecendo aos funcionários da agência do Banco do Brasil de Bagé por terem doado livros para a biblioteca da entidade.<sup>72</sup>

O referido jornal também publicou uma matéria sobre a trajetória do músico negro Evilásio Pereira, conhecido entre os seus como “general do ritmo”. Evilásio foi um dos fundadores do Bloco Carnavalesco Garotos da Batucada, entidade carnavalesca que se destacou no carnaval de rua de Bagé nas décadas de 1940 e 1950 como foi apontado no capítulo 3 dessa dissertação. Evilásio, assim como alguns integrantes do seu bloco, eram associados do Club Palmeiras, o que talvez indique uma homenagem em forma de samba realizada pelo bloco ao clube no de 1949:

#### **Samba Palmeira**

Sim, aceitamos o convite especial  
Está legal, é uma brincadeira  
Vamos cantar o samba  
Que fizemos pr’á o Palmeira.  
Compomos este samba  
Com o nome da sociedade  
E não achemos difícil  
Porque é uma realidade,  
O Sr. Nicolau Rosa  
Que também tem seu lugar  
Salve, salve, salve, salve,

<sup>71</sup> Casimiro de Abreu foi um poeta brasileiro da segunda geração do romantismo.

<sup>72</sup> *Boletim do Departamento Cultural Casemiro de Abreu*, Clube Palmeiras, 12/01/1951, p. 4.

Sr. Presidente Oscar Martins.<sup>73</sup>

Na letra acima aparecem os nomes de Nicolau Rosa e Oscar Martins, ambos diretores do Palmeiras e que também pertenceram à outras sociedades locais, como é o caso do próprio Oscar Martins que no ano de 1948 era o presidente de honra do clube Os Zíngaros.

Uma das características do Palmeiras era a sua rígida organização e o reduzido quadro de sócios que a entidade possuía. Nas falas de Ieda e Ivoncléo, ambos afirmam que o Palmeira era um clube da “elite” negra da cidade, de pessoas que possuíam empregos estáveis, principalmente como funcionários públicos. Sendo caracterizado por Ivoncléo como um “clube pequeno” se comparado ao Zíngaros, os membros do Palmeiras buscavam criar uma identidade negra que os diferenciasse dos demais espaços negros da cidade, sobretudo ao colocar em prática a criação de uma biblioteca e um departamento cultural.

Assim como é recorrente em diversos espaços associativos de negros e negras no Rio Grande do Sul, o Palmeira também manteve articulações com outras associações negras de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre, como já foi bem apontado por Silva (2017).

As escolhas das rainhas da entidade também era o momento propício para a troca de experiências com entidades de outros locais. Um exemplo disso foi a coroação da Sra. Suely Cardoso, rainha do ano de 1949 e que foi “enfaixada” na Associação Satélite Prontidão, clube localizado na capital Porto Alegre.

---

<sup>73</sup> *A Alvorada*, 19/03/1949, p. 3.



**Imagem 10:** Suely Cardoso coroada Rainha do Palmeira na Associação Satélite Prontidão, Porto Alegre, 1949. (Acervo de Suely Cardoso).

A excursão em caravanas para outras cidades também estava na agenda do Palmeiras, como uma que ocorreu no ano de 1955 para a cidade de Rio Grande, no qual uma comitiva *palmeirista* iria participar de atividades promovidas pelo clube Floresta Recreativa Riograndina (*Correio do Sul*, 08/01/1955, p. 5).

O clube também realizava atividades carnavalescas, porém, diferente de muitas entidades que ocupavam o espaço das ruas, o Palmeiras restringia-se apenas à sua sede social, na Rua José Otávio, no centro de Bagé<sup>74</sup>. Porém, os festejos carnavalescos eram planejados de forma muito organizada pela direção do clube. Havia a realização de diversos bailes para adultos e para o público infantil, ao passo que também havia a escolha das rainhas adultas e de Rainha e Príncipe infantis. Segundo uma nota presente no boletim do departamento cultural do clube, as festas infantis eram preparadas pelas mulheres do clube. Na presente nota ainda consta o nome da Sra. Antonieta Camargo e Licélia L.

<sup>74</sup> Sobre a localização da sede da associação no mapa de Bagé, ver Anexo.

da Silva apresentadas como diretoras<sup>75</sup>, indicando que, diferente da maioria dos clubes negros, as mulheres exerciam cargos formais dentro da direção do clube.

O clube também realizava atividades comuns à muitos clubes negros, como é o caso de chás-dançantes, quermesses, bailes de debutantes e as escolhas das rainhas, nos concursos de misses.<sup>76</sup>



**Imagem 11:** Maria Joana, Miss Palmeiras, década de 1950. (Acervo de Suely Cardoso).

Para além de uma sociedade apenas de carácter recreativo/dançante, os membros do Palmeiras buscaram construir um modelo de clube social em que a recreação e a luta andavam lado a lado. Por isso, a iniciativa de montar uma biblioteca para instrumentalizar a coletividade *palmeirista*, juntamente com a iniciativa de montar um Departamento Cultural, cuja expressão máxima se deu

---

<sup>75</sup> *Boletim do Departamento Cultural Casemiro de Abreu*, Clube Palmeiras, 12/01/1951, p.3.

<sup>76</sup> Sobre a representação das rainhas dos Clubes Sociais Negros em jornais, ver (ESCOBAR, 2018).

com a circulação de um periódico. Essas questões deixam evidente que o clube buscou construir uma identidade negra pautada na valorização da cultura e da instrumentalização da *raça*, mostrando todo um potencial organizativo frente a outras associações locais.

Como veremos a seguir, o clube Os Zíngaros, outra sociedade negra de destaque na cidade, também buscou construir uma identidade racial pautada na diferença, principalmente através de alguns critérios rigorosos de ingressos na entidade. Tal fato mostra que esses clubes sociais estavam atentos aos estigmas sociais/raciais presentes com muita força no contexto em que surgiram e que delegavam a eles a incapacidade de se organizar associativamente.

#### **4.3. De Bloco à *Sociedade Recreativa Os Zíngaros*: protagonismos negros em Bagé**

O carnaval do ano de 1936 se aproximava e os preparativos para a festa momesca também. Diversas entidades carnavalescas de Bagé já ensaiavam suas marchas e organizavam os últimos detalhes para o carnaval na tentativa de ganhar os concursos realizados por lojas e também por outras entidades locais.

Como observamos no capítulo anterior dessa dissertação, não faltaram entidades carnavalescas compostas por sujeitos negros na cidade, muitas das quais acabaram ganhando destaque principalmente nas páginas do jornal *Correio do Sul*. Uma das entidades mencionadas anteriormente foi o Rancho Carnavalesco Vamos de Qualquer Geito, que na década de 1930 ganhou destaque na cena carnavalesca bageense ao realizar desfiles com carros alegóricos “e com luzida guarda de honra e afinada banda de clarins” (*Correio do Sul*, 11/02/1937, p. 5). Porém, segundo depoimento de Ivoncléo Monteiro<sup>77</sup>, um racha de dentro do respectivo rancho, no ano de 1936, acabou dando origem ao Bloco Os Zíngaros.

Surgindo na cena do carnaval de Bagé no dia 2 de janeiro de 1936, o Bloco Os Zíngaros foi fundado pelos seguintes trabalhadores: Pedro Mendes, Nadir Alves da Costa, Martin C. Fernandes, Constantino Monteiro, Antonio Alves, Antonio S. Alves, Claudio Cavalheiro, Edmar C. Madruga, Ferdinando Saraiva,

---

<sup>77</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Ivoncléo Monteiro ao autor, no dia 16/05/2016.

Elias Bell e Gervasio Rodrigues.<sup>78</sup> Inicialmente o bloco Os Zíngaros pretendia ocupar os espaços públicos das ruas de Bagé nos dias destinados ao carnaval, bem como concorrer em concursos realizados por comerciantes locais.

No ano de 1937 já encontramos referência ao Zíngaros no carnaval de rua de Bagé, como mostra a notícia presente no jornal *Correio do Sul*:

OS ZÍINGAROS – É grande a azafama que vae pelos arraiaes dos Zíngaros, cuja atividade é assombrosa por parte de seus componentes. Tanto os jovens como as graciosas senhoritas componentes dos Zíngaros, estão tratando das respectivas fantasias, que prometem ser lindas. Mas tudo dentro de uma dura economia, segundo nos disse uma esforçada conselheira dos Zíngaros. (*Correio do Sul*, 14/01/1937, p. 4).

Na notícia acima já podemos observar a participação das mulheres no bloco, que mesmo não constando seus nomes no estatuto posteriormente elaborado, já compunham a entidade e inclusive, como mostra a respectiva notícia, estavam incumbidas de fazer falas, como é o caso da conselheira que relatou a situação da entidade para o jornal *Correio do Sul* para o período carnavalesco do ano de 1937.

Mas é mesmo a partir da década de 1940 que este bloco se destacou, ganhando diversos concursos organizados por setores do comércio local. Como exemplo, no ano de 1941 o bloco ganhou o concurso carnavalesco organizado pelo jornal *Correio do Sul*, ocasião em que o Zíngaros fez um desfile com fantasias de Joana d’Arc e marchas e sambas escritos por Nadir Alves, integrante do bloco. (*Correio do Sul*, 23/02/1941, p. 5).

Assim como algumas das entidades carnavalescas negras analisadas no capítulo anterior desse trabalho, na época de carnaval o Bloco Os Zíngaros também realizava bailes em sua sede, que inicialmente localizava-se na rua Barão do Triunfo, ao lado da Rádio Difusora, no centro da cidade<sup>79</sup>. Segundo matéria vinculada no *Correio do Sul* no ano de 1941, num desses bailes, mais de 10 blocos e cordões locais desfilavam na sede do Zíngaros “e dansaram (sic) até altas horas da madrugada” (*Correio do Sul*, 27/02/1941, p. 6).

O Bloco Os Zíngaros seguiu suas atividades momescas, porém, no ano de 1944, os integrantes da entidade resolveram expandir suas atividades sociais

<sup>78</sup> **Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros**. 1948. Typografia da Casa Maciel, Bagé. p. 27-28.

<sup>79</sup> Sobre a localização dessa associação no mapa de Bagé, ver Anexo.

e recreativas e dar início a uma Sociedade. Nesse sentido, no dia 4 de abril do ano de 1944<sup>80</sup> o Zíngaros se consolida enquanto Sociedade Recreativa. Além de agora ser uma sociedade, o Zíngaros seguiu desfilando nos concursos carnavalescos organizados por setores do comércio local e imprensa, vindo, no ano de 1945, a consagrar-se tetracampeão do carnaval popular em concurso organizado pelo jornal *Correio do Sul*. (*Correio do Sul*, 11/01/1945, p. 6).

Nos seus primeiros anos de existência enquanto sociedade, Os Zíngaros utilizava os salões da Sociedade União Operária (SUO), situada no centro da cidade de Bagé, com sede em frente à antiga praça da estação férrea. Criada em 1898, a SUO já nos seus primeiros anos agregou muitos trabalhadores da cidade, vindo a ser uma das principais agremiações de classe existentes em Bagé e cujo objetivo era alcançar o fortalecimento, desenvolvimento e a proteção da classe trabalhadora local (LEMIESZEK, 2000, p. 85). Em seus estatutos<sup>81</sup>, a SUO afirmava que não se distinguia por nacionalidades, e nesse sentido, poderia haver sujeitos negros em seus quadros diretivos, como é o caso de Nicolau Tolentino Marques. Esse homem negro, que exercia a profissão de contabilista, circulou em diversas sociedades de classe existentes em Bagé, como é o caso da já mencionada União Operária. Para se ter uma ideia, no ano de 1913 Nicolau era o 1º Secretário da referida sociedade (*A Federação*, 02/12/1914, p. 2). Já no ano de 1918 chegou ao cargo de presidente da União Operária de Bagé (*A Alvorada*, 1918, p. 2). Na década de 1920, Nicolau foi colaborador e colunista do jornal da imprensa negra de Bagé *A Liberdade*, escrevendo, principalmente, artigos relativos às suas experiências em torno da Sociedade União Operária. Também foi presidente, em 1946, da Sociedade Protetora dos Artistas<sup>82</sup>, importante entidade da cidade de Bagé e que protagonizou diversas lutas para

---

<sup>80</sup> **Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros**. 1948. Typografia da Casa Maciel, Bagé. p. 3.

<sup>81</sup> **Extracto dos Estatutos da Sociedade União Operária de Bagé**. (*A Federação*, 02/12/1914, p. 2). Agradeço a Profa. Dra. Fernanda Oliveira da Silva por compartilhar o excerto do referido jornal.

<sup>82</sup> Criada no ano de 1883, essa sociedade tinha como objetivos reunir artistas (artífices de diversas profissões), além de prestar a esses trabalhadores diversos auxílios, como os relativos a doença e funeral. (LOPES, 2007, p. 90). No ano de 1919, a Sociedade Protetora dos Artistas, juntamente com a União Operária e a Liga Operária de Bagé, assinou uma petição pela jornada de oito horas e por melhores condições de trabalho, em decorrência da Conferência Geral do Trabalho, que se realizou em Washington, capital dos EUA. (*A Razão*, 26/09/1919, p. 8). Periódico encontrado no site: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 13/02/2018.

os seus associados (*Correio do Sul*, 09/02/1946, p. 5). Além de atuar nessas sociedades, Nicolau também fez parte dos quadros da Sociedade Beneficente dos Padeiros de Bagé (LOPES, 2007, p. 39).

Percebe-se que Nicolau Tolentino Marques era um sujeito militante e ativo que desde as primeiras décadas do século XX estava engajado nas lutas sociais. O seu caso só reforça a importância de observarmos as experiências de pessoas negras dentro de entidades de classe tanto no mundo da escravidão quanto no Pós-abolição.

Com relação ao Zíngaros, ao utilizar os salões da SUO para a realizações de suas atividades, podemos especular que os membros do clube também estavam presentes na dita sociedade, o que infelizmente não podemos comprovar devido a carência de fontes sobre a mesma. Porém, como veremos mais adiante, alguns membros do Zíngaros estavam presentes na Liga Operária de Bagé.

Tal fato faz com que se torne fundamental debater a importância conferida por sujeitos negros nas suas lutas em ambas as frentes, ou seja, muitos faziam parte de sociedades recreativas e de classe ao mesmo tempo, o que já vem sendo observado por pesquisadores, principalmente os engajados nas histórias sobre os mundos do trabalho e do Pós-abolição.<sup>83</sup> Nesse sentido, pedimos licença ao leitor/a para abriremos um pequeno parêntese.

Ao discorrer sobre a participação negra na história do trabalho no Brasil, Nascimento (2016) afirma existir um “paradigma da ausência”, no qual os estudos sobre os mundos do trabalho acabaram por construir uma história no singular, privilegiando a questão dos imigrantes e suas contribuições para a formação do movimento operário no país. Buscando o caminho inverso, o autor aponta que está mais do que na hora de historiadores que estudam a classe operária no Brasil dialogarem com os estudiosos da escravidão e do Pós-abolição, para assim perceberem a presença de pessoas negras e suas articulações com trabalhadores “livres”. Ao privilegiar a análise da formação da classe operária na figura dos imigrantes, sobretudo dos anarquistas e socialistas italianos, parte da historiografia sobre os trabalhadores no Brasil invisibilizou a atuação de homens e mulheres negras, que desde as épocas da escravidão já

---

<sup>83</sup> LONER, 2000; MATTOS, 2009; SILVA, 2011.

vinham protagonizando lutas e insurreições na busca por melhores condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, torna-se importante a afirmação de Gomes e Negro (2016):

O mito do imigrante radical é também um preconceito porque, entre silêncios e esquecimentos, impede que o trabalhador local (a começar pelo escravo) apareça como protagonista das lutas operárias.<sup>84</sup>

Numa perspectiva semelhante, Mattos (2009) observou que o estudo sobre a formação da classe operária na cidade do Rio de Janeiro deveria levar em consideração as experiências de negros e não negros ainda no século XIX, em plena sociedade escravista, pois para o autor:

(...) trabalhadores escravizados e “livres” partilharam também formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe. (MATTOS, 2009, p. 51).

Além de apontar para a existência de diversas entidades negras da cidade de Pelotas, uma das grandes contribuições de Loner (2001) foi no sentido de perceber a estreita relação entre tais entidades negras com entidades de classe. Assim a autora acabou encontrando diversos sujeitos negros que militavam em associações de classe e ao mesmo tempo compuseram o quadro de entidades recreativas negras locais. Para Loner:

[...] as organizações operárias foram um dos grandes espaços de sua atuação [de negros], porque, para um grupo marginalizado, a conquista de posições como operários, podia representar um avanço em termos sociais e econômicos, além de romper o isolamento imposto pela discriminação, passando a fazer parte de um grupo maior: aquele dos trabalhadores (LONER, 2001, p. 283).

Formado por sujeitos trabalhadores, muitas entidades recreativas de negros mantinham estreitos vínculos com entidades de classe, no qual utilizavam seus salões tanto para a realização de festas como também para ocasiões mais formais, como é o caso de reuniões e eleições para cargos diretivos. Em Bagé, não foram poucas as entidades negras que utilizavam os

---

<sup>84</sup> Texto extraído da página: <https://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/12581/as-greves-escravas-entre-silencios-e-esquecimentos>. Acessado em 22/03/2018.

salões de sociedades classistas, principalmente as dependências da SUO e a Sociedade Liga Operária de Bagé.<sup>85</sup>

Assim como já foi encontrado por Loner (2001) e Silva (2011) para a cidade de Pelotas, na cidade de Bagé, ao cruzar algumas fontes, acabamos por observar um trânsito de pessoas negras em mais de uma frente, principalmente dos membros do Zíngaros. Esse trânsito pode ser observado na tabela abaixo, no qual informamos os nomes, profissões, entidades e cargos em que essas pessoas negras ocupavam nas respectivas associações.

**Tabela 3: Trânsito de membros do Clube Os Zíngaros em associações de Bagé no Pós-abolição.**

<b>NOME</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>ASSOCIAÇÃO</b>	<b>CARGO/ANO</b>
Dalveu Barbosa dos Santos	Pintor	1 – Sociedade Recreativa Os Zíngaros 2 – Sociedade Liga Operária	1 – Direção (década de 1950 e 1960) 2 – Mordomo (1950)
José M. de Lima	----	1 – Jornal O 28 de Setembro 2 – Grêmio Dramático José do Patrocínio 3 - Bloco dos Pavões 4 - Jazz Harmonia 5 – Sport Club Niterói 6 - Bloco Zíngaros 7 - Sociedade Recreativa Os Zíngaros	1 – Fundador (1937) 2 – Amador (1937) 3 – Orador (1939) 4 – Diretor (Década de 1930) 5 – Diretor (1940) 6 – 1º Secretário (1942) 7 – Orador (1948)
Manoel Arideu Monteiro	Músico	1 – Niterói Futebol Clube 2 – Teatro em Família	1 – Diretor (1940) 2 – Amador (década de 1940) 3 – Diretor (1948)

<sup>85</sup> Na pesquisa encontramos as seguintes entidades negras que utilizavam os salões de entidades de classe na cidade de Bagé: Sport Club Palmeiras – Sociedade Protetora dos Artistas (1920) e SUO (1929); Sport Club América – Sociedade Liga Operária (1935); Cordão Carnavalesco Adeantados – SUO (1929); Clube Carnavalesco As Teimosas – Sociedade Liga Operária (1928); Rancho Carnavalesco Vamos de Qualquer Geito – Sociedade Liga Operária (1937); Grêmio Dramático Palmeira – SUO (1927); Clube Carnavalesco Piratas do Amor – Sociedade Liga Operária (décadas de 1940 e 1950); Clube Recreativo Os Zíngaros – SUO (décadas de 1940, 1950 e 1960).

		<b>3</b> - Sociedade Recreativa Os Zíngaros <b>4</b> - Instituto Musical Santa Cecília <b>5</b> - Jazz Vitória	<b>4</b> – Professor (década de 1940) <b>5</b> – Maestro/Diretor (1950)
Nicolau da Rosa	----	<b>1</b> - Jornal O Palmeira <b>2</b> - Sociedade Recreativa Os Zíngaros <b>3</b> - Sociedade Beneficente Liga Operária	<b>1</b> – Redator (1952) <b>2</b> – Diretor (Década de 1960) <b>3</b> – 2º Bibliotecário (1955)
Santiago da Rosa	Escriturário	<b>1</b> - Rancho C. Vamos de Qualquer Jeito <b>2</b> - Sociedade Recreativa Os Zíngaros <b>3</b> - Sociedade União Familiar <b>4</b> - Sociedade Liga Operária	<b>1</b> – Diretor (Década de 1930) <b>2</b> – Presidente (1948) <b>3</b> – Secretário (1949) <b>4</b> – Mordomo (1951)

**Fonte:** Jornal *O 28 de Setembro*; Jornal *O Palmeira*; Jornal *Correio do Sul*; *Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros*; LOPES, 2007.

A partir da tabela acima, podemos perceber que os cinco sujeitos negros elencados não se restringiram a apenas a fazer parte de uma associação local, e sim acabaram por transitar em mais de uma, chegando, como no caso de José M. de Lima, a participar de sete entidades de Bagé entre as décadas de 1930 e 1940. Corroborando o que algumas pesquisas vêm demonstrando para outras localidades, muitos sujeitos negros mantiveram uma vida ativa no seio de práticas associativas, fazendo parte de jornais, entidades dramáticas, entidades de classe e de sociedades recreativas, pois para muitos homens e mulheres negras, a busca pela luta em mais de uma frente poderia ser uma garantia de melhores condições de vida e de ascensão social. Esse fator também reforça nosso argumento de que as sociedades recreativas também eram redutos de lutas e projetos políticos para a elevação da raça, pois assim como outras entidades negras de Bagé, os clubes sociais eram uma ferramenta estratégica para a construção de identidades negras dentro de uma sociedade racializada.

Fechando o parêntese e seguindo na observação do Zíngaros, foi somente no ano de 1948, ou seja, quatro anos depois de se efetivar enquanto sociedade, que o clube elaborou o seu primeiro estatuto. Para tal missão, foi montada uma comissão formada por Manoel Arideu Monteiro, José M. de Lima, Santiago da Rosa e José Antônio Corrêa. Como ficou evidente na tabela 2, os três primeiros sujeitos, além de compor o quadro do clube Os Zíngaros, também circularam em outras associações locais, seja no âmbito de sociedades de classe como a Liga Operária, bem como em associações dramáticas, esportivas, musicais, em jornais e grupos carnavalescos. Com relação ao Sr. José Antônio Corrêa, infelizmente não conseguimos, até o presente momento, mapear outros espaços associativos em que fez parte. Com isso, percebe-se que para a elaboração dos estatutos da sociedade, estavam a frente sujeitos que provavelmente seriam referência para o restante do grupo, pois estes acabaram por se destacar nas atividades que desenvolveram em diversas associações da cidade.

Através de algumas características do seu estatuto, podemos perceber aspectos da organização dos membros do Zíngaros. Primeiramente, percebemos que há uma certa rigidez com relação a postura que se deve ter para se associar na sociedade, principalmente para com as mulheres. No artigo número dois do referido estatuto, escreve-se que:

Todo o cidadão para ser admitido como sócio é preciso ser moralizado e que não se dê à prática de maus costumes, assim como a senhora ou senhorita é preciso ser de conduta inatacável<sup>86</sup>.

Fazendo um paralelo com os estudos de Loner e Gill (2009), que pesquisaram alguns clubes negros da cidade de Pelotas no período republicano, observamos que o Clube *Fica Ahí*, da referida cidade, também possuía critérios rígidos para com os seus associados, no qual:

[...] utilizava, como padrão de comportamento para seus sócios, o mesmo vigente nos clubes de classe média da cidade, sendo extremamente rigoroso com a moral e o vestuário próprio para festas, etc. (LONER; GILL, 2009, p. 155).

---

<sup>86</sup> **Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros**. 1948. Typografia da Casa Maciel, Bagé. p. 4.

Formado sobretudo por trabalhadores autônomos, o clube Zíngaros, segundo Ivoncléo Monteiro, era uma sociedade que “respirava a simplicidade, o operariado, de pessoas com uma faixa socioeconômica modesta, sem suntuosidade”.<sup>87</sup> Ao analisarmos alguns empregos de membros do clube no ano de 1948, observamos que a grande maioria dos sujeitos negros possuíam empregos autônomos, como é o caso de Santiago da Rosa e Norberto Moreira, que possuíam escritórios na cidade. Já Martin Fernandes, que era da comissão de contas do clube, possuía uma oficina de marcenaria em Bagé. Os Srs. Elias Bell, Walter Santos Bell, Elias Santos Bell e Nadir Alves da Costa exerciam a profissão de sapateiros, ao passo que Constantino Monteiro, que era o diretor fiscal do Zíngaros, exercia a profissão de pintor.

Mesmo a grande maioria sendo trabalhadores autônomos, eram sujeitos, que ao que tudo indica, tinham estabilidade em seus ofícios e exerciam grande influência no grupo negro em que faziam parte, servindo de referência.

Ao frisar que o Zíngaros “não era assim uma coisa muito popular, [mas] uma elite da raça negra”,<sup>88</sup> podemos indicar que a Sra. Ieda Lisboa está frisando que a referida sociedade era um espaço seletivo, sendo organizado de forma rígida, no qual o ingresso no clube não era acessível para a grande parcela de sujeitos negros da cidade de Bagé. Toda essa organização e rigor presentes na estrutura de organização do Zíngaros devem ser analisados pela ótica de afirmação dos membros do clube, que buscavam criar uma identidade “contrastante” do restante do grupo negro de Bagé. Nesse sentido, a construção da identidade do Zíngaros é marcada pela diferença, de um *nós* em contraste com os *outros* (WOODWARD, 2009, p. 9).

A partir disso, havia a necessidade de se afirmar numa sociedade bageense pautada pela racialização das relações sociais e que impedia sujeitos negros de acessarem determinados espaços. Essa afirmação também está presente na elaboração do referido estatuto do clube, pois sua a sua construção perpassa a busca de uma identidade - de cunho racial -, no qual seus membros estavam procurando positivar sua imagem perante a sociedade bageense. Isso fica evidente no parágrafo do estatuto citado acima, em que sujeitos cuja moral

---

<sup>87</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Ivoncléo Monteiro ao autor, no dia 16/05/2016.

<sup>88</sup> Entrevista concedida pela Sra. Ieda Maria dos Santos Lisboa ao autor, no dia 19/09/2017.

e a boa conduta pudessem ser postas em dúvida, não poderiam se associar no Zíngaros.

Outro fator que deve ser levada em consideração, é que ao forjarem uma identidade baseada na diferença, ou seja, no contraste, os sujeitos negros “zingarianos”<sup>89</sup> estavam também construindo um espaço racializado na cidade de Bagé. Imbuídos num processo de racialização, os membros do Zíngaros também estavam atentos a esses processos, sendo tal fato perceptível na construção de seus espaços recreativos.

[Os clubes e centros negros] não apenas reage(m) a uma racialização imposta, mas articula(m) formas de lidar com a racialização criando e conferindo novos significados a códigos impostos. Observar a racialização pela ótica negra, não perde de vista o contexto maior de racialização, visto que com este, obviamente, dialoga (SILVA, 2013, p. 3).

A rigidez apresentada nos estatutos do Clube Os Zíngaros também fica evidente na narrativa da Sra. Ieda Maria dos Santos Lisboa, que questionada sobre quando começou a frequentar o clube, no final dos anos de 1950, afirmou que “devia ter todo um traje para frequentar os bailes, rapaz sempre de terno e as mulheres sempre de vestido social”.<sup>90</sup> Evidentemente que toda essa rigidez recaía, principalmente para com as mulheres, que eram as mais vigiadas dentro do espaço do clube e também no âmbito das suas vidas privadas. Um exemplo pode ser observado através do artigo número 35 do referido estatuto, no qual afirma que “só poderão fazer parte da sociedade como sócias efetivas, as senhoras e senhoritas, cuja honestidade não se possa pôr em dúvida”.<sup>91</sup>

No que diz respeito à presença de mulheres em cargos diretivos do clube, tanto nas informações dos jornais pesquisados, bem como nas narrativas dos sujeitos entrevistados, não aparecem seus nomes, o que aponta que a direção do Zíngaros era composta apenas por homens. Isso não exclui a participação e o agenciamento das mulheres no âmbito do clube em questão, até por que, como aparece na fala da Sra. Ieda Lisboa e da Sra. Zoila da Silva, as “senhoras e senhoritas” eram responsáveis por diversas atividades, como por exemplo, as decorações do salão antes das festas, bem como a própria manutenção do

---

<sup>89</sup> Zingariano ou Zingariana é um termo utilizado por alguns membros do Zíngaros para se referir às pessoas que frequentavam o clube.

<sup>90</sup> Entrevista concedida pela Sra. Ieda Maria dos Santos Lisboa ao autor, no dia 19/09/2017.

<sup>91</sup> **Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros.** p. 19.

espaço no decorrer do ano. Fica evidente que tais tarefas desempenhadas pelas mulheres reproduzem as que as mesmas praticam em casa, porém, em alguns espaços negros, essas tarefas extrapolam às do âmbito doméstico.

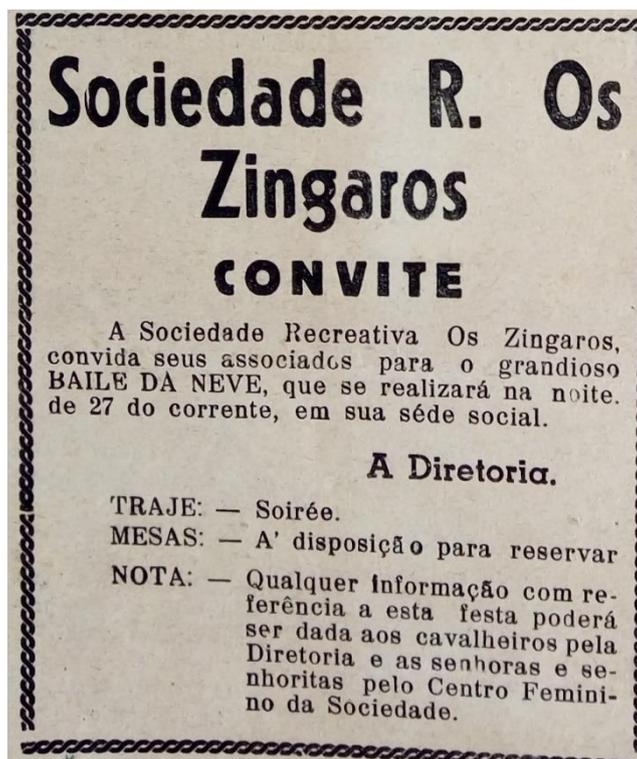
Esse detalhe foi bem apontado por Silva (2017), que ao analisar a atuação de mulheres negras nos clubes na fronteira Brasil/Uruguai no Pós-abolição, observou que houve momentos em que as mesmas desempenharam funções majoritariamente masculinas, como é o caso da coleta de fundos para a construção da sede própria do clube Fica Ahí da cidade de Pelotas. Já especificamente sobre a atuação de mulheres negras nos clubes uruguaios, a referida autora afirma que:

As mulheres negras, muitas das quais com profissões ligadas às lides domésticas e poucos anos de estudo, residentes em Melo ou em Montevideu, com as raízes bastante sólidas no *Centro Uruguay*, tinham na cor da pele e na experiência coletiva do clube a identificação de um projeto político comum em prol da raça, que incluía homens e mulheres. As formas como as mulheres negras se colocaram e foram colocadas não permitem observá-las a priori como à margem, fosse do próprio clube, fosse das demais organizações negras em que se inseriam e mesmo da sociedade de uma forma geral. Os condicionamentos existiam, afinal, é nítido que elas criaram suas *sub* organizações, como o vocábulo já adverte, em decorrência de não poderem fazer-se presentes nos órgãos deliberativos dos *conrazaneos*. Ora, em não podendo lá estar nada mais plausível que compor os seus próprios órgãos e por meio deles dialogar com aqueles que elas consideravam seus iguais. (SILVA, 2017, p. 219).

Na imagem abaixo, além de observar intensa a rigidez da direção do clube em relação ao traje do Baile da Neve, no ano de 1949, cujo traje para a festa deveria ser “soirée”<sup>92</sup>, também fica evidente a atuação das mulheres através de um centro feminino, característica muito comum nos clubes sociais de negros e de brancos também.

---

<sup>92</sup> Consiste em um traje de gala, em que o homem deve vestir um terno preto com gravata borboleta e as mulheres vestidos com muito brilho.



**Imagem 12:** Convite Baile da Neve no Clube Os Zíngaros. (Jornal *O Palmeira*, 7 de agosto de 1949, p. 4).

A agência de mulheres negras já vem sendo observado por pesquisadores que se dedicam a observar a experiência dos clubes sociais negros. Gomes (2008), ao analisar a criação e as estratégias de atuação do Sport Club Gaúcho, clube negro da cidade serrana de Caxias, observou que as mulheres eram as principais responsáveis pela manutenção do espaço do clube. Além disso, nos momentos de crise, as coletividades femininas eram as responsáveis por forjar atividades na tentativa de angariar fundos para a entidade. Ao estudar a atuação feminina dentro do espaço do Clube 24 de Agosto na cidade de Jaguarão, Lopes (2015) notou que mesmo imersas num espaço rígido pautado por uma moral, as mulheres do clube mantinham espaços de autonomia.

Estas mulheres que frequentaram o Clube [24 de agosto] (...) também tiveram de se enquadrar nos estatutos que cerceavam seus espaços, mas diante disso, não deixaram de traçar e forjar suas histórias lá dentro, mesmo não estando representadas nos espaços oficiais, não deixavam de decidir e serem consultadas. (LOPES, 2015, p. 43).

Todo esse controle em relação ao comportamento das mulheres, também presente de forma intensa aos olhos da imprensa negra bageense como mostrado no capítulo 2 dessa dissertação, não foi suficiente para que as mesmas não forjassem as suas histórias no âmbito dos espaços dos clubes sociais. Mesmo sob intensa vigilância e controle, características de uma sociedade que se estrutura sob o machismo, não podemos esquecer que eram as mulheres responsáveis por um dos momentos mais importantes de muitos clubes negros espalhados pelo Brasil afora, referimo-nos aos concursos de rainha do carnaval e os concursos de miss, momentos ápices nas trajetórias desses espaços negros.

A escolha da Rainha era um evento importante que mobilizava público, que estabelecia fronteiras entre quem podia e quem não podia escolher, selecionar, bem como definir o que era beleza negra dentro do clube social negro (ESCOBAR, 2017, p. 269).

No clube Os Zíngaros, a primeira rainha de carnaval foi eleita no ano de 1949, momento em que o clube buscou expandir suas atividades valorizando o carnaval de salão e, também, conferindo outras estratégias de atuação, como, por exemplo a busca pela construção de uma sede própria, como veremos mais adiante.

No carnaval do ano de 1949, depois de intensa mobilização em torno de apurações de votos e desfiles na sua sede social, localizada no prédio da Sociedade União Operária, os associados do clube elegeram a Sra. Zaida Moura Campos como a primeira rainha de carnaval do clube. Nesse processo, foi feita uma comissão que apurou os votos, composta por pessoas ligadas a Rádio Cultura de Bagé. A coroação de Zaida ocorreu no dia 20 de fevereiro, em uma solenidade que teve a presença de setores da imprensa local, como é o caso dos jornais *Correio do Sul*, *Correio do Povo* e também da *Rádio Cultura*.



**Imagem 13:** Zaida Moura Campos. Rainha de carnaval do Clube Os Zíngaros, 1949. (*Jornal Correio do Sul*, 27/02/1949, p. 6).

Para além das escolhas das rainhas de carnaval, o clube também realizava outras atividades sociais durante o ano, como é o caso de bailes da primavera, quermesses, festas de São João, baile da pelúcia, chás-dançantes e os bailes de debutantes. Porém, segundo as narrativas da Sra. Ieda Lisboa, coroada rainha no carnaval de 1959, o carnaval ainda seguia como um dos principais momentos sociais e recreativos do clube Os Zíngaros. Isso indica que o clube buscou preservar aquilo que deu origem à entidade, ou seja, os festejos de Momo, tidos como um embrião da sociedade.



**Imagem 14:** Ieda Maria dos Santos Lisboa. Rainha do carnaval do Clube Os Zíngaros, 1959. (Acervo da Sociedade Recreativa e Cultural Os Zíngaros).

Ao frisar algumas atividades realizadas pelo Zíngaros, a Sra. Ieda Lisboa afirma que uma das mais aguardadas eram as excursões realizadas pelo clube em cidades vizinhas, momento no qual partilhavam experiências e forjavam laços de solidariedade e apoio. No caso do Zíngaros, havia excursões para as cidades de Dom Pedrito, Cachoeira do Sul e São Gabriel, momento em que levavam a rainha do clube e toda a corte para visitar outras associações.

A articulação dos clubes negros com sociedades de outras cidades já vem sendo apontada pelos pesquisadores desses espaços, como é o caso dos estudos da historiadora Fernanda Oliveira da Silva, que mostram as articulações do clube Fica Ahí de Pelotas com os clubes Zíngaros e Palmeira da cidade de Bagé nas décadas de 1930 e 1940 (SILVA, 2017, p. 146). Para além das cidades vizinhas, muitos clubes negros acabavam extrapolando as fronteiras nacionais e mantendo relações com entidades negras do Uruguai, como bem pontuado por Silva (2017, p. 147):

Era também nos bailes que pessoas de diferentes espaços encontravam-se e estreitavam os laços, deslocando-se, sobretudo, em excursões. O *Fica Ahí* deslocava-se até Bagé por meio das excursões e caravanas e, nesse momento, se encontrava com a comissão d'Os *Zíngaros* quando era recepcionado na sede do *Palmeira*. Nos bailes de Bagé, especialmente n'Os *Zíngaros*, estavam também os negros uruguaios e a representação formal do *Centro Uruguay* que, por sua vez, recepcionava os associados d'Os *Zíngaros* e do *24 de Agosto*, e esse recebia grupo de associados do *Centro Uruguay*, especialmente os residentes em Rio Branco entre 1942 e 1945.

Algumas informações referentes ao clube *Zíngaros* aparecem em atas de assembleias do clube *Fica Ahí*, como uma no ano de 1949, no qual informa que um membro do clube “*Zíngaro*” está presente em uma reunião do clube de Pelotas.<sup>93</sup> Outro exemplo de incursão do *Zíngaros* em outro município pode ser analisado na nota transcrita abaixo:

SOCIEDADE RECREATIVA OS ZÍNGAROS /  
DEPARTAMENTO ARTISTICO – Continuam em franco  
andamento os preparativos da Sociedade Recreativa Os  
*Zíngaros*, para a excursão a cidade de Lavras, onde, a convite  
do Clube Operário 1º de Maio, realizarão um espetáculo, na noite  
de 2 de agosto próximo, tomando parte após no grande baile de  
pelúcia, que o referido clube realizará. (*O Palmeira*, 26/07/1952,  
p. 2).

A partir da nota acima, podemos observar que o clube *Os Zíngaros* excursionou para a cidade vizinha de Lavras, localizada a 73 km de Bagé, para uma atividade artística, o que seria, provavelmente, um espetáculo teatral. Depois da realização do espetáculo, o clube de Lavras iria realizar um baile de pelúcia – nos mesmos moldes do que o clube bageense realizava – no qual os membros da caravana “zingariana” tomariam parte. Porém, um dos fatores mais interessantes dessa excursão diz respeito ao clube em que o *Zíngaros* estava visitando: uma sociedade operária. Essa aproximação entre as sociedades recreativas e de classe só reforçam a importância conferida pelos sócios de clubes recreativos/dançantes para com entidades classistas, pois esses sujeitos negros eram, acima de tudo, trabalhadores. É a partir dessa ótica que devemos, também, observar as experiências desses homens e mulheres negras.

Como demonstrado na tabela 3 deste capítulo, vários foram os diretores do *Zíngaros* que mantinham laços e compunham os quadros de sociedades

---

<sup>93</sup> Livro de atas de Assembleia, Conselho e Diretoria do Clube *Fica Ahí* P'ra Ir Dizendo, anos 1947 a 1956. Ata nº 446, de 07/04/1949. Acervo do NDH – UFPel.

classistas de Bagé, principalmente a Liga Operária, o que demonstra que lazer e militância<sup>94</sup> andavam lado a lado na experiência cotidiana dos associados desses clubes (COSTA, 2014; PEREIRA, 2017).

Não somente os clubes sociais realizavam excursões para outros municípios aos seus *co-irmãos*, pois como já foi demonstrado no capítulo 2 desse trabalho, os times de futebol negros que disputavam a Liga 13 de Maio também participavam de jogos amistosos contra equipes de futebol da cidade de Pelotas e que disputavam a Liga José do Patrocínio. No ano de 1936, o Grêmio Sportivo América, time de futebol composto por jogadores negros de Bagé, fez uma excursão para a cidade de Rio Grande e depois Pelotas. Em Rio Grande, a equipe bageense disputou um jogo amistoso contra o Combinado Gaúcho, time de futebol rio-grandino que já havia visitado Bagé. Porém, para além de apenas um jogo amistoso, o Grêmio Sportivo América apresentou uma peça de teatro intitulada *O Que Há em Bagé*, fazendo da caravana um festival artístico/futebolístico. (*O Arauto*, 26/04/1936, p. 3). Ao realizar uma peça artística, esses sujeitos negros estavam desconstruindo estereótipos a eles atribuídos, principalmente os que afirmavam que homens e mulheres negras não tinham capacidades para realizar atividades culturais, afirmativa essa decorrente das teorias raciais dos séculos XIX e início do século XX.

Já na cidade de Pelotas, a caravana do América iria disputar um jogo amisto com o *co-irmão* também chamado América, cujo ao vencedor “será oferecida uma linda e artística taça, em regozijo pelo 29 aniversário da fundação da nossa apreciada colega A Alvorada” (*O Arauto*, 26/04/1936, p. 3).

Na liderança da caravana do América, estava seu diretor, o Sr. Cherubim Bittencourt, homem cuja influência no meio negro bageense era significativa. Como já mencionado no capítulo anterior, além de dirigir o time do América,

---

<sup>94</sup> No ano de 1937, o jornal da imprensa negra *O 28 de Setembro* anunciou o seguinte evento em suas páginas: “O festival do Grêmio Dramático José do Patrocínio que levará à cena o drama em 3 atos, intitulado “A Hora do Operário”, que tomarão parte os seguintes amadores: Delfino Menezes; Oscar Camargo; Luiz Couto; Paulino Ximendes; Amazonas Bittencourt; Heitor Alves; Anselmo Couto; Helio Paraíso; José Machado; José M. de Lima e diversas senhorinhas do nosso escol social.” (*O 28 de Setembro*, 14/ 11/1937, p. 2). Esse espetáculo teatral, protagonizado por pessoas negras, demonstra que a experiência enquanto trabalhadores/operários estava presente nas ações culturais de muitos grupos negros. O teatro foi uma das ferramentas acionadas pelos grêmios dramáticos compostos por negros para expressarem suas vivências e suas lutas em prol da classe trabalhadora.

Cherubim esteve à frente de dois blocos carnavalescos negros de destaque em Bagé.



**Imagem 15:** Cherubim Bittencourt, 1938. (*O 28 de Setembro*, 23/10/1938, p. 5).

Além do time do América, outro que realizou excursões foi o Sport Club Niterói, cuja liderança estava a cargo do Sr. Arideu Monteiro, importante quadro do Clube Zíngaros e que esteve também a frente da elaboração do primeiro estatuto da referida sociedade. No ano de 1940, os quadros do Niterói foram a Porto Alegre disputar um jogo amistoso contra o time do Clube Floresta Aurora (*Diário de Notícias*, 03/12/1940, p. 9). Cabe lembrar que o Floresta Aurora é a sociedade negra mais antiga do Rio Grande do Sul e uma das mais antigas do Brasil, sendo a sua criação datada de 1872 (ESCOBAR, 2010; SILVA, 2017).

As articulações dos membros do Zíngaros, que como já vimos extrapolava os limites do município de Bagé, também ficam evidentes quando nos propomos a observar a campanha para a sede própria, que foi lançada no ano de 1949, como mostra a notícia abaixo vinculada no periódico *O Palmeira*:

CAMPANHA DA SEDE PRÓPRIA – A diretoria desta sociedade também, deu início a uma grande campanha, em prol de sua

sede própria. Diversas são as modalidades que os Zíngaros empregarão para a aquisição de fundos para a compra de sua sede, constando uma delas de um Livro de Ouro, o qual já foi aberto, por alta gentileza, pelos exmos. Srs. Drs. Valter Jobim e Carlos Kluwe, digníssimo governador do estado e prefeito municipal, respectivamente, livro este que será levado a todos os associados e simpatizantes dos Zíngaros. (*O Palmeira*, 07/08/1949, p. 1).

Na nota acima, observa-se que para angariar fundos para a aquisição da sua sede própria, os membros do Zíngaros fizeram um livro de ouro, que na ocasião foi inaugurado pelo então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Valter Jobim e pelo então prefeito de Bagé Carlos Kluwe. Ambos políticos pertenciam ao quadro do Partido Social Democrático (PSD).

Essa proximidade dos membros do clube com as autoridades políticas do Estado e de Bagé nos chama a atenção, pois além disso, o clube mantinha relações com entidades classistas, o que denota toda uma agência desses sujeitos negros nas suas articulações tanto com grupos políticos “hegemônicos” como também com entidades de classe que transitavam mais a margem do jogo político institucional.

Também é importante salientar que nos anos finais da década de 1940, o ideário da Democracia Racial estava pulsando nas mentes dos intelectuais e políticos brasileiros, sobretudo depois que Getúlio Vargas governou o país em dois mandatos (1930 – 1945 e 1951 – 1954). Nesse contexto, o Estado buscou criar um sentimento de unidade nacional, o que pode ter feito com que os membros do Zíngaros buscassem ampliar seus espaços de atuação e assim forjar novas redes políticas afim de interesses próprio.

Infelizmente não encontramos nenhuma referência se houvera algum diretor do Zíngaros que fosse filiado e/ou candidato pelo PSD, o que poderia ampliar nosso raio de observação. Mesmo assim, a proximidade de alguns de seus membros com políticos do partido denota que sujeitos negros pertencentes aos clubes sociais *da raça* estavam atentos e ativos nos processos políticos do Brasil no Pós-abolição e não eram somente meros “espectadores”.

No que diz respeito à sede própria do clube Zíngaros, essa veio a se concretizar somente no final da década de 1960. Porém, em 1959, um decreto do poder executivo de Bagé, na figura do então prefeito municipal em exercício

Abib Ieffret, autorizou o executivo a doar um terreno para a construção da sede através da lei municipal nº 774. Esse terreno estava localizado na Rua Dr. Veríssimo<sup>95</sup>, no centro da cidade e ao lado da então cadeia municipal.

Com a instalação da sede própria nos anos finais da década de sessenta, veio também uma renovação dos quadros diretivos do clube e a inauguração de outras atividades sociais, sem que isso não acompanhasse alguns conflitos internos.

Nas narrativas do Sr. Ivoncléo Monteiro, filho do Sr. Arideu Monteiro, uma das grandes lideranças do Zíngaros já mencionado anteriormente, o mesmo afirma que na época em que ingressou no clube, nos idos dos anos sessenta, esse era pautado por muita rigidez e conservadorismo. É interessante notar que Ivoncléo, assim que completou dezoito anos foi servir ao exército e em seguida viajou em missão para a faixa de Gaza.<sup>96</sup> Ao escrever sobre o seu amigo no seu livro sobre as memórias de Bagé na sua adolescência, Gilberto Alves Soares afirma que:

Ivoncléo tornara-se um negro diferente. Um filho de militar que aproveitou o ambiente favorável para estudar e abrir os espaços rarefeitos pela segregacionista e conservadora sociedade da Rainha da Fronteira. Ao ir a Suez e voltar coberto da glória do reconhecimento, pôde exercer a plenitude de seu talento como professor e propiciar um espaço menos árduo para o talentoso irmão Ivoncléo, raro pianista “de cor”. (SOARES, 2015, p. 30).

Depois de regressar do Oriente Médio e ter acumulado diversas experiências na bagagem, Ivoncléo afirma que entrou em atrito com a equipe diretiva do Zíngaros, que na época estava sob a direção de seu pai Arideu Monteiro. Nesse sentido, Ivoncléo saiu do Zíngaros e junto com outros sujeitos fundou o Aurora Social Clube.

Tendo uma vida efêmera dentro do cenário social/recreativo de Bagé, o Aurora se caracterizou também por ser um clube seleta e “chic” no meio negro da cidade. Segundo relata o próprio Ivoncléo:

[...] Aqueles negos metido a bons, que queriam ser diferentes dos outros, os negros hipócritas, entendeu”? Então eles se achavam um pouquinho melhor, as negras eram mais clarinhas, mais descascadas [...] e os Zíngaros era o clube das lavadeiras,

<sup>95</sup> Sobre a localização da sede dessa associação no mapa de Bagé, ver Anexo.

<sup>96</sup> A ida de Ivoncléo Monteiro para a faixa de Gaza teve como objetivo participar de uma intervenção do Reino Unido, Israel e França contra o Egito, que naquele contexto era governado por Nasser e que havia nacionalizado a Companhia do Canal, em 1956.

das costureiras, das bordadeiras, então sempre houve, lamentavelmente, aqueles que queriam ser melhor que os outros.<sup>97</sup>

Na narrativa de Ivoncléo percebe-se as diferenças entre os dois clubes e seus associados, pois os membros do Zíngaros, segundo relata, exerciam profissões mais modestas. Já os membros do Aurora eram caracterizados como sendo negros de pele mais clara, e segundo Ivoncléo eram negros que exerciam profissões mais estáveis, como funcionários públicos.

Esse relato é importante para percebermos o quanto que os espaços dos clubes negros também eram permeados por conflitos e em muitos casos dissidências, como foi o caso da criação do Aurora, que mesmo tendo uma vida curta denota um “racha” no seio do Zíngaros, um clube já muito tradicional na comunidade negra de Bagé.

Outro fator que merece destaque diz respeito ao entrevistado mencionar a “cor” dos membros do Aurora. Ao frisar que as associadas do referido clube eram “mais clarinhas, mais descascadas”, percebemos uma hierarquia racial no seio dos sujeitos negros envolvidos nas práticas associativas da cidade. Ou seja, as narrativas de Ivoncléo sugerem que o Aurora era composto por uma parcela de negros com a cor da pele mais clara, fazendo disso um critério de diferenciação. Mesmo sendo pessoas negras, as variações de pele hierarquizavam as ações e algumas práticas associativas destes sujeitos, havendo, inclusive, espaços separados dentro do próprio grupo, pois como afirma Rosa (2014, p. 281) “a raça unificava os indivíduos de cor, as variações de pele criavam fronteiras entre eles”.

Mas a diferença dentro do próprio grupo não resultava somente das variações da tonalidade de pele. Ao lembrar algumas lideranças negras que estavam presentes nos espaços associativos de Bagé, seja em entidades carnavalescas ou nos clubes sociais, Sr. Luís Barbosa da Silva cita o nome de Oscar Camargo. Segundo o depoente, Oscar foi um dos fundadores do bloco Bambas da Cidade e também pertencera aos quadros do clube Zíngaros e Palmeiras nas décadas de 1940 e 1950. Ao se referir a esse sujeito, Sr. Luís afirma que o mesmo era “nego de gente de finíssima”, e em seguida completa:

---

<sup>97</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Ivoncléo Monteiro ao autor, no dia 16/05/2016.

“[...] era uns nego rico, rapá, tudo metido a rico”.<sup>98</sup> Na sequência, ao ser questionado sobre como eram as relações entre o depoente e Oscar Camargo – pois os mesmos desfilaram no mesmo bloco – Sr. Luís afirma que naquele contexto, “nego rico não se misturava com nego pobre”.<sup>99</sup> Ou seja, as narrativas do Sr. Luís sugerem haver uma distância e uma hierarquia baseada na classe social entre pessoas negras, o que também era critério de exclusão de determinados espaços criados por membros do mesmo grupo. Mas também, é importante ressaltar que nem sempre essas hierarquias prevaleceram, pois como foi apontado anteriormente, o próprio Sr. Luís, operário e de condição financeira modesta, fez parte dos quadros do Bambas da Cidade, no qual uma das lideranças era Oscar Camargo. Mesmo assim, em muitos casos, como já vem sendo apontado por alguns historiadores que se dedicam a estudar as relações entre pessoas negras e seus espaços associativos no Pós-abolição, haviam hierarquias e fronteiras nítidas no qual a cor da pele e a classe social eram requisitos para a exclusão de grupos de pessoas negras de determinados espaços, mostrando um processo de racialização entre os próprios negros. (SILVA, 2013, 2017; ROSA, 2014).

Com relação a Ivoncléo, ao ter experiências em outros países e em outros estados do Brasil, o mesmo buscou referências novas para levar para o Zíngaros assim que retornou ao clube nos anos finais da década de 1960. Com isso, acabou por ser eleito presidente da sociedade e renovar seu quadro diretivo. Apaixonado por carnaval, buscou colocar o Zíngaros no seio dos desfiles carnavalescos de rua novamente, porque até aquele momento o carnaval era festejado somente no âmbito do espaço do clube.

A década de 1970 marca uma nova etapa e a criação de outros projetos elencados pelo Zíngaros, como é o caso da criação da *Academia de Samba Os Zíngaros* e um time de futebol, cuja liderança do último ficou a cargo do sócio remido Vanderlei Barbosa da Silva.

O carnaval passa então a ser uma das principais estratégias empregadas pelo Zíngaros na sua atuação em Bagé, momento no qual a entidade passa a ganhar ainda mais visibilidade. Outros clubes negros usaram o carnaval como

---

<sup>98</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Luís Barbosa da Silva ao autor, no dia 27/04/2017.

<sup>99</sup> *Ibidem*.

estratégia para (re) significar seus ares e projetos de atuação em suas cidades, como foi o caso do Sport Club Gaúcho de Caxias do Sul.

Gomes (2008) aponta que a partir da década de 1960 o carnaval passa a ser uma das principais estratégias de atuação do referido clube. Surgida inicialmente enquanto Bloco carnavalesco, Os Protegidos da Princesa irão ganhar diversos concursos do carnaval de rua de Caxias, aumentando, assim, as arrecadações e os fundos do clube. Sendo assim, posteriormente a entidade irá criar uma escola de samba com o mesmo nome do bloco mencionado anteriormente, no qual irá cair nas graças da população de Caxias, exibindo espetáculos por diversos anos nas ruas da cidade. Percebe-se, assim, que a escola de samba do clube Gaúcho se tornou o projeto mais significativo daquela instituição, substituindo o futebol como forma de interação com os *outros* (GOMES, 2008, p. 88).



O show da Escola de Samba Zíngaros na “passarela” da avenida Sete foi premiado com o primeiro lugar no concurso de escolas de samba.

**Imagem 16:** Academia de Samba Os Zíngaros, 1973. (*Correio do Sul*, 08/03/1973, p. 6)

Assim que concorreu pela primeira vez nos desfiles das escolas de samba de Bagé em 1973, a escola do Zíngaros obteve o primeiro lugar, ficando na frente

de tradicionais escolas da cidade como a Aliança e Copacabana. Esse título, fez com que a Academia de Samba Os Zíngaros excursionasse para a cidade uruguaia de Melo, com o auxílio do da secretaria de cultura e turismo de Bagé, reforçando ainda mais as articulações entre entidades brasileiras e uruguaias como bem pontuada por Silva (2017).

Para além do carnaval, agora tomado como um dos principais objetivos do clube, a direção seguiu na organização de festas temáticas como acontecia nos anos anteriores, como escolhas das rainhas e chás-dançantes. Porém, a década de 1970 também marca o ingresso do Zíngaros nos circuitos dos concursos de beleza da mulher negra.

Presentes nos clubes negros espalhados pelo Brasil sobretudo a partir dos anos de 1970, tais concursos acabaram por dar visibilidade a esses espaços, como é o caso do estudo de Giacomini (2008) sobre o clube Renascença, que projetou diversas mulheres negras em concursos na cidade do Rio de Janeiro e em âmbito nacional, sendo eventos importantes para a criação de uma autoestima da mulher negra. Porém, também é importante destacar que tais concursos, principalmente os que se denominavam “Miss Mulata”, serviam também para reproduzir estereótipos sob os corpos das mulheres negras.

Já as mulatas são exaltadas na década de 1980, tanto pelos clubes negros, com os Concursos de Miss Mulata [...] pois era a materialização do mito da democracia racial e o ideal de relações étnico-raciais que o Brasil da Ditadura Militar queria ver e propagar: um país da harmonia, sem conflitos raciais ou de qualquer outra natureza. (ESCOBAR, 2017, p. 344).

Um desses concursos era o Boneca Café do Brasil, evento que ocorria inicialmente no âmbito das cidades, depois dos Estados e por último nacionalmente. Segundo relata o Sr. Ivoncléo, na década de 1970 Tânia Mara Bittencourt ficou em segundo lugar na etapa principal do concurso, a fase nacional, perdendo para a miss Renascença em evento realizado na cidade de São Paulo e que reunia uma dezena de misses de diversos clubes negros brasileiros.<sup>100</sup>

Os concursos de beleza negra vão fazer parte da agenda do Zíngaros até os anos finais da década de 1970, momento em que a escola de samba do

---

<sup>100</sup> Uma reportagem sobre o concurso Boneca Café do Brasil pode ser lida em: <https://revistaraca.com.br/concurso-bonequinha-do-cafe/>. (Acessado em 22/03/2018).

clube também deixa de existir, principalmente devido ao acúmulo de dívidas, muito recorrente em espaços dos clubes negros gaúchos e brasileiros nesse contexto.

O clube Zíngaros ainda está ativo no seio da sociedade bageense e realiza diversas atividades sociais/recreativas e políticas, como é o caso de debates em torno do 13 de maio e o 20 de novembro. Com 82 anos de existência, o clube ainda resiste, demarcando um espaço de luta na fronteira sul do Brasil.

Assim como os estudos de Silva (2011; 2017) apontaram para as associações negras de Pelotas e seus sujeitos históricos, creiamos, também, que os membros do clube Os Zíngaros, imersos numa cidade cujo racismo imperava, buscaram construir uma identidade negra positiva pautada na desconstrução de estereótipos a eles atribuídos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas construídas em torno da cidade Bagé, assim como é característica comum nas demais cidade interioranas do Rio Grande do Sul, guardam resquícios de uma história no singular, priorizando pessoas da elite local e que estão entre os nomes que ajudaram a fazer com que a cidade seja conhecida pela alcunha de *Rainha da Fronteira*. Esses sujeitos são os estadistas, comerciantes, charqueadores e políticos da elite local, mas o principal: são pessoas brancas. Aos demais sujeitos da cidade, esquecidos em meio aos fundos documentais, nem o papel de coadjuvantes lhes foi dado, pois bem como pontuou Soares (2015), estes não “mereciam” ser os protagonistas da história.

Buscando trilhar um caminho inverso ao já cristalizado pela historiografia “oficial” de Bagé, a presente dissertação teve como objetivo observar as experiências e as vivências de homens e mulheres negras da cidade na constituição de seus espaços associativos e de cunho racial, cuja análise se concentrou em torno da imprensa negra, nas entidades carnavalescas e nos clubes sociais forjados pelos e para os negros no Pós-abolição.

Como ficou nítido no decorrer da escrita do presente trabalho, no Pós-abolição a cidade interiorana de Bagé viu o nascimento de uma dezena de associações criadas por e para os negros, com destaque para os impressos de cunho racial, as entidades carnavalescas negras e os clubes sociais, redutos da raça e permeados por diversas estratégias de afirmação e múltiplos projetos políticos.

No primeiro capítulo, cuja objetivo foi debater sobre a escrita da história local, observamos nitidamente que diversos escritores acabaram por construir uma narrativa que invisibilizou a atuação de homens e mulheres negras. Presentes em Bagé desde o século XIX em números significativos, ainda que em sua maioria enquanto escravizados, esses sujeitos não foram observados por aqueles que se dedicaram a estudar a história de Bagé. Fica a impressão que Bagé é um reduto de pessoas brancas e descendentes de europeus, como bem tentou mostrar por muito tempo a historiografia sobre o Rio Grande do Sul,

fazendo com que ainda nos dias atuais muitas pessoas se identifiquem com essas assertivas históricas.

Como ficou evidente, a escravidão desempenhou um papel significativo na cidade, fomentando a economia local e gerando riquezas para a região da campanha. Ao passo que isso ocorria, diversos trabalhadores negros escravizados buscavam lutar contra as estruturas de uma sociedade escravista, seja na tentativa de fugas, bem como nas tentativas de insurgências e demais estratégias de resistências cotidianas a escravidão.

Já no alvorecer da República, a historiografia local seguiu a silenciar a atuação desses sujeitos, preocupados, acima de tudo, em retratar homens e mulheres negros de forma estigmatizada e caricata, reforçando estereótipos racistas e cujas construções remontam ao século XIX. Sabemos que essa invisibilidade na história de negros e negras fez parte de uma agenda de pesquisadores (OLIVEN, 1996). Porém, o que buscamos mostrar nesse capítulo, foi de que está mais do que na hora de atentarmos para a experiência de pessoas negras em Bagé, seja nos anos em que vigorou a escravidão e atravessando o período Pós-abolição.

No segundo capítulo a proposta foi a de observar as experiências de jornais produzidos por e para pessoas negras em Bagé, atentando para as notícias que eram vinculadas em suas páginas e os projetos políticos encabeçados pelos seus redatores. Percebemos que assim como em outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul e mesmo do Brasil, a imprensa negra de Bagé também estava preocupada em construir uma ideia de moral e disciplina em torno da figura do sujeito negro, sobretudo das mulheres do grupo através de uma intensa vigilância e controle de suas atitudes.

Essas questões, como foi apontado no decorrer da dissertação, devem ser analisadas sob a ótica de busca de afirmação, levando em consideração que o contexto de surgimento desses jornais estava carregado pelas construções das teorias raciais e que buscavam inferiorizar o segmento negro através de discursos científicos. Através da análise da imprensa negra de Bagé, ficou evidente que além de buscarem construir uma identidade negra de base racial, tais jornais foram também os responsáveis por pautar diversos projetos políticos afim da ascensão social de homens e mulheres negras, como é o caso da importância conferida a instrução primária e a alfabetização, questões

levantadas por muitos jornais negros espalhados pelo Brasil e que denota uma problemática intrínseca do Pós-abolição.

Através de alguns jornais da imprensa negra bageense, também tivemos contato com diversas outras associações negras que protagonizaram múltiplas ações na cidade, como é o caso dos times de futebol da raça que disputavam a Liga de Futebol 13 de Maio, competição que reunia somente equipes formadas por jogadores negros. Além de times de futebol, encontramos diversas referências a entidades dramáticas, mostrando que homens e mulheres negras de Bagé estavam forjando diversas ações culturais/sociais na cidade.

Outra questão levantada pelo presente estudo diz respeito a importante atuação de entidades carnavalescas negras em Bagé, sobretudo a partir dos anos de 1930 e 1940. Nesse contexto de tentativa de se criar um sentimento de unidade nacional propagado pelo Estado na figura de Getúlio Vargas e com amplo apoio de intelectuais e instituições públicas e privadas, o carnaval passou a ser visto como a síntese da festa popular brasileira. Ao percorrermos as experiências de diversos ranchos, cordões e blocos carnavalescos negros da cidade, notamos que estes se aproveitaram da conjuntura e ocuparam os espaços públicos das ruas de Bagé, mostrando toda uma organização frente à outras entidades e dando a tônica do carnaval bageense. Porém, como a presente pesquisa demonstrou, algumas entidades carnavalescas organizavam atividades para além do período do carnaval, principalmente na tentativa de angariar fundos para seus cofres.

A cidade de Bagé foi observada nessa dissertação atentando para uma localidade cujas relações sociais eram balizadas por critérios raciais. Com isso, diversos espaços da cidade eram segregados e às pessoas negras era proibido o acesso. Para além de alguns espaços públicos da cidade, como calçadas e estabelecimentos comerciais, os processos de racialização também estavam presentes nos clubes e espaços festivos da cidade. Proibidos de frequentarem determinados clubes, homens e mulheres negras criaram os seus espaços, no qual a utilização da ideia de raça também se fez presente, como foi o caso do concurso carnavalesco organizado pelas Teimosas e que teria a participação somente dos *cordões da raça*.

Ao analisar as experiências dos clubes negros de Bagé – espaços racializados e de resistência negra por excelência – acabamos encontrando uma

gama de ações protagonizados pelos sujeitos históricos presentes nesses espaços. A rigidez dos estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros acaba por denotar toda uma postura de construção de uma identidade baseada na diferença, ou seja, na tentativa de afastamento de estereótipos negativos que recaia sobre o grupo negro, porém, assim como já apontado por outros estudos sobre a temática, notamos que essa rigidez atingia fundamentalmente as mulheres do clube.

Ao serem eleitas rainhas ou princesas, as mulheres negras ganhavam visibilidade no interior do clube, e assim, estas também eram as responsáveis por levar o nome da entidade para outras regiões, principalmente nos momentos em que a corte e a rainha realizavam visitas à clubes coirmãos. Mesmo fazendo parte de um espaço pautado por práticas machistas e sexistas, pois a sociedade se estrutura dessa forma, as mulheres, em muitos casos, puderam exercer espaços de autonomia e eram as principais responsáveis por representar o clube para além das cidades em que estes estavam presentes. Ao mesmo tempo, os concursos de beleza que foram realizados, principalmente pelo Zíngaros a partir da década de 1970, foram responsáveis por incentivar a autoestima da mulher negra conferindo-lhes visibilidade, da mesma forma também reforçavam estereótipos sobre a beleza da mulher negra.

As articulações dos membros do clube para com diversas outras entidades negras do estado mostra as redes criadas pelos diretores e associados desses espaços. Mas também, como bem pontuou Silva (2017), essas redes ultrapassaram as fronteiras dos limites nacionais, sendo forjadas também com entidades negras do Uruguai.

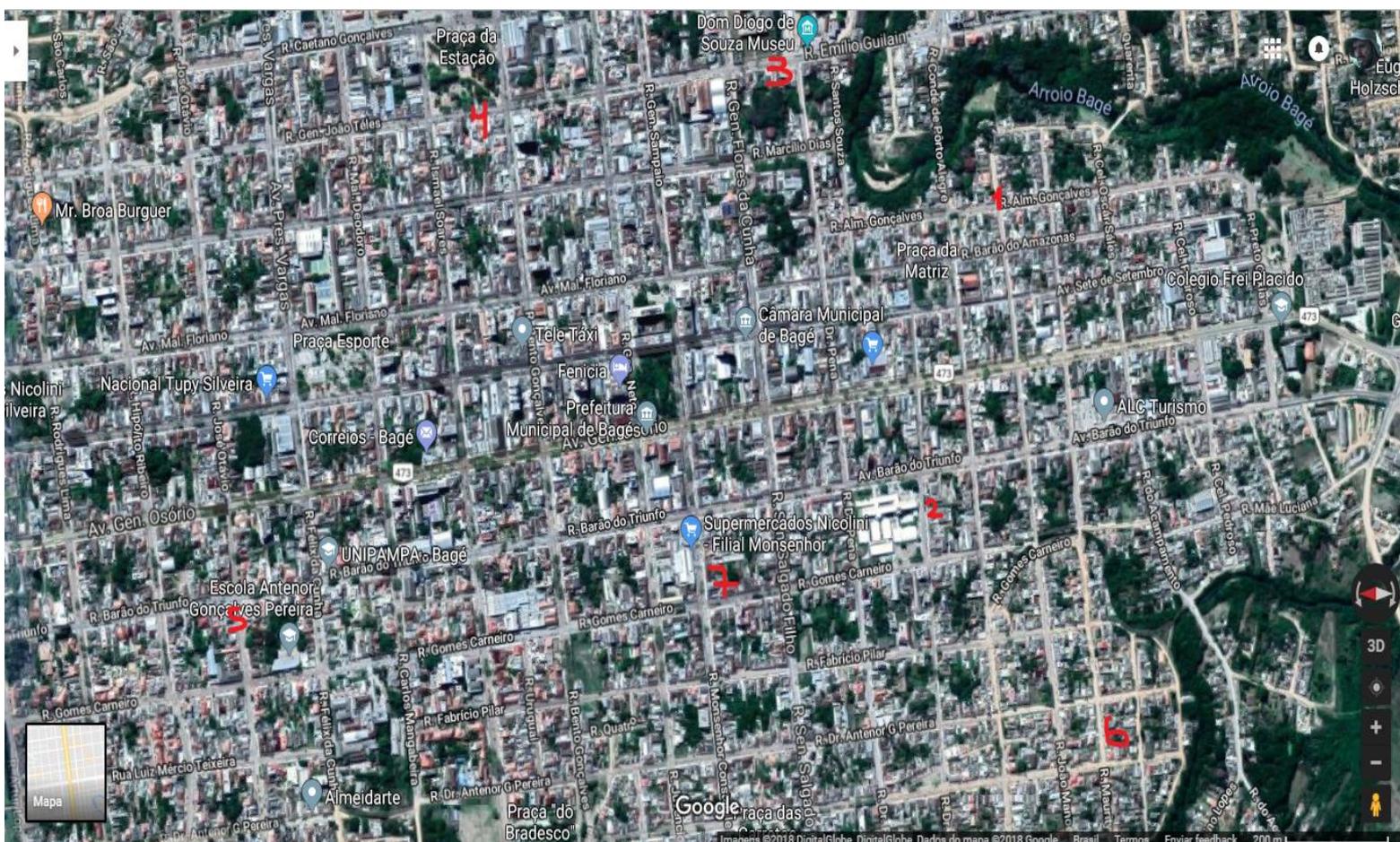
As ligações de entidades negras de cunho recreativo com as de cunho classista já vinham sendo observadas, principalmente nas pesquisas pioneiras realizadas por Loner (2001) para as cidades de Pelotas e Rio Grande, e posteriormente através dos estudos de Silva (2011; 2017) para a primeira cidade. Em Bagé, também encontramos um estreito vínculo do clube Os Zíngaros com entidades de classe, seja de outros municípios como também as existentes em Bagé. Além disso, ao mapearmos os trânsitos de alguns membros do Zíngaros, acabamos notando que muitos circulavam por mais de uma associação local, seja relacionada a questões de classe, mas também à prática do futebol, do teatro, da música e através da atuação na imprensa. Um exemplo dessa prática

diz respeito ao Sr. José Moraes de Lima, que entre os anos de 1930 e 1940 circulou em sete associações de Bagé.

No clube Palmeiras, fundado no final da década de 1940 por sujeitos negros que já haviam frequentado outros espaços associativos de negros da cidade, como é o caso do próprio clube e bloco do Zíngaros, foi criada uma biblioteca e um departamento cultural. Essas preocupações denotam que além de serem espaços meramente recreativos, muitos clubes negros estavam engajados em lutas políticas para o fortalecimento da raça. Mostrar-se organizados, disciplinados, era fundamental na busca pela desconstrução de estigmas que atribuíam a esses trabalhadores negros a incapacidade de se organizar enquanto coletividade.

Às angustias expressas no primeiro capítulo dessa dissertação pelo escritor negro Gilberto Alves Soares, sobre as lacunas existentes nas histórias de negros e negras de Bagé, tentamos, na medida do possível contribuir para minimizá-las.

## ANEXOS



### Mapa da cidade de Bagé numerado com as sedes das associações.

- 1 - Rua Almirante Gonçalves – Sede do Cordão Adeantados.
- 2 - Rua Dr. Veríssimo – Sede da Sociedade Recreativa Os Zíngaros.
- 3 - Rua Emílio Guilain - Sede do Rancho Carnavalesco Vamos de Qualquer Geito.
- 4 - Rua João Telles – Sede da Sociedade União Operária.
- 5 - Rua José Otávio – Sede da Sociedade Recreativa Palmeiras.
- 6 - Rua Maurity – Sede do Bloco Garotos da Batucada.
- 7 - Rua Monsenhor Costábile Hipólito – Sede Sociedade Liga Operária.

**Fonte:** <https://www.google.com.br/maps/place/Bag%C3%A9,+RS/@-31.3276975,-54.1093968,1364m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x950675847493ab7d:0x667e3efbe8e31985!8m2!3d-31.3301424!4d-54.1004622> (Acesso em 31/05/2018).

## LISTA DE FONTES

### **Museu Dom Diogo de Souza, Bagé.**

Fundo: jornais

Jornal *A Liberdade*, Bagé – 1920.

Jornal *O Palmeira*, Bagé – 1922; 1927; 1949; e 1952.

Jornal *A Revolta*, Bagé - 1925.

Jornal *O Teimoso*, Bagé - 1928.

Jornal *O 28 de Setembro*, Bagé – 1937; 1938 e 1939.

*Boletim do Departamento Cultural Casemiro de Abreu* - Clube Palmeiras, 1951.

### **Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda, Bagé**

Fundo: jornais

Jornal *Correio do Sul*, Bagé – 1936 – 1973.

Fundo: Inventários e Testamentos

Inventário de falecimento de Delfino Menezes. 1962.

### **Museu Hipólito José da Costa.**

Fundo: acervo digitalizado

Jornal *O Rio Branco*, Bagé – 1913.

Jornal *Socega Leão*, Bagé – 1937 e 1939.

Jornal *O Boato*, Bagé – 1929.

Jornal *A Defeza*, Bagé – 1920.

Jornal *O Rouxinol*, Bagé – 1924.

Jornal *Lampeão*, Bagé – 1934.

### **Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital**

Fundo: periódicos

Jornal *A Alvorada*, Pelotas – 1949.

Jornal *A Federação*, Porto Alegre – 1914.

Jornal *A Razão*, São Paulo – 1919.

Jornal *Diário de Notícias*, Porto Alegre – 1940.

### **Sociedade Recreativa e Cultural Os Zíngaros**

Fundo: documentos internos

Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros. 1948. Typografia da Casa Maciel, Bagé.

**Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul** - Joaquim Antão Fernandes leão, 1859. Encontrada em: ([http://www.apps.crl.edu/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_sul](http://www.apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul)). Acesso em 14/03/2017.

### **Censos demográficos**

**Recenseamento Geral do Brasil.** 1872. (Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>). Acesso em 15/03/2017.

**Recenseamento Geral do Brasil.** (1º de setembro de 1940). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro, 1950. pp. 307.

### **Entrevistas**

Sr. Ivoncléo Monteiro – Entrevista concedida ao autor, no dia 16/05/2016.

Sr. Luis Barbosa da Silva – Entrevista concedida ao autor, no dia 18/03/2017.

Sr. Vilmar Paiva dos Santos – Entrevista concedida ao autor, no dia 10/05/2016.

Sra. Ieda Maria dos Santos Lisboa – Entrevista concedida ao autor, no dia 04/10/2017.

Sra. Zoila da Silva Pinto – Entrevista concedida ao autor, no dia 19/09/2017.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALADRÉN, Gabriel. **Estancieiros escravistas na fronteira rio-grandense: a estrutura de posse de escravos em regiões de pecuária (Jaguarão e Cachoeira, Rio Grande do Sul, 1799-1840)**. *Hermes & Clio*. Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica FEA/USP. Seminário de História Econômica. Agosto de 2011.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra força da princesa: Polícia, Pena de Morte e Correção em Pelotas (1830 – 1857)**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). 2007.

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, Província de Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre. 2008.

\_\_\_\_\_. **Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro**. *Anais do 5<sup>o</sup> Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BRASIL, Eric Nepomuceno. **Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)**. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2016.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARATTI, Jônatas Marques. **O solo da liberdade. As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

COOPER, Frederick, HOLT, Thomas, SCOTT, Rebecca. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Mariana Barbosa Carvalho da. **Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917).** Dissertação. Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 2014.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1989.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição.** *Anos 90*, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** *Tempo*. 2007, v. 12, nº 23. pp. 100-122.

ESCOBAR, Giane Vargas. **“Para encher os olhos”: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do clube treze de maio de santa maria no jornal *a razão* (1960-1980).** Tese. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2017.

\_\_\_\_\_. **Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial.** Dissertação. Programa de pós-graduação em patrimônio cultural da Universidade de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2010.

FAGUNDES, Elisabeth Macedo de. **Bagé: no caminho da história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865).** Tese. Programa de

Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2007.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. 3. Ed. São Paulo: Globo, 2008.

FIELDS, Barbara J. **Ideology and Race in American History**. In: *Region, Race, and Reconstruction: Essays in Honor of C. Vann Woodward*. Ed. J. Morgan Kousser and James M. McPherson. New York / Oxford: Oxford University Press, 1982, pp. 143-177. [Tradução livre de Fernanda Oliveira da Silva].

FONTES, Paulo, HEYMANN Luciana e MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **História Pública**. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 229-230, julho-dezembro de 2014.

FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992. pp. 89-128.

FREITAS, Décio. **O Capitalismo Pastoril**. *Ensaio FEE*, (14)2: 438-465, 1993.

FREYRE, Gilberto. **O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

FURET, François. **A Oficina da História**. 1º v. (Trad. Adriano Duarte Rodrigues) Lisboa, Gradiva, 1986, p. 81-98.

GERMANO, Iris. **Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 1940**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1999.

GIACOMINI, Sonia Maria. **A alma da festa. Família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. 308 p.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888 – 1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GOMES, Fabrício, Romani. **Sob a proteção da Princesa e São Benedito: Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro em Caxias do Sul (1934 – 1988)**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2008.

GRIGIO, Ê. **“No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”**: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). 2016. 320 f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo, RS, 2016.

GUILLEN, Isabel. **“Negros cidadãos” e “pretos civilizados” no carnaval recifense: cultura e política no Pós-abolição pernambucano.** In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna e MATTOS, Hebe. *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos – volume 3.* Niterói: Editora da UFF, 2014.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2005.

GUTFREIND, Ieda. **O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico.** *Estudos Ibero-americanos.* PUC. Vol. XVI, n. 1 e 2, 1990.

\_\_\_\_\_. **A historiografia Rio-grandense.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Edições Vértice, 1990.

HOFFBAUER, Andréas. **Uma história de “branqueamento” ou o “negro” em questão.** São Paulo, Editora da Unesp, 2006.

HOLT, Thomas C. Marking: **Race, Race-making, and the Writing of History.** *The American Historical Review*, vol. 100, N ° 1, 1995, pp 1-20. [Tradução livre de Fernanda Oliveira da Silva].

KROB, Bruna Emerim. **Com a condição de servir gratuitamente a mim ou a meus herdeiros: alforrias, contratos e experiência de trabalho de libertos (Porto Alegre, 1884-1888).** Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre. 2016.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEMIESZEK, Cláudio. **Bagé: novos relatos de sua história.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

\_\_\_\_\_. GARCIA, Elida Hernandes. **Guia incompleto das primazias de Bagé.** Bagé: Ediurcamp, 2013.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1830).** Pelotas, Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho. 2001.

\_\_\_\_\_. **Antônio: de Oliveira a Baobad.** In: DOMINGUES, Petrônio, GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1880-1930).* São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 109-136.

\_\_\_\_\_. GILL, Lorena Almeida. **Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas**. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.35, n.1, p.145-162, jan./jun. 2009.

LOPES, José Sergio Leite. **Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro**. In: *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado* / BATALHA, Claudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre (org.) - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. pp. 121-163.

LOPES, Mário Nogueira. **Bagé: fatos e personalidades**. Porto Alegre: Eangraf, 2007.

LOPES, Taiane Naressi. **Protagonismo feminino entre regras e padrões: uma história das mulheres negras do clube social 24 de Agosto**. (Monografia de Conclusão de Curso de Licenciatura em História), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2015.

LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira**. Tese. Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2010.

MATHEUS, Marcelo Santos. **A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do império brasileiro (Bagé, c. 1820 – 1870)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2016.

MATTOS, Hebe Maria. **História Social**. In: *Dominios da História: ensaios de teoria e metodologia* / Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3ª ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe operária no Rio de Janeiro**. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n.1, janeiro – junho de 2009. pp. 51-64.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”:** identidade, memória e história pública. *Tempos Históricos*. Volume 20, 1º Semestre de 2016. p. 218-240.

MONSMA, Karl. **Racialização, Racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista**. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os Homens de bem:** experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre 1858 – 1888. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

\_\_\_\_\_. **Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX)**. *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: UFPR, 2009.

MULLER, Liane Susan. **“As contas do meu Rosário são balas de artilharia”**. In: RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento / organizadores Gilberto Ferreira da Silva, José Antônio dos Santos, Luiz Carlos da Cunha Carneiro – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

\_\_\_\_\_. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”:** contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.29, n.59, pp.607-626, set.-dez. 2016.

NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio dos Santos. **As greves escravas, entre silêncios e esquecimentos**. Extraído de: <https://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/12581/as-greves-escravas-entre-silencios-e-esquecimentos>. Acessado em 22/03/2018.

NUNES, Juliana dos Santos. **“Somos o Suco do Carnaval! ” A marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto**. (Monografia de conclusão de curso de Licenciatura em História), UFPel, 2010.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. **A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935**. Dissertação. Mestrado em História, Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2017.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Moreno rei dos astros a bilhar, querida União Familiar: trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no**

**pós-abolição.** Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2016.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Escravos em Bagé: fugas, quilombos e insurreições.** Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Anais: produzindo a história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, 2010.

OLIVEN, Ruben. **A invisibilidade Social e Simbólica do Negro no Rio Grande do Sul.** In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade.* Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.

PEREIRA, Leandro Balejos. **Custódio Joaquim de Almeida (1831? – 1935): um príncipe africano em Porto Alegre que rezava, curava e treinava cavalos.** Trabalho de Conclusão de curso. Licenciatura em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2010.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República.** *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 37, nº 74, 2017. pp. 63-88.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Alforria e agência nas últimas décadas da escravidão – Rio Pardo/RS.** *Aedos*, n. 4, vol. 2, Novembro de 2009.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. **Introdução ao estudo da História:** temas e textos. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

PETIZ, Silmei de Sant’Ana. **Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851).** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899).** Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Revisitando O Exemplo: a imprensa negra e os vários sentidos da liberdade.** In: Ciclo de debates sobre o jornal “O Exemplo”: *temas, problemas e perspectivas* [recurso eletrônico] / Organizado por: Fernanda Oliveira da Silva; Melina Kleinert Perussatto; Rodrigo de Azevedo Weimer e Sarah Calvi Amaral Silva – Dados eletrônicos - Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2016.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, nº 3, 1989, p. 3-15.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1992.

REIS, João José, SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: A resistência escrava negra no Brasil escravista**. São Paulo, 1989.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a ciência**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

RIOS, Ana L. MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas**. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. Universidade de Brasília, 1982.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)**. Tese. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2014.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008.

SAIS, João Coronel. **Tipos Populares de Bagé**. Bagé, FAT/FUnBa, 1984.

SALIS, Eurico Jacinto. **História de Bagé**. Porto Alegre: Globo, 1955.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional**. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC). Porto Alegre, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África** – 5.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2011b.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil – Uruguai no pós-**

**abolição (1870 – 1960).** Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

\_\_\_\_\_. **Contribuições historiográficas sobre cor, raça e identidades negras na perspectiva da diáspora africana: afrodescendentes ao sul do Atlântico negro – Rio Grande do Sul (RS) e Uruguai (UY) (1905-1950).** *Anais do XI Encontro Estadual de História*, Rio Grande, 2012.

\_\_\_\_\_. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento destes espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820 – 1943).** Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. PUC, Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas sobre a racialização: a experiência dos clubes sociais e centros culturais na diáspora negra ao sul do Atlântico (Brasil-Uruguai).** In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013.

\_\_\_\_\_. [et al.]. **Pessoas comuns, histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense.** Porto Alegre: UFRGS: EST Edições, 2017.

SILVA, Rafael Rosa da. **Nem Confete, nem serpentina: a resistência do Bloco Burlesco Brasa Viva no carnaval de rua de Bagé.** Monografia de Conclusão de Curso. Bacharelado em Produção e Política Cultural. Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2016.

SILVA, Tiago Rosa da. **Uma fronteira negra: resistência escrava através das fugas anunciadas nos jornais jaguarenses (1855 – 1853).** Jaguarão: UNIPAMPA, 2015. (Monografia de conclusão de curso de Licenciatura em História).

SIQUEIRA, Uassyr de. **Clubes recreativos: organização para o lazer.** In: *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX.* Elciene Azevedo...[et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

SOARES, Gilberto Alves. **Se não me falha a memória.** Lajeado: Obra do autor, 2015.

TABORDA, Tarcísio Antônio da Costa. **Bagé de ontem e de hoje: coletânea de artigos publicados na imprensa (1939 – 1994).** Bagé: Ediurcamp, 2015.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELOSSO, Monica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultura do Estado Novo**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª Edição. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

VON SIMSON, Olga R. de Moraes. **Carnaval em branco e negro: carnaval popular paulistano: 1914-1988**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. 396 pp.

WEIMER, Rodrigo Azevedo. **Felisberta e sua Gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.